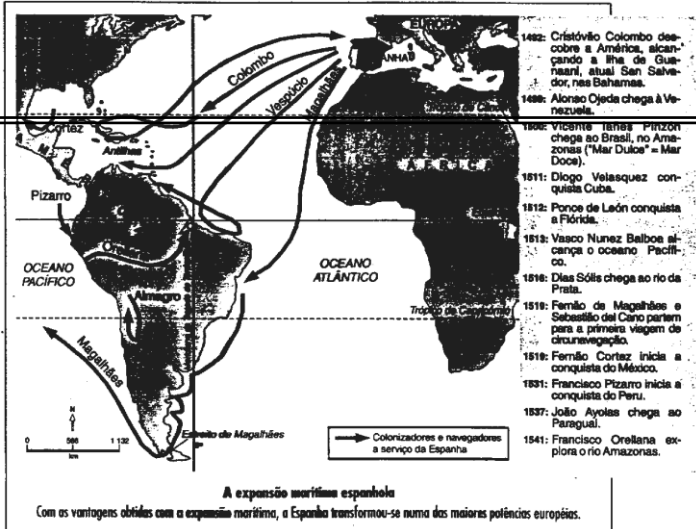


HISTÓRIA DE GOIÁS

Período Pré-Colonial

Em 1492, o genovês Cristóvão Colombo, a serviço dos reis da Espanha, descobriu o continente americano.

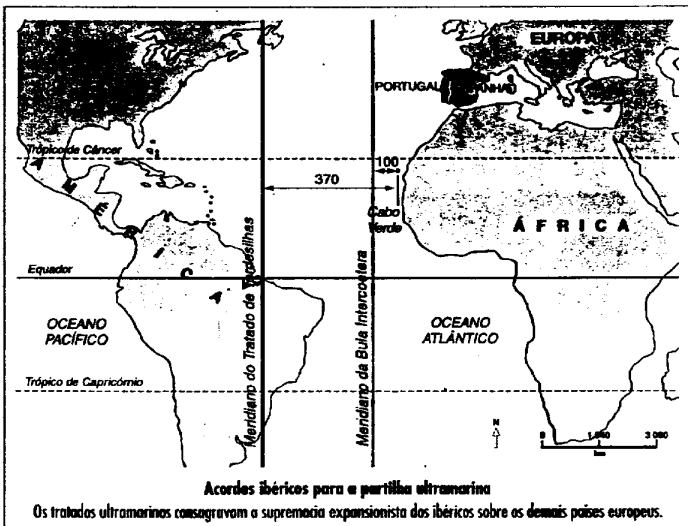
Portugal e Espanha haviam firmado em 1480 um tratado limítrofe que delimitava que todas as terras “descobertas” ao sul das Ilhas Canárias (próxima ao trópico de câncer) pertenceriam a Portugal e terras ao norte à Espanha. Era o Tratado de Toledo.



O ponto em que Colombo chegou ficava do lado português, segundo as determinações do Tratado de Toledo, e os espanhóis exigiram a realização de um novo acordo, que harmonizasse os interesses dos dois países.

Portanto, antes mesmo de portugueses e espanhóis aportarem no continente americano eles já deram início à configuração do espaço territorial das Américas.

O Tratado de Tordesilhas (1494)



Em 1494 foi assinado o Tratado de Tordesilhas determinando que as terras localizadas 370 léguas a Oeste de Cabo Verde pertenceriam à Espanha e ao leste a Portugal. Dessa forma, as terras do litoral brasileiro, mesmo antes de serem descobertas já pertenciam a Portugal.

Mercantilismo ou Pré-capitalismo ou Capitalismo Comercial

Sistema econômico em voga na época da expansão marítima européia

Principais características:

- Monopólio
- Dirigismo estatal
- Protecionismo alfandegário
- Balança comercial favorável
- Metalismo

- Os países mercantilistas, casos de Portugal e Espanha, acreditavam que a principal maneira de assegurar riqueza era através do acúmulo de metais (ouro e prata) e pedras preciosas.

- Colonialismo e pacto colonial



NOTA: repare bem no mapa e verá que a maior parte das terras hoje pertencentes ao estado de Goiás, não faziam parte do Brasil; ainda. A linha de Tordesilhas passava na ilha de Marajó (PA) e saía em Laguna (SC). O processo de colonização de Goiás só irá se iniciar no século XVIII com a descoberta de ricas jazidas de ouro na região.

Brasil Colônia (1500-1822)

No início de 1530, Portugal foi obrigado a mudar sua política no que se refere ao Brasil devido aos seguintes fatores:

* Muito embora os lucros do comércio do Oriente ainda continuassem elevados, Portugal passou a sofrer a concorrência de outros países. O Brasil passou a representar uma alternativa de lucro para a Coroa e a burguesia lusa.

* A pressão estrangeira sobre o litoral do Brasil se intensificou. A Coroa constatou que as expedições guarda-costas eram insuficientes para proteger a nova conquista

* A ambição pelo ouro aumentou quando os espanhóis conquistaram o Peru (Império Inca) e passaram a explorar as riquezas da região.

* Povoar também era uma forma de valorizar as terras da colônia.

O governo português alimentava esperanças de que houvesse ouro no Brasil. Em face desses fatores, Portugal decidiu colonizar o Brasil, ou seja, transformar o Brasil em uma colônia. Para tanto foi organizada a primeira expedição colonizadora sob o comando de Martim Afonso de Souza. Essa expedição deixou Portugal em dezembro de 1531. As principais ações da expedição de Martim Afonso de Souza foram: combate a contrabandistas de pau-brasil no Nordeste, exploração do território e suas potencialidades econômicas, sobretudo no que se refere à agricultura, fundação da primeira vila do Brasil (São Vicente-SP) em 1532, fundação de outra vila, em direção ao planalto paulista (Santo André da Borda do Campo), construção do primeiro engenho de açúcar, exploração do interior. Colonizar o Brasil implicava em gastos elevados para a Coroa portuguesa. Para implementar a colonização o rei D. João III decidiu recorrer ao capital privado. Foi então criado o sistema de capitanias em 1534. de acordo com o sistema, o rei, dono das terras, criou 14 capitanias que foram doadas para 12 donatários.

As Capitanias Hereditárias (1530-1850)

O sistema de capitanias foi regulamentado por dois instrumentos jurídicos.

A **Carta de Doação** dava ao donatário a “posse” da capitania, mas não a propriedade, para explorá-la como quisesse, podendo deixar os direitos de herança aos seus filhos. Mas a terra continuaria pertencendo à coroa.

O **Foral** que fixava os direitos e deveres do donatário e estabelecia que ele deveria colonizar a capitania, fundando arraiais e vilas, bem como policiar as terras, protegendo os colonos contra ataques de índios e estrangeiros. Deveria ainda fazer cumprir o monopólio real do pau-brasil e do comércio colonial e, no caso de encontrados metais preciosos, um

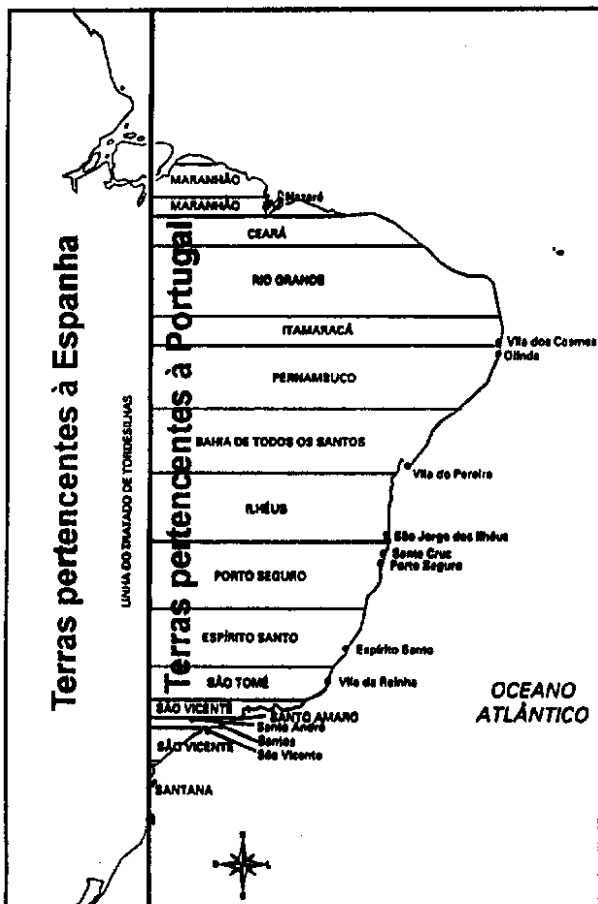
quinto do valor obtido seria pago à Coroa. Além disso, o donatário deveria expandir a fé católica.

Sesmarias

Era permitida aos donatários a doação de sesmarias (lotes de terras) às pessoas de qualquer nacionalidade, desde que professassem a religião católica e administrassem a justiça em nome do rei.

Deveriam promover a catequização dos índios pacíficos, mas também podiam escravizar os índios (caso fossem agressivos era permitido pela "lei da guerra justa"), montar engenhos, cobrar impostos e exercer a justiça em seus domínios. Foi o início do latifúndio no Brasil, situação que perdura até hoje.

A distribuição de terras através da doação por sesmarias perdurou até 1850 quando o Congresso do Império aprovou a Lei 601/1850, denominada Lei de Terras.



Fonte: PILETTI, Nelson. História e Vida. São Paulo, Ática, 1997.

LEITURA COMPLEMENTAR – DOCUMENTO HISTÓRICO

Lei 601, de 18 de setembro de 1850

Dispõe sobre as terras devolutas no Império...

D. Pedro II, por Graça de Deus e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil.

Fazemos saber a todos os Nossos Subditos, que a Assembléa Geral Decretou, e Nós queremos a Lei seguinte:

Art. 1º Ficam prohibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra.

Exceptuam-se as terras situadas nos limites do Imperio com paizes estrangeiros em uma zona de 10 leguas, as quaes poderão ser concedidas gratuitamente.

Art. 2º Os que se apossarem de terras devolutas ou de alheias, e nellas derribarem mattos ou lhes puzerem fogo, serão obrigados a despejo, com perda de bemfeitorias, e de mais soffrerão a pena de dous a seis mezes do prisão e multa de 100\$, além da satisfação do damno causado...

Dada no Palacio do Rio de Janeiro aos 18 dias do mez do Setembro de 1850, 29º da Independencia e do Imperio.

IMPERADOR com a rubrica e guarda.

A Lei de Terras e seus efeitos

Essa nova lei surgiu em um momento oportuno – foi feita de caso pensado - quando o tráfico negreiro passou a ser proibido em terras brasileiras, pela Lei Eusébio de Queiroz, de 1850. A atividade, que representava uma grande fonte de riqueza, teria de ser substituída por uma economia onde o potencial produtivo agrícola deveria ser mais bem explorado. Ao mesmo tempo, ela também responde ao projeto de incentivo à imigração que deveria ser financiado com a dinamização da economia agrícola e regularizaria o acesso a terra frente aos novos camponeses assalariados.

Dessa maneira, ex-escravos e estrangeiros teriam que enfrentar enormes restrições para possivelmente galgarem a condição de pequeno e médio proprietário. Com essa nova lei, nenhuma nova sesmaria poderia ser concedida a um proprietário de terras ou seria reconhecida a propriedade por meio da ocupação das terras. As chamadas "terras devolutas", que não tinham dono e não estavam sobre os cuidados do Estado, poderiam ser obtidas somente por meio da compra junto ao governo.

A partir de então, uma série de documentos forjados começaram a aparecer para garantir e ampliar a posse de terras daqueles que há muito já a possuíam. Aquele que se interessasse em, algum dia, desfrutar da condição de fazendeiro deveria dispor de grandes quantias para obter um terreno. Dessa maneira, a Lei de Terras transformou a terra em mercadoria no mesmo tempo em que garantiu a posse da mesma aos antigos latifundiários.

Esta lei foi feita para perpetuar o latifúndio. Situação que perdura até os dias atuais.

A Ocupação do Interior do Brasil

Durante os séculos XVI e XVII, a grande lavoura litorânea foi a base da economia nacional, determinando a mais tardia ocupação das regiões interiores. No final do século XVI, em decorrência da atividade da caça ao índio (procurado como mão-de-obra), surgiram algumas penetrações esparsas, que não fixaram o homem ao solo. A região sofria assim um pequeno processo de transformação.

Tais penetrações não representaram fase de fixação e colonização, constituindo-se em incursões de reconhecimento das possibilidades econômicas da região, através da coleta de amostragens de ouro e de apresamento de silvícolas.

A União Ibérica (1580-1640)

Com a morte de D. João III em 1557, o trono foi deixado ao seu filho D. Sebastião, de dois anos de idade que teve como principal tutor, seu tio-avô, o Cardeal D. Henrique.

O convívio com o tio religioso transformou D. Sebastião num católico fanático que se arvorou defensor da fé cristã.

Impregnado de espírito cruzadístico decidiu atacar os muçulmanos no norte da África, Marrocos, onde acabou morrendo na Batalha de Alcácer-Quibir, em 1578, aos 24 anos, como não deixou filhos o trono voltou para as mãos do Cardeal D. Henrique, que faleceu 2 anos depois, em 1580. O Cardeal era o ultimo descendente direto ao trono da dinastia de Avis. O trono ficou vago.

Aproveitando-se da situação o rei da Espanha, Filipe II de Habsburgo, alegando ser sobrinho-neto de D. Manuel, O Venturoso, invadiu Portugal com suas tropas e apossou-se do trono. A dominação espanhola durou 60 anos.

Necessitando de recursos para bancar as diversas guerras em que estavam envolvidos (contra a Inglaterra, Holanda e os Principados Alemães) Felipe II e seus herdeiros estimularam a realização das entradas e bandeiras no Brasil, na tentativa de encontrar ouro em nosso território. Nunca houve tantas expedições ao interior como neste período em que durou a União Ibérica.

Expansão territorial

No período de dominação espanhola a linha de Tordesilhas perdeu o seu sentido, embora o tratado não tenha sido revogado. Os bandeirantes avançaram para muito além da linha e o Brasil triplicou de tamanho. A expansão da pecuária e as missões jesuíticas foram fatores que contribuíram para essa expansão.

Entradas e Bandeiras

Durante o século XVII os limites territoriais estabelecidos pelo Tratado de Tordesilhas deixaram de fazer sentido. O território português, limitado ao litoral e ao sertão nordestino, foi ampliado graças a diversos fatores. Veremos abaixo os principais aspectos da expansão territorial.

Bandeirantismo

O bandeirantismo foi o conjunto de ações empreendidas pelos habitantes da Capitania de São Vicente rumo ao interior. Os bandeirantes eram habitantes da Vila de São Paulo de Piratininga, capital de São Vicente, de onde partiam as expedições. Essa região era, desde os inícios da colonização, uma região pobre, afastada das relações mercantilistas que uniam a Metrópole e a colônia. Os habitantes da Capitania de São Vicente foram os responsáveis pela exploração do interior do Brasil e contribuíram de forma decisiva para o crescimento territorial do Brasil.

A primeira bandeira que, partindo de São Paulo, possivelmente chegou aos sertões de Goiás, no atual leste do Tocantins foi a de Antônio Macedo e Domingos Luís Grau (1590-1593).

Diferença entre entrada e bandeira

A principal diferença entre entrada e bandeira é que as primeiras tinham financiamento público, eram organizadas pelo governo, geralmente procuravam respeitar os limites de Tordesilhas e a maioria das expedições realizadas partiam da capital do Brasil na época, Salvador, na Bahia ou até mesmo de Pernambuco.

Bandeiras, eram expedições particulares e não respeitavam os limites de Tordesilhas, geralmente começavam a partir da Vila de São Paulo de Piratininga, na Capitania de São Vicente (hoje São Paulo). Mas ambas tinham objetivos semelhantes. As entradas se preocupavam mais com a prospecção do território e de metais preciosos, já as bandeiras, além disso, se dedicavam também ao apresamento de índios para escravização.

Quadro comparativo:

SEMELHANÇAS	
Eram expedições que iam para o interior do país em busca de fazer o reconhecimento do território e na tentativa de encontrar metais e pedras preciosas.	
DIFERENÇAS	
ENTRADAS	BANDEIRAS
<ul style="list-style-type: none"> • Organizadas pelo governo • Não visavam lucro imediato • Partiam das Capitanias da Bahia e de Pernambuco • Apenas prospecção • Respeitavam os limites de Tordesilhas 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Iniciativa privada ▪ Visavam lucro imediato ▪ Partiam da Capitania de São Vicente (Vila de São Paulo) ▪ Prospecção e apresamento ▪ Não respeitavam os limites de Tordesilhas

Tivemos diferentes fases no sistema de bandeirantismo, que foram fundamentais para a definição do espaço territorial brasileiro, vejamos:

O bandeirantismo prospector.

Essas expedições eram realizadas para a busca de metais e pedras preciosas. A busca de ouro era uma preocupação constante da Coroa portuguesa. Os governadores da metrópole organizaram diversas expedições que foram chamadas de Entradas. Dentre as várias expedições realizadas em busca de ouro destacam-se as realizadas por Fernão Dias Paes, Borba Gato, Garcia Rodrigues Paes e Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhangüera; essas bandeiras penetraram o interior da região central do Brasil (Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso).

O bandeirantismo apresador.

Esse mecanismo foi empregado para aprisionar (alguns autores usam expressões como apreiar, apresiar ou mesmo cativar) os indígenas. Estes já habitavam ou fugiram das regiões litorâneas dominadas pelos portugueses. Essas bandeiras atacavam as aldeias ou as missões (reduções) jesuítas para escravizar os índios. As bandeiras iniciaram-se ainda no final do século XVI e prosseguiram até meados do século XVII. Os indígenas capturados eram vendidos para as regiões açucareiras mas eram sobretudo empregados nas plantações dos colonos paulistas.

O sertanismo de contrato

Em razão de sua experiência nas viagens pelo sertão e na habilidade par atacar e escravizar os indígenas, as autoridades de São Paulo, para combater tribos indígenas hostis e quilombos de escravos, contratou bandeirantes. Essas expedições receberam o nome de sertanismo de contrato.

Os principais bandeirantes que fizeram contratos foram Domingos Jorge Velho, que destruiu Palmares, Matias Cardoso de Almeida e Estevão Ribeiro Baião Parente. Os bandeirantes paulistas atuaram principalmente no nordeste e foram responsáveis pela destruição de diversas tribos indígenas.

Antônio Pires de Campos foi o mais famoso bandeirante de contrato a atuar no sul da Capitania de Goiás. Ele dizimou quase todos os Caiapós que viviam entre o Rio Vermelho (Vila Boa de Goiás) e o Rio Araguaia. O últimos sobreviventes se renderam e aceitaram ser aldeados em São José de Mossâmedes.

Outro famoso bandeirante de contrato que atuou no norte de Goiás, atual Tocantins, foi Wenceslao Gomes da Silva, que dizimou grande parte dos índios Acroá e Xacriabá que viviam onde hoje estão os municípios de Arraias, São Domingos e Natividade. Os sobreviventes foram aldeados em São José do Duro (hoje Dianópolis-TO).

Descidas

As descidas eram expedições realizadas pelos jesuítas ao interior do Brasil com o objetivo de convencer os indígenas dessa região a migrarem para regiões próximas das suas missões ou reduções visando facilitar o trabalho de catequização. As principais missões jesuíticas ficavam no norte e no sul do país.

Como já foi salientado, os principais objetivos das bandeiras eram os metais preciosos e a captura dos indígenas. Os paulistas dependiam do trabalho dos índios para sustentar sua economia, desvinculada do comércio com a Metrópole. Sem recursos para empregar a mão-de-obra africana, os habitantes de São Paulo passaram a utilizar sistematicamente o trabalho escravo do índio em todo tipo de atividade.

Os indígenas foram “empurrados” para o interior, o que obrigava os bandeirantes a penetrar cada vez mais no território que hoje é o da região sul. Quando perceberam que as missões jesuíticas poderiam ser uma fonte inesgotável de escravos, passaram a atacá-las sem piedade. Esses ataques tornaram-se frequentes a partir de 1628. A região do Guairá, foi invadida e diversas missões foram destruídas.

No que se refere ao ouro, as buscas eram antigas, mas apenas no final do século XVII foram bem sucedidas como a descoberta do minério na região de Minas Gerais. A exploração prosseguiu até a descoberta de ouro na região centro-oeste (Goiás e Mato Grosso).

Fazendas de Gado

A expansão para o interior também se fez através da expansão das fazendas de gado.

O gado bovino ou *vacum* foi introduzido no Brasil, a partir de 1530, pelos capitães donatários que trouxeram para cá os primeiros exemplares dessa espécie.

O gado deveria ser utilizado nos engenhos como força de tração para mover moendas, puxar carros de boi, fornecimento de leite e carne para o consumo local.

Os portugueses não tinham intenção de desenvolver grandes fazendas de gado com o objetivo de exportar a carne para a Europa. Mas, o gado se multiplica naturalmente. Por volta de 1600 o rebanho bovino no litoral havia crescido a ponto de estar causando prejuízo, invadindo e devorando os canaviais. A disputa entre a cana e o espaço para pastagem acabou empurrando o gado para o interior.

A partir de 1600 decretos reais proibiram a criação de gado no litoral. O primeiro deles ordenava que o gado deveria ser afastado pelo menos 10 léguas do litoral. Foi o começo da interiorização das fazendas de gado. Nos 150 anos seguintes (1600-1750), com o crescimento contínuo do rebanho o gado foi se afastando cada vez mais do litoral, a ponto de alguns fazendeiros estabelecerem suas propriedades depois dos limites estabelecidos pelo Tratado de Tordesilhas, há mais de 1.500 km do litoral.

Bandeirantes: heróis ou vilões?

Durante muito tempo os historiadores consideraram os bandeirantes como heróis, responsáveis pela expansão territorial do Brasil. De fato a

ação dos bandeirantes foi decisiva para a ultrapassagem dos limites fixados pela linha de Tordesilhas. Quando, no século XVIII, foram discutidas as fronteiras entre a América Espanhola e a América Portuguesa, a ação dos paulistas foi fundamental para a expansão do território português. Além disso, os paulistas descobriram ouro em Minas Gerais e em Mato Grosso, além de chegar ao Amazonas.



A iconografia busca representar um paulista "heroicizado", bem vestido, com botas de couro e munido de armas de fogo, muito diferente do homem que habitava o planalto de Piratininga, afetado à influência indígena

Todavia, não se pode deixar de mostrar que essa visão heroica encobre as atrocidades sem fim realizadas pelos bandeirantes. As tribos indígenas e as missões jesuíticas foram vítimas de ataques cruéis que não poupavam mulheres, crianças e velhos. Milhares de indígenas foram mortos e escravizados pelos bandeirantes de São Paulo.

Veja abaixo o retrato do bandeirante Domingo Jorge Velho, feito, pelo bispo de Pernambuco em 1697. Jorge Velho foi o responsável pela destruição do Quilombo de Palmares e pela morte de Zumbi.

“Esse homem é um dos maiores selvagens com que tenho topado (...) nem se diferencia do mais bárbaro tapuio, mas que em dizer que é cristão, e não obstante o haver-se casado de pouco, lhe assistem sete índias cuncubinas (...) sendo sua vida, desde que teve uso da razão se é que a teve (...) até o momento, andar metido pelos matos, à caça de índios, e de índias, estas para o exercício das suas torpezas, e aqueles para o granjeio de seus interesses”.

A moderna historiografia considera que os bandeirantes não foram nem heróis e nem vilões. Eles apenas agiram como era de costume numa época em que não existia a noção de direitos humanos e as condições de sobrevivência eram extremamente difíceis. Foram “homens do seu tempo”.

O Tratado de Madri (1750)



Após a restauração da independência de Portugal (1640), liderada por D. João IV, Duque de Bragança, os espanhóis exigiram que Portugal voltasse a respeitar os limites impostos por Tordesilhas, mas Portugal se recusou. Guerras e negociações diplomáticas se alternaram ao longo dos 110 anos seguintes entre os dois países ibéricos, até ser encontrada uma solução negociada.

Em 1750 as partes entraram em acordo e firmaram o Tratado de Madri, que viria a substituir o Tratado de Tordesilhas (1494). O negociador brasileiro, diplomata e advogado Alexandre de Gusmão, alegou em defesa de Portugal o princípio latino de *uti possidetis* (usucapião). Significa que quem de fato ocupou e colonizou um determinado território deve ser o dono dele.

Assim, todas as terras localizadas além dos limites de Tordesilhas (incluindo cerca de 80% do território goiano), que hoje pertencem ao Brasil.

A bandeira do Anhangüera Pai

Em 1682, Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhangüera Pai, esteve em território do sul de Goiás, onde encontrou vestígios de ouro na região do Rio Vermelho, aos pés da Serra Dourada, onde hoje está situada a cidade de Goiás.

A região era habitada pelos índios da etnia Goya ou Goyazes. Na ocasião o experiente bandeirante, percebendo que os índios estavam usando adornos que possuíam pequenos pedaços de ouro, teria ateadado fogo a uma bateia cheia de aguardente para forçar os índios a lhe mostrar onde eles haviam encontrado o precioso mineral. Diante da cena inusitada e com medo de terem os seus rios incendiados, os índios teriam começado a gritar: Anhangüera! Anhangüera!, que no idioma tupi significa “Diabo Velho”, dando origem ao apelido do Bandeirante.

Na ocasião ele estava acompanhado de seu filho de 14 anos, Bartolomeu Bueno da Silva Filho, que além de possuir o seu nome também herdaria, mais tarde, o seu apelido.

Anhangüera Pai voltou a São Paulo com planos de formar uma nova bandeira e retornar à região onde tinha encontrado vestígios de ouro para melhor investigá-la, mas morreu antes de conseguir seu intento. A partir da morte do pai, Anhangüera Filho assumiu consigo mesmo a promessa um dia voltar à terra do Goyazes, isso só iria acontecer em 1722, quando já tinha 54 anos de idade.

A bandeira do Anhangüera Filho

É costume dizer que o descobridor de Goiás foi o Anhangüera Filho. Isso não significa que ele foi o primeiro a vir a Goiás, e ao hoje estado do Tocantins, mas sim que ele foi o primeiro a vir à região com intenção de se fixar aqui. Sabe-se que pelo menos 14 bandeiras estiveram por aqui antes dele. Isso se deu dentro de uma conjuntura do descobrimento do ouro no Brasil.



Estátua do Anhangüera Filho – Goiânia (GO)

Em 03/07/1722 Anhangüera Filho partiu de São Paulo, com 500 homens, 39 cavalos, 152 armas e 2 religiosos bentos. A bandeira durou 3 anos, 2 meses e 18 dias.

A bandeira enfrentou muitas dificuldades pelo caminho: fome, confrontos com índios, desentendimentos entre os sócios, doenças e mortes. Mas o Anhangüera Filho era um homem insistente; afirmava que preferia morrer aqui a voltar a São Paulo sem o ouro que veio procurar. Quando finalmente chegou à terra dos Goyazes estava acompanhado de apenas 80 homens. A maioria havia morrido, desertado da bandeira ou lançado roças e ficado para traz à espera de um resgate que esperavam vir de São Paulo. Mas a insistência foi recompensada; ricas minas foram encontradas e o Anhangüera Filho retornou a São Paulo levando uma arroba (15kg) de ouro para provar a descoberta.

Veja abaixo trechos do documento histórico denominado "Relato do Alferes Braga". O Alferes, posto militar equivalente a sargento, era um dos participantes da bandeira e desertou, descendo os rios Araguaia e Tocantins até chegar a Belém (PA).

LEITURA COMPLEMENTAR

Relato do Alferes Braga

...Aqui nos começou a gente a desfalecer de todo: morreram-nos quarenta e tantas pessoas entre brancos e negros, ao desamparo, e o eu ficar com vida o devo ao meu cavalo, que para me montar nele, pela fraqueza nímia em que me achava, me era preciso o lançar-me primeiro nele de braços levantados sobre o primeiro cupim que encontrava...

... Retirado o dito Francisco de Carvalho, o achamos com a boca, nariz, e feridas cheias de bichos, mas vendo que lhe palpitava ainda o coração, e que tinha outros mais sinais de vida, o recolhemos na rancharia, curando-lhe as feridas com urina e fumo, e sangrando-o com a ponta de uma faca, por não termos melhor lanceta: aproveitou tanto a cura, que o Carvalho pela noite tornou em si, abriu os olhos, mas não pôde falar, senão no dia seguinte...

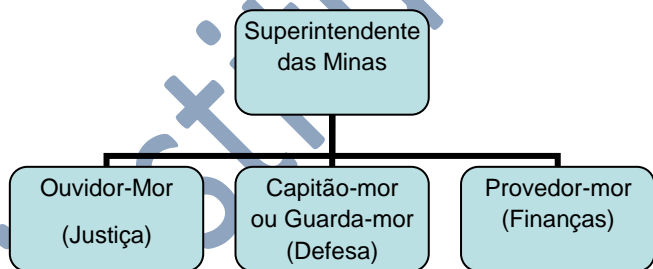
...Daqui rodamos rio abaixo e demos em um jenipapeiro, com cuja fruta nos regalamos dois dias, e no fim destes como a fome era muita entramos pelas sementes das ditas frutas; mas estas nos puseram em tal estado, e impediram de tal sorte o curso, que nos consideramos mortos. Valemo-nos duns pequenos paus, e com eles em lugar de cristal obrigamos a natureza a alguma evacuação.

Em 21/10/1725, Anhangüera Filho volta a São Paulo e anuncia o achado das preciosas minas no Rio Vermelho, terra dos índios Goyazes.

O início do povoamento

Em 1726, D. Rodrigo César de Menezes, governador da Capitania de São Vicente, manda o Anhangüera Filho de volta a Goiás, com o título de Superintendente das Minas, para iniciar o povoamento, quando foi fundado o Arraial de Santana. Logo depois surgiram novas povoações no entorno como Anta, Ferreiro e Ouro Fino.

Organograma do poder em uma região mineradora



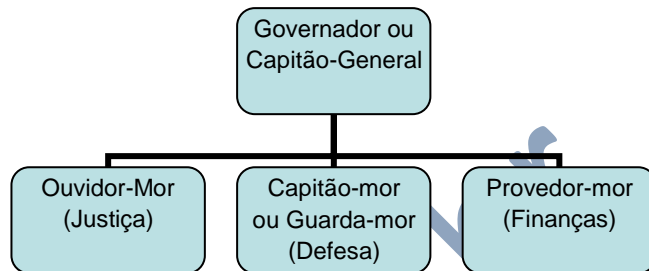
Em 1739, o Arraial de Santana foi elevado à condição de Vila. Vila Boa de Goiás.

A partir de momento em que um arraial atingia o status de vila, passava a ter autonomia e o direito a uma espécie de prefeito, o *Intendente*, um *Senado da Câmara*, formado por vereadores, escolhidos entre os "homens bons" da vila. Ser um "homem bom" era sinônimo de ser rico, católico e branco. A vila também tinha direito a ter um juiz e a um pelourinho, local onde se administrava a justiça. O pelourinho tinha, necessariamente, uma cadeia, uma forca, para executar as penas de morte, muito comuns à época e um tronco, onde os escravos eram castigados.

Goiás permaneceu ligado à Capitania de São Vicente até 1749, embora, por alvará de 08 de novembro de 1744, de D. Luís de

Mascarenhas, governador da capitania de São Vicente tivesse sido oficializada a separação de Goiás e de Mato Grosso daquela capitania. Porém, o primeiro governador de Goiás, D. Marcos de Noronha, o Conde dos Arcos, só chegou a Goiás em 1749 e, portanto, somente aí Goiás passou a ser, de fato, uma Capitania independente.

Organograma do poder em uma capitania independente



A Ocupação Mineratória – Mineração

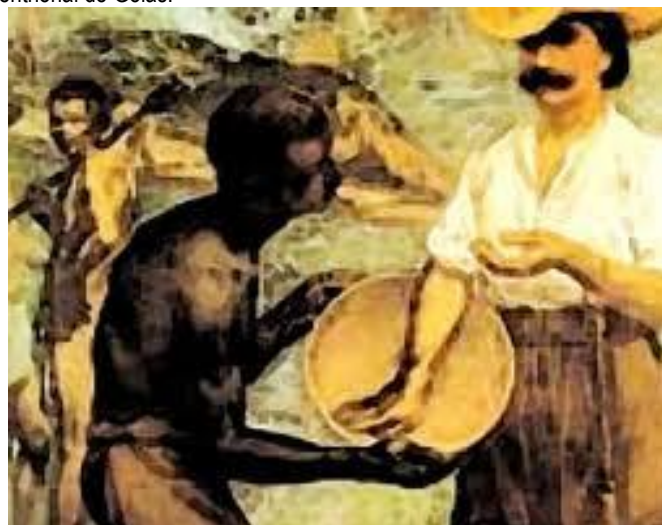
Enquanto o século XVII representou etapa de investigação das possibilidades econômicas das regiões goianas, durante a qual o seu território tornou-se conhecido, o século XVIII, em função da expansão da marcha do ouro, foi ele devassado em todos os sentidos, estabelecendo-se a sua efetiva ocupação através da mineração.

A primeira região ocupada em Goiás foi a região do Rio Vermelho. Entre 1727 e 1732 surgiram diversos arraiais, além de Santana (posteriormente Vila Boa de Goiás), em consequência das explorações auríferas ou da localização na rota de Minas para Goiás. Em 1736 já havia nas minas de Goiás 10.236 escravos. Nas proximidades de Santana surgiram os arraiais de Anta e Ouro Fino; mais para o Norte, Santa Rita, Guarinos e Água Quente. Na porção Sudeste, Nossa Senhora do Rosário da Meia Ponte (atual Pirenópolis) e Santa Cruz.

Outras povoações surgidas na primeira metade do século XVIII foram: Jaraguá, Corumbá e o Arraial dos Couros (atual Formosa), na rota de ligações de Santana e Pirenópolis a Minas Gerais.

Ao longo dos caminhos que demandavam a Bahia, mais ao Norte, na bacia do Tocantins, localizaram-se diversos núcleos populacionais, como São José do Tocantins (Niquelândia), Trairas, Cachoeira, Flores, São Félix, Arraias (TO), Natividade (TO), Chapada (TO) e Muquém.

Na década de 1740 a porção mais povoada de Goiás era o Sul, mas a expansão rumo ao norte prosseguia com a implantação dos arraiais do Carmo (TO), Conceição (TO), São Domingos, São José do Duro (TO), Amaro Leite, Cavalcante, Vila de Palma (TO), hoje Paranã, e Pilar de Goiás e Porto Real (TO), atual Porto Nacional, a povoação mais setentrional de Goiás.



O sistema de datas

De acordo com Raimundo Faoro, em sua clássica obra *Os Donos do Poder*, era através do sistema de datas que se organizava a exploração do ouro, conforme o ordenamento jurídico da época.

Assim que um veio de ouro era descoberto em uma região mineradora, imediatamente, o Superintendente das Minas ordenava que a região fosse medida e dividida em lotes para poder ter início o processo de mineração. Cada lote tinha a medida de 30 x 30 braças (uma braça tem 2,20m), ou seja, aproximadamente 66 x 66m.

Estes lotes recebiam a denominação de datas e, cada data, por sua vez, era equivalente a uma lavra de mineração.

	Minerador	Rei	Minerador	

As datas eram distribuídas da seguinte maneira:

O minerador responsável pelo achado escolhia a primeira data para si. Um funcionário da Real Fazenda (o ministério responsável pela mineração na época) escolhia a segunda data para o rei. O responsável pelo achado tinha o direito de escolher mais uma.

O rei não tinha interesse em explorar diretamente a sua data e ordenava que ela fosse leiloada entre os mineradores interessados em explorá-la. Quem pagasse mais ficaria com ela. O dinheiro do leilão era enviado a Portugal, como renda pessoal do rei.

As demais datas eram distribuídas por sorteio aos mineradores que possuíssem um mínimo de doze escravos para poder explorá-las. Cada minerador tinha direito a uma data por vez. Repare que a atividade mineradora era extremamente intensiva em utilização de mão-de-obra. Doze homens trabalhavam junto em um espaço de apenas uma lavra.

O início da mobilidade social

Diferentemente da economia canavieira (cana-de-açúcar) que tinha uma sociedade estamental (no estado em que você nasceu permanece), a sociedade mineradora não era estática. Havia a possibilidade, mesmo que pequena, de mudança de classe social. Foi o início da mobilidade social no Brasil.

Existiam dois tipos de mineradores, o grande, era o minerador de lavra, e o pequeno, o de faiscação.

O minerador de lavra era aquele, dono de pelo menos 12 escravos, que participava do sorteio das datas e tinha o direito de explorar os veios de ouro em primeiro lugar. Quando uma lavra começava a demonstrar esgotamento e a produtividade caía geralmente ela era abandonada e, a partir deste momento, o faisgador poderia ficar com o que sobrou dela.

O faisgador era o minerador com pequena quantidade de escravos, insuficientes para participar dos sorteios, ou mesmo o trabalhador individual, que só tinha a sua bateia para tentar a sorte nas lavras abandonadas. Alguns conseguiram ir juntando ouro suficiente para adquirir mais escravos e, posteriormente, passaram a ser grandes mineradores. Alguns até fizeram fortuna.

Há registro de alguns proprietários de escravos que os deixavam faiscar nos seus poucos momentos de descanso e alguns até conseguiram comprar a sua carta de alforria, documento que garantia a liberdade ao escravo.

Tropeiros que abasteciam as regiões mineradoras também conseguiram enriquecer.

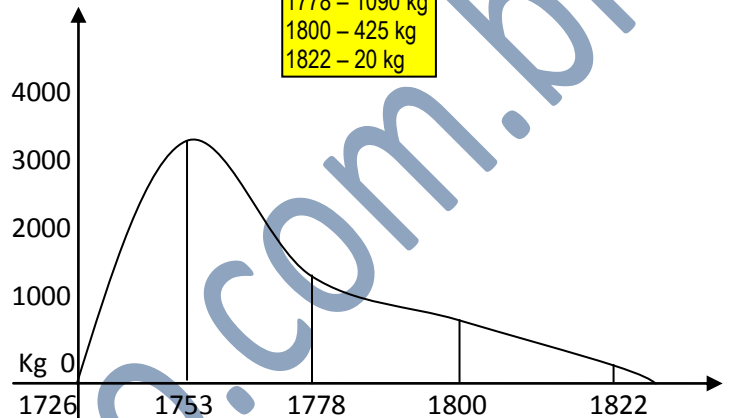
Tome cuidado, porém, com uma coisa. A mobilidade social era pequena, não foi suficiente para desenvolver uma classe média. Classe social pressupõe uma grande quantidade de pessoas, e o número daquelas que conseguiam ascender não era suficiente para isso. Só se pode falar em classe média no Brasil, a partir da industrialização.

Povoamento irregular

O povoamento determinado pela mineração do ouro é um povoamento muito irregular e mais instável; sem nenhum planejamento, sem nenhuma ordem. Onde aparece ouro, ali surge uma povoação; quando o ouro se esgota, os mineiros mudam-se para outro lugar e a povoação definha e desaparece, isso porque o ouro encontrado em Goiás era o ouro de aluvião, em pequenas partículas, que ficavam depositadas no leito de rios e córregos ou no sopé das montanhas, geralmente. Sua extração era rápida e logo as jazidas se esgotavam forçando os mineiros a se mudarem em busca de novas áreas para mineração.

A produção de ouro em Goiás foi maior que a de Mato Grosso, porém muito menor que em Minas Gerais. O declínio da produção foi rápido. Veja abaixo:

1726	– 0 kg
1753	– 3.060 kg
1778	– 1090 kg
1800	– 425 kg
1822	– 20 kg



O pico de produção foi em 1753, mas 50 anos depois a produção já era insignificante.

Luis Palacín afirma que esses são os dados oficiais disponíveis, porém, o volume de ouro extraído deve ter sido muito maior. De acordo com esse historiador, a maior parte do ouro retirada era sonegada para fugir dos pesados impostos e, portanto, não sabemos ao certo quanto ouro foi retirado de fato das terras goianas.

Os Impostos

A Real Fazenda preocupava-se enormemente com a tributação, os impostos eram arrecadados através da cobrança do quinto. Para aprimorar a arrecadação e evitar a sonegação, em 1720 foram instituídas as casas de fundição juntamente com uma lei que proibia a circulação de ouro em pó, além da delação premiada. Essa medida gerou descontentamento entre os mineradores que se rebelaram, em Vila Rica (MG), sob a liderança de Filipe dos Santos. O desfecho foi sangrento. Filipe dos Santos foi enforcado e esquartejado.

À medida que a arrecadação caía, devido ao esgotamento das jazidas, a fiscalização arrojava sobre os mineradores e então foi criada a "capitação". Um imposto que era cobrado por cabeça de escravo que o minerador possuísse. A Real Fazenda não admitia que o ciclo do ouro estivesse se esgotando. Quando a arrecadação caía alegava que era sonegação e implementava novas medidas fiscais.

A cobrança dos impostos em Goiás

O Imposto típico da mineração era o quinto (20%), previsto já nas Ordenações Filipinas, instituídas em 1603.

O quinto nada mais era do que um imposto cobrado pela coroa portuguesa e correspondia a 20% ou 1/5 de todo ouro encontrado na colônia. Este imposto era cobrado nas Casas de Fundição, para onde todo o ouro extraído deveria ser levado, derretido e colocado em formas denominadas quinteiros. No fundo da forma havia uma espécie de brasão real que ficava impresso na barrinha de ouro depois de solidificada. O ouro quintado era devolvido depois de descontada a parte devida à Real Fazenda. Nas minas de Goiás, variou ao longo do tempo o seu sistema de cobrança.

Entre 1726-1736, o quinto era cobrado na Casa de Fundição, instalada em São Paulo, o que facilitava a prática da sonegação e reduzia os ganhos da Fazenda Real. Era quase impossível fiscalizar devido às grandes distâncias.

Para combater a sonegação e partindo da idéia que era mais difícil ao minerador esconder o escravo que o ouro extraído, de 1736 até 1751 partiu-se para o sistema de capitação, em que o imposto era cobrado na forma de um valor fixo por cabeça de escravo. A injustiça dessa forma de cobrança reside no fato de ela desconsidera as diferenças de rendimento de cada escravo, em função da maior ou menor riqueza das várias minas e datas.

O imposto de capitação faz nascer o desejo secessão no norte

Esse imposto causou profundo descontentamento nos mineradores do norte de Goiás, haja vista que o valor estipulado para a região era mais alto que o cobrado dos mineradores do sul de Goiás. As autoridades da Real Fazenda alegavam que a minas do norte eram mais ricas.

Descontentes, os mineradores do norte ameaçaram se rebelar contra a autoridade do Superintendente das minas de Goiás para se subordinarem ao Maranhão ou mesmo criarem uma nova capitania.

Nascia assim o desejo de secessão (de seccionar, separar) o norte do sul de Goiás. Pode-se considerar esse ato como o fundador do desejo de separatismo.

A volta das casas de fundição

Por fim, em 1751, retornou-se ao sistema de cobrança do quinto nas Casas de Fundição. Dessa vez, porém, houve a instalação, Pelo governador D. Marcos de Noronha, da primeira Casa de Fundição em Vila Boa, no ano de 1752. Em 1754, ao norte da Capitania, em São Félix, foi instalada uma segunda Casa de Fundição, transferida para Cavalcante, em 1796, e, extinta, em 1807.

Outros impostos

Ainda havia a cobrança dos impostos de entrada (estradas) ou passagem (rios), cobrado nos registros sobre mercadorias; o dízimo real, sobre a produção agrícola, era cobrado por contratadores (particulares) e servia para custear as despesas administrativas. Havia ainda a siza, que incidia sobre a venda de escravos; o foro, espécie de IPTU, Havia também o subsídio literário (1774), implantado pelo Marquês de Pombal, para custear escolas, dentre outros. A carga tributária era escorchante, o que gerava constante descontentamento e revolta por parte dos mineiros.

OBS.: Não houve em Goiás a cobrança da finta (imposto aplicado apenas nas Minas Gerais antes da instalação das primeiras casas de fundição naquela região mineradora) e nem tampouco da derrama, que nunca chegou a sair do papel e ser aplicada, nem mesmo nas Minas Gerais.

Declínio da Mineração

A partir da segunda metade do século XVIII, Portugal começou a entrar em fase de decadência progressiva, que coincidiu com o decréscimo da produtividade e do volume médio da produção das minas do Brasil. Então desde 1778, a produção bruta das minas de Goiás começou a declinar progressivamente, em consequência da escassez dos metais das minas conhecidas, da ausência de novas descobertas e do decréscimo progressivo do rendimento por escravo. O último grande achado mineratório em Goiás deu-se na cidade de Anicuns, em 1809, no sul da capitania.

A atividade agropecuária nas regiões mineradoras

Assim que foram descobertas grandes jazidas de ouro no Brasil logo se organizou uma hierarquia da produção: os territórios de minas deveriam dedicar-se exclusivamente – ou quase exclusivamente – à produção de ouro, sem desviar esforços na produção de outros bens, que poderiam ser importados. Isso era resquício da mentalidade Mercantilista, em voga na época, que, durante muito tempo, identificou a riqueza com a posse dos metais preciosos.

Os alimentos e todas as outras coisas necessárias para a vida vinham das capitanias da costa. As minas eram assim, uma espécie de colônia dentro da colônia, no dizer do historiador Luís Palacín.

Isso nos explica o pouco desenvolvimento da lavoura e da pecuária em Goiás, durante os cinquenta primeiros anos. Tal sistema não se devia exclusivamente aos desejos e à política dos dirigentes; era também decorrente da mentalidade do povo.

Mineiro naquele tempo não significava, como hoje, quem trabalha na mina, mas o proprietário de lavras e escravos que as trabalhassem, assim como o roceiro não significava quem trabalhava na roça, mas o proprietário de terras e de escravos dedicados à lavoura.

Ser mineiro era profissão mais honrosa, significava o mais alto status social. Todos queriam ser mineiros, e ninguém queria ser chamado de roceiro, profissão desprezada. Mesmo após muitos anos da decadência da mineração, esta continuava sendo a forma de pensar do povo de Goiás. Isto explica que, além da mineração, não se desenvolvessem outras formas importantes de economia durante o século XVIII, e que só fossem ocupadas as áreas auríferas.

O Final da Mineração

Tentativa de navegação no Araguaia e Tocantins

A partir de 1775, com a mineração em franco declínio, o Primeiro Ministro de Portugal, Sebastião de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal, toma diversas medidas para diversificar a economia no Brasil, sendo que várias delas vão afetar diretamente a capitania de Goiás.

A primeira, como tentativa de estimular a produção, foi isentar de impostos por um período de 10 anos os lavradores que fundassem estabelecimentos agrícolas às margens dos rios. Dentre os produtos beneficiados estavam o algodão, a cana-de-açúcar e o gado.

A segunda medida foi a criação, em 1775 da Companhia de Comércio do Grão Pará e Maranhão, para explorar a navegação e o comércio nos rios amazônicos, incluindo os rios Araguaia e Tocantins.

O Marquês de Pombal também ordenou a criação dos chamados aldeamentos indígenas. Todas essas medidas fracassaram.

A relação entre os colonizadores e os índios

Na época da descoberta, eram numerosas as tribos indígenas que viviam em Goiás, cobrindo todo o seu território. Silva e Souza enumera, em 1809, vinte povos vivendo no território e afirma que certamente deveriam haver outros isolados.

Dentre os povos que habitaram Goiás podemos citar: *Goyá, Caiapós, Xavantes, Crixás, Araés, Canoeiros, Apinagés, Capepuxis, Coroá-mirim, Temimbós, Xerentes, Tapirapés, Carajás, Graduais, Tessemedus, Amadus, Guassu, Acroá, Xacriabá*, dentre outros. Muitos desses povos foram completamente extintos ou fugiram para as mais remotas regiões da floresta amazônica.

Em Goiás, a descoberta do ouro levou a disputas territoriais. Tais disputas decorreram, sobretudo, da expulsão e também da fuga de tribos indígenas do litoral, no século XVII, quando buscaram refúgio no interior do país, em estados como Mato Grosso/Mato Grosso do Sul e Goiás. Quanto mais avançavam os bandeirantes paulistas, mais provocavam migrações em massa de tribos indígenas, levando-as a disputas pela terra e pela sobrevivência.

A política das autoridades com os índios é totalmente oposta a esta guerra de extermínio. As instruções vindas de Lisboa aos governadores ordenavam *“tentem primeiro todos os meios de suavidade e persuasão para reduzir os índios bravos a viver civilizados, e não se procurem domar por armas... a Divina Providência não permitiu estender o poder desta Monarquia nessas vastas regiões para destruir ou reduzir à escravidão os naturais habitantes dela, mas para trazer o conhecimento da religião, e para mudar seus bárbaros costumes em outros humanos, e mais úteis para sua própria conservação”*.

Ao invés de uma política pacífica, como recomendava as ordens reais vindas de Portugal. O que prevalecia era o genocídio sistemático dos nativos.

Aldeamentos indígenas

Durante a época da mineração, as relações entre índios e mineiros foram eminentemente guerreiras e quase sempre de mútuo extermínio. No dizer de Palacín *“Ao mineiro, sempre apressado e inquieto, faltavam o tempo e a paciência para atrair o índio mediante uma política pacífica. À invasão dos seus territórios e as perseguições de capitães-do-mato, respondiam os índios com contínuas represálias.”*

No sul, os Caiapós moveram guerra contínua durante 50 anos, chegando muitas vezes às portas de Vila Boa. Os que não foram exterminados pelos sertanistas de contrato Antônio Pires de Campos e Antônio Godoy acabaram aldeados em São José de Mossâmedes, hoje município de Mossâmedes.

No norte, a trajetória dos Acroás e Xacriabás foi semelhante. Habitavam a região de Arraias, São Domingos e Natividade. Combatidos

pelo sertanista de contrato Wenceslao Gomes da Silva, foram posteriormente aldeados em São José do Duro, hoje Dianópolis.

Mas ao norte, com a decadência da mineração, a atividade hostil dos índios recrudescceu, exterminando fazendas e até arraiais florescentes, como Palma. Especialmente na região dos grandes rios, onde os índios se refugiaram, as hostilidades continuariam durante muitos anos.

“Aldear os índios consistia em reuni-los em povoações fixas, chamadas aldeias, onde, sob supervisão de uma autoridade leiga ou religiosa, deviam cultivar o solo e aprender a religião cristã. Em 1754, deu D. Marcos de Noronha regimento a estas aldeias, submetendo aos índios a um rigoroso regime militar, que gerou os piores resultados,” no dizer de Luís Palacín.

Gastaram-se enormes somas na construção e na manutenção das aldeias, mais de 200 contos, quando o orçamento da capitania não passava de 50. Mas se as intenções foram boas, os resultados foram pífios. As dificuldades eram enormes. Não havia pessoal especializado, a população não cooperava, via o índio como um inimigo ou mesmo um “bicho do mato”, e os próprios índios acostumados a viver em liberdade, não resistiam à nova vida em confinamento e muitas vezes se rebelavam. Sem contar as doenças transmitidas pelos brancos que dizimaram grande parte dos silvícolas.

Povos indígenas remanescentes em Goiás

POVO	REGIÃO	INDIVÍDUOS	RESERVA
Avá-Canoeiro	Minaçu Colinas do Sul	7	38.000 ha
Karajá	Aruanã	70	719 ha
Tapuios	Rubiataba Nova América	235	1.666 ha

Observação: Os *Tapuia* ou *Tapuios* são remanescentes dos povos indígenas que foram levados para o aldeamento Carretão, construído pela administração colonial portuguesa em 1788. Os primeiros habitantes deste local foram as etnias *Xavante*, *Xerente*, *Karajá* e *Kayapó* e negros africanos fugidos da escravidão das fazendas. Os *Tapuia* são a mistura desses grupos étnicos (quatro povos indígenas mais os negros).

Fonte: ISA - Povos indígenas no Brasil, www.socioambiental.org

A COLONIZAÇÃO DE GOIÁS - Resumão

- No século XVI começam as primeiras bandeiras e entradas em busca do ouro e aprisionamento do índio;
- Em 1722 o bandeirante, Bartolomeu Bueno da Silva Filho, o Anhanguera Filho, acha a primeira jazida de ouro em Goyaz;
- O Anhanguera funda o Arraial de Santana, que originou Vila Boa e hoje é a Cidade de Goiás;
- No período Minerador a sociedade é urbana e negra;
- Goyaz fazia parte da Capitania de São Vicente (São Paulo).

A Criação da Capitania de Goyaz

- 1744 – criação da Capitania de Goyaz;
- A Capitania de Goyaz é criada com o objetivo da coroa de aumentar o controle sob a região mineradora;
- 1749 - O Primeiro Governador - Conde D'Arcos (paulista);
- Cria-se duas casas de fundição: Uma em Vila Boa: Sul e outra em São Félix/Cavalcante: Norte.
- Começa a diferenciação entre o Sul e o Norte de Goyaz. O Sul passa a se destacar mais, as pessoas chegavam de mula e carroças, vinham do litoral Sudeste, São Vicente. O Norte passa a ser ocupado mais por nordestinos, vinham pelos rios, Rio Tocantins e depois Rio Araguaia;
- O ouro é de aluvião;
- Por volta de 1778 tem início a decadência da mineração. Há uma queda da população urbana com uma queda gradual do número de escravos, devido a crise do ouro;

A vinda da família real para o Brasil (1808)

As guerras napoleônicas (1805-1815) apresentaram dois aspectos importantes: de um lado as lutas contra as nações absolutistas do continente europeu, que viam na Revolução Francesa um grande perigo; de outro, as lutas contra a Inglaterra, por força das disputas econômicas entre esses dois países burgueses.

Em 1806, apesar do domínio continental estar aparentemente assegurados, a Inglaterra resistiu a Napoleão, favorecida pela sua posição insular (Ilha) e sua supremacia naval, sobretudo depois da batalha naval de Trafalgar (1805), quando a marinha francesa foi derrotada e quase inteiramente destruída.

Impossibilitado e voltar a atacar a Inglaterra, Napoleão decretou o Bloqueio Continental (1806), que consistia na proibição a todos os países europeus de fazerem comércio com os ingleses, sob pena de ter seus países invadidos pela imbatível tropa terrestre napoleônica.

Para Napoleão tratava-se, pois, de derrotar a Inglaterra através de sua supremacia continental. O bloqueio continental era uma guerra indireta para desorganizar a economia inglesa.

Outro problema que Napoleão teve de enfrentar foi Portugal – tradicional aliado da Inglaterra – que relutava em aderir ao bloqueio. Para pôr fim às hesitações, Napoleão ordenou que Portugal rompesse com a Inglaterra e prendesse os súditos ingleses, confiscando-lhes os bens. Caso contrário, a invasão francesa seria inevitável. Sem poder responder negativa ou positivamente ao ultimato francês, a situação de Portugal refletia com toda a clareza a impossibilidade de manter o status quo. Pressionada por Napoleão, mas incapaz de lhe opor qualquer resistência, e também sem poder prescindir da aliança britânica, a Corte portuguesa estava hesitante. Qualquer opção significativa causaria, no mínimo, o desmoronamento do sistema colonial ou do que dele ainda restava. A própria soberania de Portugal encontrava-se ameaçada, sem que fosse possível vislumbrar qualquer solução plausível.

Nesse contexto, destacou-se o papel desempenhado por Lord Strangford, que, segundo Oliveira Lima, foi “um desses diplomatas, que a Inglaterra costuma exportar para certos países; que têm mais de protetores do que de negociadores, e que impõem, com mais brutalidade do que persuasão, o reconhecimento egoísta dos interesses dos seus concidadãos e de sua nação”. Como representante inglês, Strangford soube impor, sem vacilação, o ponto de vista da Coroa Britânica.

As imposições britânicas

Para a Corte de Lisboa colocou-se a seguinte alternativa: permanecer em Portugal, e sucumbir ao domínio napoleônico, ou retirar-se para o Brasil. Esta última era a solução definida pela Inglaterra. Para Nelson Werneck Sodré, “a ação de Strangford não se resumia, entretanto, em defender a solução da retirada para o Brasil, que permitia à Inglaterra subtrair a frota portuguesa ao aprisionamento pela forças francesas (...)”. Por outro lado, era “preciso fazer pagar a ajuda, pressionar no sentido de extrair o máximo de concessões daquele governo transido (apavorado), afetado de todos os lados, sem saída, sem possibilidade de resolver sozinho a situação”.

Como a invasão do país era iminente, só restava a D. João e a Corte portuguesa fugirem para o Brasil sob proteção britânica.

O momento era de pânico. As tropas napoleônicas comandadas por Junot já invadiam Portugal. O Tesouro Nacional era saqueado por membros do governo e nobres que fugiam para o Brasil. O povo estava sendo abandonado e a revolta pelas ruas acelerava a fuga. D. João fugiu disfarçado para se esconder da fúria popular. No desespero, muita gente morreu afogada tentando nadar até os navios que zarpavam.

Segundo Nelson Werneck Sodré, “foi um salve-se quem puder trágico, amargo, característico do nível de desagregação a que chegará o Reino de Portugal sob o governo bragantino e de uma classe feudal inepta e corrupta. O espetáculo teve cores dantescas”.

No meio da parafernália uma frase coerente foi dita pela louca rainha D. Maria I aos que a conduziam correndo num coche: “Não corram tanto, vão pensar que estamos fugindo”.

Consequências administrativas da vinda da família real para o Brasil

Para organizar a administração da nova sede do reino português foram necessárias várias providências.

- Criação dos Ministérios da Fazenda e Interior, Marinha, Guerra e Estrangeiros.
- Fundação do Banco do Brasil,
- Criação das primeiras faculdades no Brasil (de Medicina, na Bahia e de Direito, no Recife.
- Instalação da Casa de Suplicação (Supremo Tribunal), etc.

- Elevação do Brasil a categoria de Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, em 1815.

Novas tentativas de reativação da Economia

Na primeira metade do século XIX, era desolador o estado da capitania de Goiás. Com a decadência a população não só diminuiu como se dispersou pelos sertões, os arraiais desapareciam ou se arruinavam e a agropecuária estava circunscrita à produção de subsistência.

Como medidas salvadoras, o príncipe regente D. João VI, assim que chegou ao Brasil, em 1808, passou a incentivar a agricultura, a pecuária, o comércio e a navegação dos rios. Várias medidas foram anunciadas, mas a maioria nunca saiu do papel.

- 1) Foi concedida a isenção de impostos pelo período de 10 anos aos lavradores que, nas margens dos rios Tocantins, Araguaia e Maranhão fundassem estabelecimentos agrícolas.
- 2) Ênfase à catequese do índio para aculturá-lo e aproveitá-lo como mão-de-obra na agricultura.
- 3) Criação de presídios às margens dos rios, com os seguintes objetivos: proteger o comércio, auxiliar a navegação e aproveitar o trabalho dos nativos para o cultivo da terra.

Presídios eram colônias militares de povoamento, defesa e especialização agrícola. Em Goiás, os mais importantes foram Santa Maria (atual Araguacema-TO), Jurupense, Leopoldina (atual Aruanã-GO), São José dos Martírios. Na verdade, deram poucos resultados, por causa do isolamento e da inaptidão dos soldados no cultivo da terra. A maioria desses presídios desapareceu com o tempo.

- 4) D. João VI, atendendo a uma antiga demanda de vários capitães-generais (governadores) de Goiás que reclamavam do tamanho gigantesco da área geográfica de Goiás, dividiu o território goiano em duas comarcas: a do sul, compreendendo os julgados de Goiás (cabeça ou sede), de Meia Ponte, de Santa Cruz, de Santa Luzia, de Pilar, de Crixás e de Desemboque; a do norte ou Comarca de São João das Duas Barras, compreendendo os julgados de Vila de São João da Palma (cabeça ou sede), de Conceição, de Natividade, de Porto Imperial, de São Félix, de Cavalcante e de Traíras.

Foi nessa época que surgiram através da navegação: Araguacema, Tocantinópolis, Pedro Afonso, Araguatins e Tocantínia e pela expansão da criação de gado, Lizarda.

A divisão de Goiás em duas comarcas

A divisão de Goiás em duas comarcas foi a semente que deu origem ao atual estado do Tocantins, pois ficou determinado que a divisa das duas comarcas fosse mais ou menos à altura do paralelo 13°, atual fronteira entre os dois estados.

Outro fato importante foi a nomeação de Joaquim Teotônio Segurado como Ouvidor da Comarca do Norte, que acabou liderando o primeiro movimento separatista.

O avanço da Pecuária

Com a decadência da mineração a pecuária tornou-se uma opção natural, por vários motivos:



Boi Curraleiro

- 1) O isolamento provocado pela falta de estradas e da precária navegação impediam o desenvolvimento de uma agricultura comercial.
- 2) O gado não necessita de estradas, autolocomove-se por trilhas e campos até o local de comercialização e/ou abate.
- 3) Existência de pastagem natural abundante. Especialmente nos chamados cerrados de campo limpo.
- 4) O investimento era pequeno e o rebanho se multiplica naturalmente.
- 5) Não necessita de uso de mão-de-obra intensiva, como na mineração. Aliás, dispensa mão-de-obra escrava.
- 6) Não era preciso pagar salário aos vaqueiros, que eram homens livres e que trabalhavam por produtividade. Recebiam um percentual dos bezeros que nasciam nas fazendas (regime de sorte).

Um novo tipo de povoamento se estabeleceu a partir do final do século XVIII, sobretudo no Sul da capitania, onde campos de pastagens naturais se transformaram em centros de criação.

A necessidade de tomar dos silvícolas (índios) áreas sob seu domínio, que estrangulavam a marcha do povoamento rumo às porções setentrionais (norte), propiciou também a expansão da ocupação neste período.

Veja o trecho da canção *Saudade Brejeira*:

Que saudade do meu alazão

Do berrante imitando o trovão

Da boiada debaixo do sol

Nos caminhos gerais do sertão.

Esta música e outras como *Chico Mineiro* ou *Berrante de Madalena*, refletem um momento muito especial da ocupação de Goiás, quando no Sul e no Norte de Goiás, no início do século XIX, a mineração era de pequena monta, fazendo surgir um novo surto econômico e de povoamento representado pela pecuária, estabelecida através de duas grandes vias de penetração: a do Nordeste, representada por criadores e rebanhos nordestinos, que pelo São Francisco se espalharam pelo Oeste da Bahia, penetrando nas zonas adjacentes de Goiás. O Arraial dos Couros (Formosa) foi o grande centro dessa via. A de São Paulo e Minas Gerais, que através dos antigos caminhos da mineração, penetrou no território goiano, estabilizando-se no Sudoeste da capitania.

Assim, extensas áreas do território goiano foram ocupadas em função da pecuária, dela derivando a expansão do povoamento e o surgimento de cidades como Itaberaí, inicialmente uma fazenda de criação, e Anápolis, local de passagem de muitos fazendeiros de gado que iam em demanda à região das minas e que, impressionados com seus campos, aí se instalaram.

Pecuária se desenvolve melhor no Sul

Este povoamento oriundo da pecuária, entretanto, apresentou numerosos problemas. Não foi, por exemplo, um povoamento uniforme: caracterizou-se pela má distribuição e pela heterogeneidade do seu crescimento. Prosperou mais no sul, que ficava mais perto do mercado consumidor do sudeste e do litoral.

Enquanto algumas áreas permaneceram estacionárias – principalmente no norte, outras decaíram (os antigos centros mineradores), e outras ainda, localizadas principalmente na região Centro-Sul, surgiram e se desenvolveram, em decorrência sobretudo do surto migratório de paulistas, mineiros e nordestinos.

Durante o século XIX a população de Goiás aumentou continuamente, não só pelo crescimento vegetativo, como pelas migrações dos Estados vizinhos. Os índios diminuíram quantitativamente e a contribuição estrangeira foi inexistente.

A pecuária tornou-se o setor mais importante da economia.

O incremento da pecuária trouxe como conseqüência o crescimento da população. Correntes migratórias chegavam em Goiás oriundas do Pará, do Maranhão, da Bahia e de Minas, povoando os inóspitos sertões

Povoações surgidas no período: no Sul de Goiás: arraial do Bonfim (Silvânia), à margem do rio Vermelho, fundado por mineradores que haviam abandonado as minas de Santa Luzia, em fase de esgotamento. Campo Alegre, originada de um pouso de tropeiros; primitivamente, chamou-se Arraial do Calaça. Ipameri, fundada por criadores e lavradores procedentes de Minas Gerais. Santo Antônio do Morro do Chapéu (Monte Alegre de Goiás), na zona Centro-Oriental, na rota do sertão baiano.

Posse, surgida no início do século XIX, em consequência da fixação de criadores de gado de origem nordestina.

Nas porções norte do estado, ligadas à política de povoamento dos vales dos rios Araguaia e Tocantins, com objetivos ligados à implantação do comércio fluvial, surgiram as seguintes povoações: Porto Real (Porto Nacional), no final do século XVIII. São Pedro de Alcântara e Araguacema, na região do Araguaia no início do século XIX.

A Ruralização



As características do tipo de pecuária exercido na época - basicamente extensiva - por outro lado, não propiciavam a criação de núcleos urbanos expressivos.

A economia tendeu a uma ruralização cada vez mais marcante e o tipo de atividade econômica gerou grande dispersão e da população. Os antigos centros mineradores decadentes não foram substituídos por povoações dinâmicas.

No norte de Goiás, atual Tocantins, a expansão da criação do gado cada vez mais para o norte fez surgir novas povoações, como Taguatinga, Ponte Alta do Bom Jesus, Lizarda, Peixe, Pedro Afonso, Tocantínia, Tocantinópolis, Itaguatins e Araguatins; o gado se espalhará por todo o estado até a região do bico do papagaio.

A Visão do Viajante

Auguste de Saint-Hilaire, viajou pelo Brasil entre 1816 e 1822, naturalista francês - em sua obra "Viagem às Nascentes do Rio São Francisco e pela Província de Goiás", deixa em seus relatos do início do século XIX, uma visão de indolência (preguiça) e inanição (fome) muito marcante da gente goiana. Assim, o século XIX fica conhecido como um momento de "decadência".

Veja seguir um relato de S. Hilaire acerca da situação de Goiás:

"Já não há em Santa Luzia senão pequenissimo número de lojas muito mal sortidas; tudo se compra a crédito. Os jornaleiros - trabalhadores por jornada - têm maior dificuldade em se fazer pagar, se bem que o seu salário não vá a mais de 600 por semana; e negros creoulos me diziam que preferiam recolher no córrego de Santa Luzia um único vintém de ouro por dia, do que se porem a serviço dos cultivadores por 4 vinténs, uma vez que os patrões pagam em gêneros dos quais lhes é impossível se desfazerem. Certos colonos caíram em tal miséria que ficam meses inteiros sem poder salgar os alimentos (falta de sal), e quando o pároco faz a sua excursão para a confissão pascal, sucede freqüentemente que todas as mulheres da mesma família se apresentam uma pós outra com o mesmo vestido."

S. Hilaire. *Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela Província de Goiás.*

A visão de decadência é, contudo uma visão etnocêntrica e eurocêntrica.

- Passou por Goiás um grupo de europeus intelectuais, século XIX, chamados de viajantes;
- O viajante mais importante é Saint-Hilaire, ele afirma que o povo goiano é preguiçoso, indolente e miserável. E diz que Goiás, é a região mais atrasada, isolada e decadente que ele viu no Brasil;
- Saint-Hilaire compara Goiás com a Europa, tem uma visão européia de desenvolvimento;
- Saint-Hilaire não leva em consideração o contexto histórico para retratar a região e o povo goiano, não vê que essa é uma região

mineradora em decadência e não vê que não é culpa do povo, que é preguiçoso, mas é um povo que só produz para comer (subsistência), é isolado, não comercializa e a região é miserável.

- Outro viajante importante foi o austríaco, Joahan Emanuel Phol que viajou pelo interior do Brasil entre 1817 e 1821, com o intuito de desvendar as nossas riquezas. Em seu livro *Viagem ao Interior do Brasil*, Phol relata sua passagem pelo vale do Tocantins, quando passou pelos arraiais de São José do Duro (Dianópolis) e Carmo (Monte do Carmo), descrevendo o estado de miserabilidade e penúria que vivia a população ribeirinha. Para ele, o declínio da mineração do ouro foi irreversível, em especial no norte da Capitania de Goiás, onde a crise foi mais profunda, em função da região ser isolada, tanto geograficamente, quanto propositalmente, pois a região sofreu medidas que frearam o seu desenvolvimento entre as quais, ele cita: o fato de a coroa não ter incentivado a produção agropecuária nas regiões auríferas, o que tornava abusivo o preço de gêneros de consumo e favorecia a especulação; a carência de transportes, a falta de estradas e o risco freqüente de ataques indígenas que dificultavam o comércio, além da cobrança de pesados tributos que contribuíram para a drenagem do ouro para fora da região.

PERÍODO DO IMPÉRIO (1822-1889)

A Revolução do Porto (1820)

Em 1820 um movimento revolucionário liberal explodiu em Portugal e depôs o governo local que era chefiado pelo comandante militar inglês, Lord Beresford.

Os rebeldes do Porto decidiram convocar as Cortes, Assembléia encarregada de elaborar uma Constituição para Portugal pondo fim ao regime absolutista.

Dentre as principais determinações dos rebeldes estavam as seguintes:

- a volta imediata de D. João VI para Portugal;
- que ele aceitasse previamente a Constituição, pondo fim ao absolutismo monárquico;
- que a sede das Cortes (Assembleia Legislativa) fosse em Lisboa.

Temendo perder o trono de Portugal, D. João VI acatou as determinações. Partiu de volta a Lisboa em abril de 1821 deixando no trono seu filho D. Pedro, como príncipe regente do Brasil.

Esse retorno de D. João VI a Portugal ativou o movimento de independência do Brasil e provocou agitações políticas em quase todas as capitanias do país, inclusive em Goiás, onde o houve o movimento separatista do Norte.

A Independência do Brasil

O objetivo das Cortes de Lisboa era manter um governo liberal e constitucional em Portugal conjugado com antigas práticas do Mercantilismo. Por exemplo, queriam recolonizar o Brasil e revogar o Estatuto de Reino Unido, transformando o Brasil de volta em colônia de exploração, para solucionar suas dificuldades econômicas, medidas que, obviamente, seriam combatidas pelas elites econômicas e políticas brasileiras.

Ordens vindas de Lisboa promoveram a transferência de várias repartições governamentais e exigiram o imediato regresso de D. Pedro a Portugal sob o pretexto de completar sua formação cultural. Os brasileiros perceberam as intenções das Cortes e passaram a apoiar uma ruptura com Portugal.

Os protestos se avolumavam. A radicalização das Cortes unia, no Brasil, aqueles que achavam que o país poderia continuar ligado a Portugal, desde que mantivesse sua autonomia e seu status de Reino Unido, e aqueles que defendiam o rompimento total, absoluto e definitivo.

As abastadas camadas sociais urbanas e rurais procuraram envolver D. Pedro, para que ele aceitasse a idéia de realizar a emancipação definitiva sem trauma, isto é, sem conflitos armados que envolvessem a participação das camadas populares.

Em 09 de janeiro de 1822, foi levado ao príncipe regente um abaixo-assinado com 8.000 assinaturas de aristocratas e representantes do comércio. O documento pedia sua permanência no Brasil e lhe oferecia a possibilidade de reinar sobre um império na América. Esse episódio

passou à história com o nome de Dia do Fico, pois D. Pedro teria dito: “Como é para o bom de todos e felicidade geral da nação, estou pronto, diga ao povo que eu fico”.

A decisão de ficar no Brasil, contrariando decisões das Cortes, provocou a reação das tropas portuguesas comandadas pelo tenente-coronel Jorge de Avilez. Na mobilização do povo contra as tropas de Avilez destacou-se o Clube de Resistência, recém-criado no Rio de Janeiro, Jorge de Avilez e seus comandados foram expulsos do Brasil em fevereiro de 1822.

Como reação ao Fico, os ministros portugueses no Brasil pediram demissão. D. Pedro formou então um novo ministério, no qual se destacou José Bonifácio pela sua ação em prol da independência.

O novo ministério simbolizava a liderança da aristocracia. Dele saíram algumas determinações que encaminhavam o Brasil para a firmação de sua independência. Em maio de 1822 foi decretado que nenhuma lei vinda de Portugal seria aceita no Brasil sem o Cumpra-se do príncipe regente. No mesmo mês D. Pedro recebeu da maçonaria a Câmara do Rio de Janeiro o título de Protetor e Defensor Perpétuo do Brasil.

Em Junho, acatando a iniciativa dos liberais radicais liderados por Gonçalves Ledo, D. Pedro assinou a convocação de uma Assembléia Constituinte. José Bonifácio, que era contra a convocação, terminou por aceitá-la, mas insistiu na idéia de que a eleição fosse pelo voto censitário, o que tiraria do povo o direito de eleger representantes.

Em agosto, foi assinado um decreto que considerava inimigas todas as tropas portuguesas que desembarcassem no Brasil.

O grito de Independência

Restava apenas oficialização da emancipação definitiva, e isso aconteceu no dia 7 de setembro de 1822, quando D. Pedro, encontrando-se em São Paulo, recebeu cartas das Cortes insistindo em seu regresso a Portugal e ameaçando o Brasil com o envio de tropas. Ao ler as cartas o príncipe decidiu-se pelo rompimento definitivo. Estava finalmente oficializada a independência política do Brasil. O Estado Brasileiro, criado em 1822, foi montado sobre a velha estrutura conservadora, agroexportadora, escravista e dependente dos mercados e do capital internacionais. Era um império escravista, bem ao seu gosto da aristocracia.

Reflexos da Independência em Goiás

Em Goiás as incertezas que antecederam a independência, aliadas ao contexto político-econômico local, permitiram o desenvolvimento de dois importantes movimentos, um na capital, Vila Boa, e o outro no norte da Capitania.

Em Vila Boa, centro político-administrativo da Capitania, um grupo bastante restrito, mas historicamente significativo, ligado ao clero e às forças militares, intentou a derrubada do governador, capitão-general Manuel Ignácio de Sampaio, português que governou Goiás entre 1820 e 1822. O “grupo de radicais” era liderado pelo Padre Luís Bartolomeu Marques, José Rodrigues Jardim e pelo Capitão Felipe Antônio Cardoso.

O golpe eclodiria em 14 de agosto de 1821, mas fracassou em função da prisão dos principais líderes. O grupo contava com seis membros, sendo três militares e três religiosos e foram todos expulsos da capital. A ação repressora do capitão-general Manuel Inácio de Sampaio conseguiu desarticular o movimento que, embora frustrado, revela-nos a difusão das idéias liberais na Capitania e a tentativa consciente de elementos da elite local de enfeixar em suas mãos o controle da região, afastando o domínio português.

Enquanto ocupou o poder em Goiás, o capitão Sampaio convocou eleições, em virtude do desenrolar dos acontecimentos políticos no Rio de Janeiro e na metrópole. O pleito destinava-se a eleger os representantes goianos nas Cortes de Lisboa, sendo eleitos o Ouvidor Joaquim Teotônio Segurado, pela Comarca do Norte e o Padre Silva e Sousa, pela Comarca do Sul.

Em 03 de novembro de 1821, novas eleições escolheram uma junta de governo provisório para Goiás, presidida pelo próprio Capitão Sampaio e composta por membros de uma oposição moderada, liderada por José Rodrigues Jardim e pelo Padre Luiz Gonzaga de Camargo Fleury.

Uma vez disperso o grupo radical, que tentara, sem sucesso, a deposição de Sampaio, a oposição ao governador português passa a se

expressar através do grupo dos moderados. “Basicamente, o que o diferenciava do grupo anterior era o fato de nunca ter a iniciativa em relação à independência, limitando-se a agir conforme a situação evoluía no Rio de Janeiro. Tinha como objetivo obter o comando da Província e mantê-la unida, segundo orientação regencial”, no dizer de Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante.

Mais bem articulado politicamente e com o apoio da classe proprietária de Vila Boa e Meia Ponte, o grupo moderado logrou a derrubada do governador Sampaio e a eleição da nova junta provisória, em 08 de abril de 1822.

Vislumbra-se aqui, o início de um longo processo de consolidação da elite no poder local em Goiás, cujo desdobramento será a formação das oligarquias que exercerão o mando político com a instalação da República Federativa, em 1989, e o advento do coronelismo.

O movimento separatista do norte de Goiás (1821-1823)

Em 1821, houve a primeira tentativa oficial de criação do que hoje é o estado do Tocantins. O movimento iniciou-se na cidade de Cavalcante. O mais proeminente líder do movimento separatista foi o ouvidor Joaquim Teotônio Segurado, que já manifestara preocupação com o desenvolvimento do norte goiano antes mesmo de se instalar na região. Teotônio Segurado, entre 1804 e 1809, fora ouvidor de toda a Capitania de Goiás e, quando em 1809, o território goiano foi dividido em duas comarcas, por D. João VI, ele tornou-se ouvidor da comarca do norte. Teotônio declarou a Comarca do Norte (o que corresponde ao atual estado do Tocantins) independente da comarca do sul (atual estado de Goiás).

É importante destacar que Teotônio Segurado não era propriamente um defensor da causa da independência brasileira, diferenciando-se, portanto do “grupo de radicais”, liderados pelo Padre Luiz Bartolomeu Marques, originário de Vila Boa (leia o manifesto reproduzido abaixo). O ouvidor defendia a manutenção do vínculo com as Cortes de Lisboa, sendo inclusive, eleito representante goiano para aquela assembléia, cuja função seria elaborar uma Constituição comum para todos os territórios ligados à Coroa Portuguesa.

O passo a passo da rebelião

O movimento separatista do norte representou uma continuidade da fracassada tentativa de derrubada do Governador de Goiás, o português capitão-general Manuel Inácio de Sampaio ocorrida na capital, Vila Boa de Goiás.

Esse movimento foi liderado pelo Padre Luiz Bartolomeu Marques e pelo Capitão Felipe Antônio Cardoso, dois entusiastas defensores da independência do Brasil. Ambos lideraram em 14 de agosto de 1821 movimento golpista que pretendia derrubar o capitão-general.

Descoberta a conspiração, Manuel Inácio Sampaio mandou prender todos os líderes. O Capitão Felipe Antônio foi aprisionado em Arraias, o Padre Luiz Bartolomeu Marques foi banido de Vila Boa e ficou proibido de se aproximar de uma distância de 50 léguas (300 km) da capital.

No município de Cavalcante, o Padre Francisco Joaquim Coelho de Matos assumiu a liderança do movimento independentista (do Brasil) e refugiou-se no interior da capitania. O Pe. Francisco Joaquim soube catalisar o sentimento de abandono da população local e procurou apoio da elite pecuarista da região.

O movimento rebelde começou em Cavalcante, no dia 14 de setembro de 1821. Nesse dia, depois de uma tensa reunião, que durou horas e prosseguiu noite adentro, foi escolhido o Ouvidor da Comarca do Norte, Joaquim Teotônio Segurado, para presidente da junta de governo provisório.

Desunião leva ao fracasso do movimento

Desde o seu início o movimento separatista mostrou-se dividido:

PORTUGUESES	BRASILEIROS
De um lado o Ouvidor Teotônio Segurado e seus correligionários, a maioria portugueses de nascimento, que defendiam um governo independente para a comarca do norte mas queriam manter o Brasil unido a Portugal.	De outro, o grupo do Pe. Luiz Bartolomeu e do Cap. Felipe Antônio , formado por brasileiros natos, que além de advogarem a divisão da capitania de Goiás, defendiam a independência do Brasil em relação a Portugal.

Em outubro de 1821, atendendo à maioria das lideranças regionais, Teotônio transferiu o novo governo para Arraias, fazendo surgir forte oposição dos representantes de Cavalcante. Teotônio permaneceu à frente da Junta de Governo independente do Norte entre 14 de setembro de 1821 e janeiro de 1822, quando rumou para Portugal, representando Goiás nas Cortes.

O afastamento de Teotônio Segurado

Três meses após o início do movimento e da criação da Província da Palma, Segurado deixou a presidência da junta provisória e embarcou para Lisboa, ele havia sido eleito como deputado constituinte para participar da elaboração da Constituinte convocada pelos rebeldes do Porto, que puseram fim a monarquia absolutista em Portugal.

A saída de Teotônio gerou o fortalecimento do grupo dos brasileiros natos, liderados pelo Pe. Luiz Bartolomeu e o Cap. Felipe Antônio, o que desagradou bastante D. Pedro I, e seu Ministro Plenipotenciário José Bonifácio de Andrada e Silva, o Patriarca da Independência.

Duplo governo

Com a saída de Segurado o movimento se dividiu ainda mais.

Em Cavalcante, Febrônio José Vieira Sodrê governava como sucessor de Teotônio Segurado.

Em Natividade o tenente-coronel Pio Pinto Cerqueira passou a governar com o apoio de vários militares, inclusive do Cap. Felipe Antônio.

Observa-se que o governo independente instalou-se primeiramente em Cavalcante, passando por Arraias e, depois, por Natividade/Cavalcante, com a duplicidade de governadores. Tal fato revela graves divergências entre as lideranças dos arraiais que encamparam a causa separatista, todos disputando a hegemonia política na região. As divisões internas facilitaram sobremaneira a ação repressora do governo do sul de Goiás.

A independência do Brasil e o fim do movimento separatista

Em 07 de setembro de 1822, D. Pedro I declarou a independência do Brasil. O cap. Felipe Antônio e o Ten. Coronel Pio Pinto Cerqueira ficaram eufóricos e acreditaram que o movimento separatista seria fortalecido. Chegaram a enviar à capital o deputado provincial goiano Tenente Bernardino de Sena, para tentar oficializar a separação de Goiás e a criação da Província da Palma (com a independência as capitânias passaram a se chamar províncias), mas, o capitão-general Manuel Inácio Sampaio, governador de Goiás, fez valer o seu prestígio político junto a José Bonifácio de Andrada e Silva, Ministro e principal conselheiro de D. Pedro I, para impedir que a separação se concretizasse.

D. Pedro I, acatando pedido de seu ministro e conselheiro José Bonifácio, desaprovou o movimento separatista e ordenou a reunificação.

O Padre Luiz Gonzaga de Camargo Fleury, representante do governo do sul, foi enviado à região com o propósito de promover a reunificação da província. Camargo Fleury conseguiu, pois, em 24 de abril de 1823, dissolver o governo de Natividade, o que lhe valeu o título de “pacificador do norte”.

Um ofício de José Bonifácio, em nome do imperador D. Pedro I, datado de 23 de junho de 1823, sepultou definitivamente o movimento ao condenar a instalação de um governo ao norte, uma vez que considerava “a dita instalação contrária às Leis que proíbem multiplicidade de governos em uma só província”. O mesmo ofício recomendava o restabelecimento da unidade provincial, no que foi atendido.

Encerrava-se, naquele momento, o movimento separatista do norte de Goiás, valendo citar, porém, a lição de Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante que, no seu livro O Discurso Autonomista do Tocantins, diz:

“Muito embora o Governo Independente do Norte tenha arrefecido em meio às querelas políticas de interesse conflitantes das lideranças do Norte e do Centro-sul de Goiás, o projeto de autonomia política do Tocantins foi retomado por outras gerações em dois momentos politicamente significativos: de 1956 a 1960 e nos anos 1980, não excluindo falas isoladas que se manifestaram por meio da imprensa local.”

Portanto, apesar de vencido nos primeiros tempos do Brasil independente, a causa separatista permaneceu no espírito do povo norteense, revelando-se duradoura e persistente, o que resultou na Criação do estado do Tocantins, pela Constituição promulgada em 1988.

A precária situação do Norte

Em 1823, o Cel. Cunha Matos, militar enviado ao Norte para reconduzi-lo a união com o Sul, documenta em seus inscitos a indolência do povo e decadência dos arraiais sublevados: “Cavalcante é quase nada,.....aqui falta tudo, a fome é terrível.....dizem que nas Arraias, Conceição, Flores e Natividade, ainda é pior.....”.

O oficialismo político

A Constituição de 1824, outorgada por D. Pedro I criou no Brasil uma estrutura de poder extremamente centralizadora. O estado era unitário, o que corresponde à formação de um só centro de exercício do poder estatal, em toda a extensão do território nacional.

Desta forma, os presidentes de província e os principais cargos administrativos eram indicados diretamente pelo imperador, a partir da capital, o Rio de Janeiro. Muitas vezes eram pessoas que nem sequer conheciam a província o que gerava descontentamento das elites locais, que queriam usufruir o poder. Essa prática era conhecida como oficialismo político.

Esse descontentamento iria desaguar em um novo movimento rebelde, em 1831.

A abdicação de D. Pedro e a revolta de 1831

Em 07 de abril de 1831, após uma demorada crise política, que se arrastou por quase dois anos, D. Pedro I, abdicou do trono em favor de seu filho, D. Pedro II, que tinha apenas quatro anos de idade, na época.

A Abdicação ocasionou o surgimento das Regências (1831-1840), aprofundando ainda mais as divergências políticas e mergulhando o país no caos.

Rebeliões explodiram de norte a sul do país, como a Revolução Farroupilha, no Rio Grande do Sul, a Cabanagem, no Pará, a Balaiada, no Maranhão e a Sabinada, na Bahia.

Em Goiás, as elites locais se insurgiram contra o oficialismo político e também houve rebelião.

O movimento liderado por militares e membros do clero, explodiu em 13 de agosto de 1831 e depôs o Governador, português de nascimento, Miguel Lino de Moraes, bem como todos os portugueses ocupantes de cargos públicos em Goiás.

- 3 goianos no poder

* José Rodrigues Jardim (1831-37)

* Pe. Luiz Gonzaga Camargo Fleury (1837-39)

* José de Assis Mascarenhas (1839-45)

Com a instalação do segundo reinado, a partir de 1840, houve a volta do oficialismo político, mas começou a se formar as bases do coronelismo político, que seria marca registrada da República velha, com a criação da guarda nacional

PANORAMA ADMINISTRATIVO, POLÍTICO, CULTURAL DE GOIÁS DURANTE O IMPÉRIO

As condições sócio-econômicas do Brasil não possibilitaram uma ação satisfatória em Goiás, durante o século XIX. A política goiana, por outra parte, era dirigida por Presidentes impostos pelo poder central. Somente no fim do império em referência, começou a adquirir feições próprias. Coexistiu no aspecto cultural um verdadeiro vazio.

Cultura

- 1830 - Matutina Meiapontense (primeiro jornal)

- 1806-74 – José Joaquim da Veiga Vale (artista barroco)

- 1846 – Liceu de Goiás (Educação de referência)

Política e administração

Em Goiás os presidentes exerciam grande influência na vida política. Eram eles de livre escolha do poder central, sem vínculos familiares à terra, descontentando os políticos locais.

Condicionado por uma série de fatores, como falta de meios de transporte e comunicação, grandes distâncias, descasos administrativos, desequilíbrio entre receita e despesa, ausência de um produto econômico básico, Goiás teve vida medíocre no transcorrer do século XIX. Não participou do surto desenvolvimentista do Brasil, embrionário a partir da década de 50 e em aceleração depois dos anos 70.

Nas últimas décadas do século XIX, grupos locais manifestaram-se insatisfeitos com a administração e responsabilizaram os Presidentes “estrangeiros” pelo grande atraso de Goiás e passaram a lutar pelo nascimento de uma consciência política. Sob pretexto de afastar o “oficialismo político” e partidos políticos – Liberal (1878) e Conservador – (1882). Os jornais Tribuna Livre, Publicados Goiano, Comércio, Goyaz, foram propulsores destas idéias e interesses.

A conseqüência de tais movimentos foi a fortificação de grupos políticos locais, lançando as bases oligárquicas goianas.

Goiás acompanhou os movimentos liberais, que grassaram no Brasil durante o século XIX.

A abolição não afetou a vida econômica da Província.

A transformação do regime monárquico em republicano ocorreu sem grandes dificuldades. Os Bulhões dirigentes do partido Liberal após o 15 de Novembro, apoiados pelos republicanos, tornaram-se os donos do poder em Goiás.

PERÍODO REPUBLICANO (1889...)

O Coronelismo em Goiás

Os aspectos da história política de Goiás desenvolveu, como no Brasil, particularidades republicanas, podendo ser dividida sua história política em:

- República Velha (1889-1930)
- Era Pedro Ludovico (1930-1945)
- República Populista (1945-1964)
- República Militar (1964-1985)
- Período da redemocratização (1985?)

República Velha (1889-1930)

Quando a monarquia caiu, alguns grupos políticos formaram um governo provisório formado por: Joaquim Xavier Guimarães Natal, que era o seu Presidente; José Joaquim de Souza e Major Eugênio Augusto de Melo.

Com o decorrer do tempo, consolidou-se a seguinte composição política em Goiás.

- Partido Republicano de Goiás, liderado pelos Bulhões;
- Partido Católico de Goiás, controlado pelo Cônego Ignácio Xavier da Silva.
- Partido Republicano Federal, liderado por Sebastião Fleury Curado.
- Partido Republicano Federal de Goiás, criado por José Xavier de Almeida.
- Partido Democrático, comandado pelos Bulhões e Caiado.

Nessa fase o que ocorria era uma disputa pelo poder entre as grandes famílias, refletindo o poder dos coronéis também em Goiás.

Três líderes exerceram um maior controle político sobre essa engrenagem “coronelista”: José Leopoldo de Bulhões, José Xavier de Almeida e Antônio Ramos Caiado.

Características Importantes do Período Coronelístico

Ocorreu grande descentralização do poder;

- Poder maior regional: localismo.

Os Bulhões (Bulhonismo/1889-1912)

Os Bulhões comandaram a política goiana no período de 1870-1900. O chefe desta família era Félix de Bulhões. Pouco antes da abolição ele surpreendia a todos fazendo discursos abolicionistas. Ele defendia a abolição da escravatura pois Goiás não dependia mais da mão-de-obra escrava. A elite apoiava a abolição, pois no século XIX o número de escravos era pequeno e a pecuária já havia se fundado.

Pontos Importantes:

- José Leopoldo de Bulhões Jardim era seu principal líder;
- Félix foi chamado de Castro Alves goiano, pois queria a abolição da escravatura.
- A lei Áurea não encontrou nenhum negro cativo na cidade de Goiás.
- Foram libertados em Goiás 4.000 escravos, segundo o historiador Luís Palacin.

Crise das Constituições

- Constâncio Ribeiro da Maya (do clã Fleury) desenvolve política anti-bulhônica e adia sucessivamente a reunião da Constituinte estadual.

- Leopoldo de Bulhões reúne a constituinte e promulga a “Constituição dos Bulhões” em 01/06/1891

- A constituinte é dissolvida pelo 20º Batalhão e nova Constituinte é instalada e promulgada nova Constituição em 01/12/1891.

- Após a queda de Deodoro a “Constituição dos Bulhões foi oficializada

- Interventor Braz Abrantes assume o poder

A Revolução de 1909

Em 1901, José Xavier de Almeida foi eleito Presidente do estado de Goiás com o apoio de Leopoldo de Bulhões, com o qual rompeu logo em seguida, ensaiando a criação do que alguns historiadores goianos chegaram a chamar de “Xavierismo”, já que Xavier de Almeida conseguiu eleger seu sucessor, Miguel da Rocha Lima, nas eleições de 1905, derrotando o candidato dos Bulhões.

Rocha Lima, do grupo político “xavierista” adotou uma política de tolerância mínima com a sonegação fiscal, prática comum à elite pecuarista goiana daquela época, o que provocou a fúria de inúmeros e poderosos criadores de gado.

Em 1909, catalisando a insatisfação desses pecuaristas que sentiam perseguidos pelo fisco goiano, Leopoldo de Bulhões aliou-se a Antônio Ramos Caiado, dentre outros, e desfecharam um golpe, derrubando o governador Rocha Lima.

Este episódio passou à história com o nome de Revolução de 1909.

Os Bulhões retomam o poder por pouco tempo, pois, em 1912, foram defenestrados do poder pela “Política de Salvações” do Presidente da República Hermes da Fonseca (1910-1914) e substituídos pela oligarquia dos Caiados, seus antigos aliados.

Os Caiado (Caiadismo/1912-30)

A família Caiado governou Goiás de 1912-1930 período da República Velha, sendo um tempo marcado pela violência e fraude, pois o voto era aberto, manipulado, sendo chamado de voto de cabresto. Em Goiás, na disputa do poder político o Coronel reformado Eugênio Jardim, que por ser cunhado dos Caiados, dividiu com eles o mandonismo estadual. Após a sua morte, Antônio Ramos Caiado (Totó Caiado) tornou-se o verdadeiro chefe político de Goiás.

Seus contemporâneos afirmam que dirigiu Goiás como se fora uma grande fazenda de sua propriedade.

Somente foi afastado do poder quando o movimento renovador de 30 tornou-se vitorioso. Em Goiás, seu grande opositor foi o médico Pedro Ludovico Teixeira.

Resumão:

Pontos Importantes:

- Antônio Ramos Caiado, conhecido como “Totó Caiado”. Foi um importante Senador goiano.
- A chamada oligarquia Caiado domina neste período o cenário político de Goiás especialmente na região de Vila Boa e Pirenópolis.
- Devido a violência do período Gilberto Teles chamou “a casa dos caiados o caso dos calados”;
- Os caiados possuíam jagunços para efetivar suas ações e manipular as eleições;
- Goiás recebe a Estrada de ferro em 1912, tem a integração do território, tem a ligação do interior com o litoral, devido ao café. O problema de comunicação ameniza-se. A primeira cidade goiana a receber a ferrovia é Catalão.
- Em 2010, a historiadora Lena Castello Branco lançou um livro importante, denominado *Poder e Paixão – A Saga dos Caiado*, onde, depois de um alentado trabalho de pesquisa descobriu um Totó Caiado mais “humano”.
- Lena Castello Branco afirma que a figura do coronel foi “demonizada” durante toda a Era Ludovico e suas pesquisas ajudam a fazer uma releitura da história de Goiás, no período da República Velha.

A REVOLUÇÃO DE 1930 EM GOIÁS

Noções Gerais

A Revolução de 1930, embora sem raízes próprias em Goiás, teve uma significação profunda para o Estado. É o marco de uma nova etapa histórica. Esta transformação não se operou imediatamente no campo social, mas no campo político. Não foi popular, nem sequer uma revolução de minorias com objetivos sociais. A consciência social não havia atingido tal ponto e faltava organização de classe. Foi feita por grupos heterogêneos da classe dominante descontente em Minas Gerais e Rio Grande do Sul, de militantes tenentistas e das classes médias, sem uma ideologia determinada e coerente, aglutinados por sua repulsa à ordem política estabelecida na República Oligárquica.

A Revolução não provocou muita mudança social, mas sem dúvida trouxe uma renovação política, com transformações profundas e decisivas no estilo de governo, que buscou decididamente o desenvolvimento. Ocorreu a construção de Goiânia.

GOIÁS NO PERÍODO REPUBLICANO (1889...)

Estrada de ferro dinamiza povoamento de Goiás

A construção da Estrada de Ferro foi o primeiro dinamismo na urbanização de Goiás. Em 1896 a Estrada de Ferro Mogiana chegou até Araguari (MG). Em 1909, os trilhos da Paulista atingiram Barretos (SP). Em 1913 Goiás foi ligado à Minas Gerais pela E.F. Goiás e pela Rede Mineira de Viação. Inaugurava-se uma nova etapa na ocupação do Estado.

O expressivo papel das ferrovias na intensificação do povoamento goiano ligou-se a duas ordens principais de fatores: de um lado, facilitou o acesso dos produtos goianos aos mercados do litoral; de outro, possibilitou a ocupação de vastas áreas da região meridional de Goiás, correspondendo à efetiva ocupação agrícola de parte do território goiano.

Entre 1888 e 1930, o adensamento e a expansão do povoamento nas porções meridionais de Goiás (Sudeste, Sul e Sudoeste) evidenciaram-se através da formação de diversos povoados, como: Santana das Antas (Anápolis), Rio Verde das Abóboras (Rio Verde), São Sebastião do Alemão (Palmeiras), Nazário, Catingueiro Grande (Itaçu), Inhumas, Cerrado (Nerópolis), Ribeirão (Guapó), Santo Antônio das Grimpas (Hidrolândia), Pindaibinha (Leopoldo de Bulhões), Vianópolis, Gameleira (Cristianópolis), Urutaí, Goiandira, Ouvidor, Cumari, Nova Aurora, Boa Vista de Marzagão (Marzagão), Cachoeira Alta, São Sebastião das Bananeiras (Goiatuba), Serrania (Mairipotaba), Água Fria (Caçu), Cachoeira da Fumaça (Cachoeira de Goiás), Santa Rita de Goiás, Bom Jardim (Bom Jardim de Goiás) e Baliza.

Dez novos municípios surgiram então: Planaltina, Orizona, Bela Vista, Corumbaíba, Itumbiara, Mineiros, Anicuns, Trindade, Cristalina, Pires do Rio, Caldas Novas e Buriti Alegre.

Economia

Chegada da Ferrovia Goiás

1913 – Goiandira, Ipameri e Catalão

1924 – Vianópolis

1930 – Silvânia

1931 – Leopoldo de Bulhões

1935 – Anápolis

- Aumento da atividade agrícola (arroz, milho e feijão)

- Charqueadas (Catalão, Ipameri e Pires do Rio)

Movimentos de Contestação ao coronelismo

- 1919 – Revolta em São José do Duro (Cel. Abílio Wolney)

- 1925 – Benedita Cypriana Gomes (Santa Dica)

- 1924-27 - Coluna Prestes (Tenentismo)

Imigração

Árabes: sírios e libaneses (dispersaram pelo estado de Goiás – Goiânia, Anápolis, Catalão, dentre outras cidades)

Alemães (Colônia de Uvá – Cidade de Goiás)

Italianos (Nova Veneza)

Movimento Tenentista

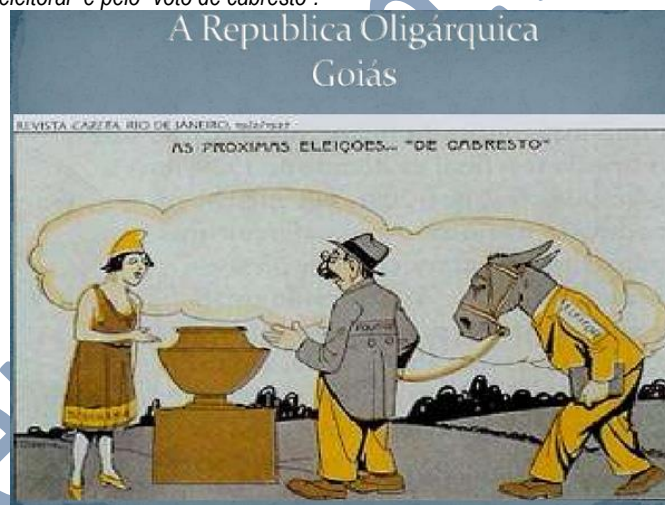
Os tenentes, na verdade, o jovem oficialato, protestavam contra o abandono em que se encontrava o exército, desaparecido e sem recursos. O governo só lhes atribuía missões humilhantes como depor oligarquias contrárias ao poder central. Eram os jagunços do governo, no dizer deles.

Esses jovens, devido a I Guerra Mundial, sofreram influências nacionalistas e industrialistas. Eles queriam moralizar a vida pública, acabar com a corrupção. Pregavam o voto secreto e a reforma do ensino, mas achavam que o povo “despreparado e ignorante” devia ser dirigido pelos “mais capazes”. Eram ferrenhamente contrários as às oligarquias estaduais que mantinham de pé a chamada política dos governadores.

LEITURA COMPLEMENTAR

A Política dos Governadores e o Coronelismo

O sistema coronelístico era a base da política dos governadores. Os coronéis eram grandes latifundiários que exerciam o poder local nos municípios brasileiros e controlavam a população local através do “curral eleitoral” e pelo “voto de cabresto”.



Na República Velha, o resultado das eleições não representava a vontade popular – era a democracia sem povo – pois a população dos municípios votava em quem o coronel mandasse e não raramente eram convencidos a isso através da violência.

As eleições geralmente eram fraudadas e os votos direcionados sempre garantiam a eleição ao candidato governista, que chegava a receber mais de 90% do votos, dependendo da influência do coronel que o apoiava.

O coronel trocava favores com as oligarquias estaduais, que, por sua vez, dirigiam os votos para o presidente, completando, dessa forma, a política dos governadores. Assim, as famílias se perpetuavam no poder.

O objetivo declarado pelos tenentes para o seu movimento rebelde era percorrer o interior do país conscientizando as pessoas da necessidade de acabar com esse pacto oligárquico. Para eles o pior entrave ao desenvolvimento nacional era o coronelismo, a base de sustentação da Política dos Governadores. Portanto, eram ferrenhamente contrários ao coronelismo.

1ª. Revolta Tenentista – Os 18 do Forte ou Revolta do Forte de Copacabana (05/07/1922)



- O objetivo era derrubar o Presidente Epitácio Pessoa
- A revolta foi brutalmente reprimida
- Apenas dois tenentes sobreviveram: Eduardo Gomes e Siqueira Campos

2ª. Revolta Tenentista – Levante de São Paulo (05/07/1924)

Em 05/07/1924, aniversário de 2 anos da primeira revolta, novamente os tenentes pegaram em armas para derrubar o governo, sob o comando do general Isidoro Dias Lopes, com o apoio de Antônio Siqueira Campos e Juarez Távora e conseguiram controlar a capital paulista por 23 dias.

Conseguiram o apoio de outros 5 estados: PE, RS, PA, AM e SE.

Mais uma vez as tropas federais bombardearam os quartéis e os revoltosos paulistas fugiram para o Sul, onde se juntaram ao grupo comandado pelo capitão Luís Carlos Prestes, formando a famosa Coluna Prestes.

3ª. Revolta Tenentista – A Coluna Prestes (1924-1927)

As pessoas possuíam um misto de admiração e temor pelos tenentes. Isso se dava em função dos boatos espalhados pelos coronéis da oligarquia Caiado, que governavam Goiás na época. Eles diziam que os tenentes eram revoltosos cruéis, que não respeitavam mulheres solteiras nem casadas; que eram ateus e comunistas, que queimavam igrejas, etc, etc... O que não era verdade. A prova disso é que quando a Coluna Prestes passou por Porto Nacional os comandantes dos rebeldes ficaram hospedados no convento das freiras dominicanas, onde até chegaram a imprimir um jornal, "O Libertador", que na verdade continha um resumo do manifesto das idéias tenentistas.

A passagem da Coluna Prestes por Goiás

A Coluna Prestes, considerada a terceira revolta tenentista, começou a se formar em Santo Ângelo (RS) mas oficialmente nasceu em Alegre (RS) onde se juntou com a Coluna Paulista, de onde partiu para percorrer mais de 25.000 km, atravessando 11 estados brasileiros, depois de um ligeiro desvio pelo território paraguaio.



Nessas andanças a coluna atravessou o estado de Goiás, entre setembro e outubro de 1925, passando por várias cidades, dentre elas, Mineiros, Planaltina, Arraias, Natividade, Porto Nacional, Tocantínia e Pedro Afonso, desviando em seguida para o Maranhão. No retorno da coluna do nordeste em direção ao centro-oeste, via estado da Bahia, ainda passaram pelo município de Dianópolis, no norte, atravessando até Mineiros, no sudoeste goiano, e se embrenhando no Mato Grosso.

Formada por um núcleo fixo de 300 militares, comandados pelo capitão Luís Carlos Prestes, o Cavaleiro da Esperança, em alguns momentos a coluna chegou a agregar em suas fileiras mais de 1.500

homens. Travou mais de 100 combates com as tropas federais, que solicitaram até a ajuda do cangaceiro Lampião, mas não foi derrotada.

Também não conseguiu vencer as tropas governamentais. Dispersou depois de dois anos e meio de lutas, já durante o governo de Washington Luís.

Esse foi o maior esforço militar empreendido até então no Brasil para a derrubada de um governo.

Os tenentes conseguiram parcialmente seu objetivo; sensibilizar a população para a mudança. O movimento tenentista preparou as bases para a revolução de 1930, que acabaria com a República do Café-com-leite, dando início à Era Vargas no Brasil.

A Revolução de 1930 em Goiás

O estopim da Revolução de 1930 foi a derrota de Getúlio Vargas para o cafeicultor paulista Júlio Prestes, numa eleição marcada por suspeitas de muitas fraudes, como era de costume.

O grupo Getulista não aceitou a derrota e com o apoio dos tenentes pegou em armas para derrubar o Presidente Washington Luís e impedir a posse de Júlio Prestes.

Em 03/10/1930 a luta armada iniciou-se simultaneamente no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul e logo se espalhou pelo país.

A Revolução de 1930, embora sem raízes próprias em Goiás, teve uma significação profunda para o Estado. É o marco de uma nova etapa histórica. Esta transformação não se operou imediatamente no campo social, mas no campo político.

Não foi popular, nem sequer uma revolução de minorias com objetivos sociais. A consciência social não havia atingido tal ponto e faltava organização de classe.

Foi feita por grupos heterogêneos da classe dominante descontente em Minas Gerais e Rio Grande do Sul, de militantes tenentistas e das classes médias, sem uma ideologia determinada e coerente, aglutinados por sua repulsa à ordem política estabelecida na República Oligárquica.

A Revolução não provocou muita mudança social, mas sem dúvida trouxe uma renovação política, com transformações profundas e decisivas no estilo de governo, que buscou decididamente o desenvolvimento.

As alianças e as Juntas - "Governos" em Goiás

No Brasil, em seu contexto geral, tivemos a formação da Aliança Liberal, composta por Getúlio Vargas, como candidato à presidência e João Pessoa, como Vice.

Em Goiás, a Aliança Liberal foi composta por Mário de Alencastro Caiado, Americano do Brasil, Domingos Neto Velasco (líder tenentista) e Nero de Macedo.

Após a "tomada" do poder, com a vitoriosa Revolução de 1930, formou-se no Brasil uma Junta Governativa, composta pelos generais Tasso Fragoso e Mena Barreto e pelo almirante Isaías de Noronha, que passou o poder a Getúlio Vargas em 3 de Novembro de 1930.

O mesmo ocorreu em Goiás, onde a Junta Provisória, formada por Mário de Alencastro Caiado, Emilio Francisco Povoá e Pedro Ludovico Teixeira, assumiu o poder.

No dia 23 de novembro de 1930, Pedro Ludovico Teixeira foi confirmado por Getúlio Vargas como Interventor Federal em Goiás, dando início a uma nova era política: a "Era Pedro Ludovico".

Reflexos da Revolução em Goiás

- Em Goiás, Pedro Ludovico Teixeira (Médico), Domingos Neto Velasco (Tenente) e Mário d'Alencastro Caiado (Desembargador) pegam em armas em apoio à Revolução.
- 24/10/1930 – A revolução triunfa após a renúncia de Washington Luís que entrega o poder a uma Junta Militar.
- 03/11/1930 – Getúlio assume a Presidência da República.
- Junta Provisória formada por Pedro Ludovico Teixeira, Mário d'Alencastro Caiado e Francisco Emilio Povoá assume o poder em Goiás.
- 23/11/1930 – Pedro Ludovico é nomeado Interventor Federal pelo Presidente Getúlio Vargas.

Marcha Para o Oeste

Um dos principais projetos de governo de Getúlio Vargas, após a vitória da Revolução de 1930, foi o da interiorização do desenvolvimento, que se faria operar através da Marcha para Oeste.

Goiás teve papel central nesse momento histórico já que o primeiro passo da Marcha para o Oeste foi a Construção de Goiânia, uma cidade totalmente planejada, no mais moderno estilo arquitetônico da época, o *art decò*, que havia sido consagrado na recém-lançada Carta de Atenas, manifesto urbanístico resultante do IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), realizado em 1933, na Grécia, onde a grande estrela foi o arquiteto francês Le Corbusier.

Goiânia era um símbolo do novo em contraposição ao velho (a oligarquia e o coronelismo típico da era do café-com-leite).

Era o Brasil deixando de ser rural e oligárquico para se inserir no contexto urbano-industrial.

Em 1940, Vargas reafirmou a missão de Goiás e de Goiânia ao dizer que "o verdadeiro sentido de brasilidade é o rumo do Oeste".

A "Marcha para o Oeste" definiu-se assim como uma das faces da política econômica de Vargas, necessária para a consolidação global dos planos presidenciais.

Foi dentro desta política federal de "Marcha para o Oeste" que se deu a construção de Goiânia, marco fundamental deste primeiro ciclo de expansão de Goiás sob novos moldes. Em 1940 Vargas definiu o sentido da interiorização. "Torna-se imperioso localizar no centro geográfico do País, poderosas forças capazes de irradiar e garantir a nossa expansão futura. Do alto dos nossos chapadões infundáveis, onde estarão, amanhã, grandes celeiros do País, deverá descer a onda civilizadora para as planícies do Oeste e do Nordeste", declarou.

Goiânia não representou apenas uma cidade a mais no Brasil. Foi o ponto de partida de um ciclo de expansão do Oeste, fator de desenvolvimento nacional, fator de unificação política. Goiânia seria uma nova forma de bandeirantismo.

Principais objetivos da Marcha para o Oeste

- Interiorização do desenvolvimento
- Suporte para a ocupação da Amazônia
- Incentivo a migração
- Reforma agrária
- Criação de Colônias Agrícolas (Eng. Bernardo Sayão) - 1941 - CANG – Colônia Agrícola Nacional de Goiás (Ceres)

- Incentivo a agropecuária
- Construção de Estradas

Políticas Públicas:

- Fundação Brasil Central (futuro SUDECO)
- Pontos de apoio
 - Rio Verde – Base econômica do sul de Goiás
 - Aragarças – elo entre o sul de Goiás e a região amazônica
 - Ceres – Colônia agrícola (reforma agrária)
- SPVEA – Superintendência para a Valorização Econômica da Amazônia (futuro SUDAM)

Era Vargas no Brasil e Seus Reflexos em Goiás - Resumão

- Período: 1930-1945;
- Com a subida de Vargas ao poder tem o fim da política do café-com-leite entre São Paulo e Minas Gerais;
- Getúlio sobe ao poder apoiado pela burguesia e faz a revolução de 1930, que era apoiada pela burguesia e pelos militares, para tirar os coronéis do poder (elite agrária);
- Getúlio Vargas nomeia para os Estados, os interventores, para governá-los.
- O Interventor de Goiás é Pedro Ludovico Teixeira;
- Pedro Ludovico tinha o objetivo de tirar o poder dos coronéis, então tinha que tirar o centro administrativo (Vila Boa) do local de influência caiadista. Daí a construção de Goiânia;
- A Construção de Goiânia em 1933, é o marco da modernidade da Era Vargas;
- Goiânia foi planejada para 50 mil habitantes;
- O Arquiteto de Goiânia foi Atilio Correa

- Os irmãos engenheiros Abelardo e Jerônimo Coimbra Bueno são os responsáveis pela construção de Goiânia.
- Fatores favoráveis para a construção de Goiânia: Fazer a integração do interior com o litoral (Marcha para o Oeste);
- Tem a estrutura física plana, diferente de Vila Boa que tem relevo irregular. Goiânia então tem possibilidade de crescimento;

A era de Pedro Ludovico (Ludoviquismo/1930-1945)

Vitioso o movimento revolucionário de 1930, Pedro Ludovico passou a representante de uma "nova" ordem política no Estado. Se, por um lado, os novos donos do poder não representavam interesse de uma burguesia ou de um proletariado, também não representavam, literalmente, os interesses dos novos grupos políticos em ascensão, principalmente do sul e do sudoeste do Estado.

A construção da nação brasileira foi uma proposta de Getúlio Vargas. Ocupar o interior do país, seus espaços vazios, povoar para melhor defender o território. Tanto era uma necessidade da expansão do capitalismo, que buscava novas áreas para vender seus produtos e comprar alimentos, quanto uma necessidade de segurança nacional para melhor controlar as riquezas do país. É nesse contexto histórico e político que deve ser entendida a grande obra de Pedro Ludovico: a construção de Goiânia.

Justificando a necessidade da mudança, além de todos os argumentos existentes, ainda complementado pelo Interventor com:

- a) O sítio
- b) O clima
- c) O homem
- d) O abastecimento de água
- e) A rede de esgoto

Mas o que mais pesou, na verdade mesmo, foi o fato político, de tirar a capital do estado do berço dos Caiado. Romper com o passado. Plantar a semente do novo. Tanto que o lema do Governo de Pedro Ludovico era "Um Novo Tempo". Será que alguém percebeu a esperteza de Marconi Perillo com "Um Tempo Novo". Como Marx dizia, a história se repete.

Assim, mediante Decretos, surgiu a Nova Capital, obedecendo a seguinte ordem cronológica:

- 20/12/1932 – pelo Decreto nº 2.737, foi nomeado o Bispo D. Emanuel Gomes de Oliveira, como Presidente da Comissão para escolha do local da futura capital do Estado de Goiás.
- 24/10/1933 – ocorre o lançamento da pedra Fundamental de Goiânia por Pedro Ludovico Teixeira.
- 05/07/1942 – é inaugurada a nova Capital de Goiás, Goiânia, pelo Interventor, com Batismo Cultural.
- Pedro governaria Goiás novamente de 1951/54, desta vez eleito através do voto direto.

A construção de Goiânia e a nova dinâmica econômica de Goiás

A construção de Goiânia dentro da "Marcha Para o Oeste" de Getúlio Vargas representou o segundo dinamismo na urbanização de Goiás. O primeiro foi a da ocupação com o ouro e a pecuária.

A partir de 1930 inaugurou-se uma nova fase no processo de ocupação agrícola de Goiás, sob a égide da política de Getúlio Vargas, conhecida como "Marcha para o Oeste", e sob a influência de novas necessidades da economia mundial, que se refletiram diretamente sobre a economia nacional.

A expansão agrícola de Goiás neste período respondeu a estímulos exógenos, ou seja, aos interesses das classes agrária e industrial de São Paulo.

Goiânia: a escolha do nome

Em outubro de 1933, o semanário "O Social", havia instituído um curioso concurso a respeito da escolha do nome para a nova capital. Leitores de todo o estado contribuíram, sendo interessante lembrar os nomes mais votados: Petrônia, Americana, Petrolândia, Goianópolis, Goiânia, Bartolomeu Bueno, Campanha, Eldorado, Anhanguera, Liberdade, Goianésia, Pátria Nova, entre outros. Em 2 de agosto de 1935, Pedro Ludovico usou, pela primeira vez, o nome "Goiânia", ao assinar o decreto nº 237, criando o município de Goiânia. O ganhador do concurso foi o Professor Alfredo de Castro, com o pseudônimo "Caramuru". Que havia sugerido Goiânia.

LEITURA COMPLEMENTAR**A mudança da capital**

A idéia da mudança da capital do Estado surgiu da necessidade de localizá-la, de acordo com os interesses econômicos goianos. A primeira capital goiana - Vila Boa, hoje denominada Cidade de Goiás - tinha sido escolhida, quando a província era aurífera. Posteriormente, ficou demonstrado que a criação do gado e a agricultura passaram a ser fatores preponderantes no desenvolvimento.

Legisladores sustentaram por algum tempo, a idéia da mudança. A 1ª de junho de 1891, os constituintes oficializaram a idéia da transferência da capital, no texto constitucional, ratificando-a na reforma de 1898, como na de 1918.

A primeira constituição republicana, em seu texto definitivo, previa em seu artigo 5º: "A Cidade de Goiás continuará a ser a capital do estado, enquanto outra causa não deliberar o congresso".

Vagamente abordada até 1930, a idéia mudancista só se firmou no governo de Pedro Ludovico, que tomou a decisão de fazer a transferência para local mais apropriado. Em 1932, foi assinado o decreto nº 2.737, de 20 de dezembro, nomeando uma comissão que, sob a presidência de D. Emanuel Gomes de Oliveira, então bispo de Goiás, escolhesse o local onde seria edificada a nova capital do estado.

O Coronel Antônio Pirineus de Souza, sugeriu a escolha de três técnicos: João Argenta e Jerônimo Fleury Curado, engenheiros, e de Laudelino Gomes de Almeida, médico, para realizarem estudos das condições topográficas, hidrológicas e climáticas das localidades de Bonfim, hoje Silvânia; Pires do Rio; Ubatan, atualmente município Orizona; e Campinas, hoje bairro goianiense, a fim de que, baseada no relatório dos técnicos, a comissão se manifestasse. Reunida em 4 de março de 1933, a comissão concluiu pela escolha da região de Campinas. A 24 de outubro do mesmo ano, houve o lançamento da pedra fundamental, no local onde está a sede do governo estadual.

Inicialmente a capital abrigou um grupo de casas de funcionários do governo à rua 20, próximo ao Córrego Botafogo, e não tardou a sair do papel através de um traçado urbanístico do tipo radial concêntrico - ruas em forma de raio, tendo como centro a Praça Cívica, onde estão as sedes dos governos estadual e municipal - Palácio das Esmeraldas e Palácio das Campinas. O plano é de autoria do urbanista Atilio Correia Lima, cabendo a sua execução aos engenheiros Jerônimo e Abelardo Coimbra Bueno.

Finalmente, a 23 de março de 1937, foi assinado o decreto nº 1816, transferindo definitivamente a capital estadual da Cidade de Goiás para a atual. O Batismo Cultural só ocorreu a 5 de julho de 1942, em solenidade oficial realizada no recinto do Cine-Teatro Goiânia, com a presença de representantes do presidente da república, governadores e ministros, além de outras autoridades.

Boa parte das primeiras edificações de grande porte do centro de Goiânia foram construídas no estilo art déco, entre as décadas de 1940 e 1950, e constituem um acervo significativo do ponto de vista da história da arquitetura brasileira. Por esta razão, em 2003, partes do núcleo central de Goiânia - bem como do bairro de Campinas - foram incorporadas oficialmente ao patrimônio histórico e artístico nacional brasileiro.

Desde a sua fundação, Goiânia tem sido o palco de um crescimento demográfico e de uma expansão urbana vertiginosos. Em 1950, a cidade já superava as expectativas demográficas da época da sua construção, ultrapassando a cifra dos 50.000 habitantes. Em 1980, a população da cidade já era estimada em cerca de 700.000 pessoas. Desde então, no geral, tanto o crescimento demográfico quanto a expansão da área urbana do município de Goiânia se têm feito num ritmo mais lento que outrora. Ainda assim, certas regiões do municípios, nomeadamente as zonas Noroeste e Sudoeste, apresentaram, entre os anos 1991-2000, taxas de crescimento populacional anual bastante expressivas (9% e 14,5%, respectivamente). O resultado de tais processos vem sendo a periferização do espaço urbano de Goiânia - fenômeno para o qual também os altíssimos índices de crescimento populacional de alguns municípios da região metropolitana têm contribuído.

Goiânia: Evolução Populacional

1940 - 48.166
1950 - 53.389
1960 - 151.013
1970 - 380.773
1980 - 717.526
1991 - 920.836
1996 - 1.003.477
2000 - 1.093.007
2007 - 1.244.696
2010 - 1.256.514
2011 - 1.302.001
2014 - 1.412.364 (estimativa PNAD/IBGE)

Fonte: IBGE

As Colônias Agrícolas

A par do estímulo à fundação de Goiânia, centro dinamizador da região, o Governo Federal prosseguiu a sua política de interiorização através da fundação de várias colônias agrícolas espalhadas pelas áreas mais frágeis do País. Em Goiás, esta política foi concretizada na criação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás e na ação da Fundação Brasil Central.

Estes empreendimentos deram um novo impulso na expansão rumo ao Oeste. A cidade de Ceres e Carmo do Rio Verde são representantes deste momento de ocupação. Esta ocupação pode também ser chamada de ocupação planejada. Este período se estende de 1930 a 1945.

No segundo governo de Vargas o centro da política econômica passou a ser a modernização do Centro-Sul, com a tentativa de criação de indústrias de base sob a égide do Estado. A "Marcha para o Oeste", núcleo da primeira gestão, perdeu sua razão de ser. Portanto, no período de 1945-1955, a política de expansão agrícola, se comparada com a fase anterior, sofreu uma desativação em resposta a condições internacionais e nacionais.

As Estradas de Rodagem – Urbanização

A construção de Brasília representou um terceiro dinamismo na ocupação de Goiás. A partir de meados da década de 1950, ocorreu uma retomada da "Marcha para o Oeste", com a construção de Brasília. A construção da capital federal no centro do país fomentou a construção de estradas de rodagem que ligaram a porção meridional do antigo Estado de Goiás à área hegemônica do desenvolvimento capitalista brasileiro: o sudeste.

Com Brasília e as rodovias que a ligaram a outras regiões do país nascem ou floresceram em Goiás um forte processo de ocupação. Um bom exemplo disso foram os núcleos urbanos surgidos no trajeto da BR – 153 (Belém-Brasília).

Uma Tendência da Urbanização no Brasil

Goiás, nas últimas décadas do século passado e primeiros anos deste século, passou a acompanhar a tendência de crescimento populacional e econômico das médias cidades, sendo hoje um Estado que atrai imigrantes.

Assim, depois de uma urbanização explosiva, que concentrou população nas grandes metrópoles – principalmente do Sudeste – ao longo dos anos 70 e 80, o Brasil está passando por mudanças na distribuição de sua população.

A marca desta década é interiorização do crescimento e a formação de novas aglomerações urbanas. Essas são algumas das principais conclusões do mais aprofundado estudo sobre o tema realizado no país nos últimos anos e que está em fase de conclusão, sendo realizado pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), com apoio do IBGE e da Unicamp, além de outras instituições, como o Seade (Serviço Estadual de Análise de Dados de São Paulo).

Problemas da Urbanização Desenfreada em Goiás

Na área do entorno do Distrito Federal temos a problemática da definição de administração nos municípios que a compõem. A população destes municípios trabalha no Distrito Federal, mas moram em Goiás, o que gera uma grave falta de infraestrutura nestes municípios.

Goiânia e seus municípios conurbados – Conurbação é o nome que se dá para o crescimento de duas ou mais cidades vizinhas, que acabam por formar um único aglomerado urbano. Em geral, numa conurbação existe uma cidade principal e uma (ou mais de uma) cidade-satélite. Exemplo: São Paulo e cidades anexas (Santo André, São Bernardo, São Caetano, Mauá, Guarulhos, Osasco) – Aparecida de Goiânia e Senador Canedo, por exemplo, passam a ter que gerenciar problemas de impostos, serviços e de infraestrutura de forma conjunta.

Goiânia é a maior Metrópole Regional do Centro Oeste do Brasil. Metrópoles regionais são grandes cidades, porém menores e menos equipadas que as metrópoles nacionais.

GOIÁS NA REPÚBLICA POPULISTA (1945-1964)

De acordo com o cientista político Francisco Weffort, o populismo “é fenômeno das regiões atingidas pela intensificação do processo de urbanização. Estabelece suas raízes mais fortes em São Paulo, região de mais intenso desenvolvimento industrial no país (...) É, no essencial, a exaltação do poder público, é o próprio Estado colocando-se, através do líder, em contato direto com os indivíduos reunidos na massa (...) A massa se volta para o Estado e espera o sol ou a chuva, ou seja, entrega-se de mão dadas aos interesses dominantes”.

Embora iniciada já na Era Vargas, foi no período que se estende de 1945 a 1964 que a política populista mais se desenvolveu, em consonância com os fenômenos da urbanização e da industrialização. Foi o período em que a população urbana ultrapassou a rural e em que o produto industrial predominou sobre o agrícola.

Brasil e Goiás: destinos do Executivo

A queda de Getúlio Vargas implicou também na queda de Pedro Ludovico Teixeira. Mas nem um, nem outro perderam o seu prestígio. Ambos voltaram nos braços do povo nas eleições de 1950.

Em 1946, no plano nacional, foi eleito para a presidência da República, o General Eurico Gaspar Dutra e no plano regional Jerônimo Coimbra Bueno.

Governadores de Goiás na República Populista (1945-1946)

Eládio de Amorim
Felipe Antônio Xavier de Barros
Belarmino Cruvinel
Joaquim Machado de Araújo
Hegesipo de Campos Meireles

Jerônimo Coimbra Bueno (1947-1950)

- Engenheiro, Coimbra Bueno fez obras civis na construção de Goiânia;
- Foi o primeiro governador goiano eleito pelo voto universal (masculino e feminino) direto em Goiás.
- Lutou pela transferência da Capital para Brasília
- Modernização da agropecuária
- Construção de aeroportos no interior do estado
- Expansão urbana de Goiânia

Pedro Ludovico (1950-1954)

- Estrada Transbrasiliana
- Eletrificação
 - Usina do Rochedo
- Briga política
- BEG

José Ludovico de Almeida (Juca Ludovico) (1955-59)

- Desapropriou a área do DF
- CELG
 - 1ª etapa de Cachoeira Dourada
- Hospital da Clínicas
- Aeroporto Santa Genoveva
- Muitas estradas de rodagem
- Construiu várias escolas e ampliou a telefonia

José Feliciano Ferreira (1959-1961)

- Ofereceu apoio logístico à construção de Brasília
- Ampliou a malha rodoviária e de redes de energia
- Dobrou o número de professores das escolas estaduais
- Iniciou a pavimentação de Goiânia – Trindade/Goiânia – Inhumas
- **CRIAÇÃO DA SANEAGO**

Em 12 de novembro de 1960 (Governo de José Feliciano Ferreira), com a Lei 3.329 – foi criado o Departamento Estadual de Saneamento (DES), que era uma empresa estatal.

Suas atividades foram iniciadas em 27 de fevereiro de 1.961 (Governo de Mauro Borges), e encerradas no dia 13 de setembro de 1.967 com a criação da Lei nº 6.680 (Governo de Otávio Lage Siqueira), transformando o órgão em empresa de economia mista, com a denominação de Saneamento de Goiás S.A. – SANEAGO.

Mauro Borges Teixeira (1961-1964)

O governo Mauro Borges Teixeira, eleito pela coligação PSD/PTB, foi o primeiro a propor-se como diretriz de ação um Plano de Desenvolvimento Econômico de Goiás – PDEG, mais conhecido como Plano MB, abrangendo todas as áreas: agricultura, pecuária, transportes e comunicações, energia elétrica, educação e cultura, saúde e assistência social, levantamento de recursos naturais, turismo, aperfeiçoamento e atualização das atividades do Estado.

A trajetória política de Mauro Borges foi marcada pelo “Ludoviquismo” e pelo “Getulismo”, daí ter apresentado um governo de caráter intervencionista, com a criação de diversas instituições públicas para atuar nos mais diferentes setores. Era a reformulação do Estado, mediante a reforma administrativa (Lei 3.999, de 14.11.1961).



- Primeiro governo cientificamente planejado de Goiás – Plano MB – FGV
- Reforma agrária inspirada nos Kibutz de Israel
- Reforma Administrativa
 - Criou diversos órgãos, autarquias e empresas estatais e paraestatais, para promover o desenvolvimento do estado.
 - Construiu o Centro administrativo de Goiás (atual Palácio Pedro Ludovico)
- Criou também:
 - Cerne (Comunicação)
 - Cepaigo (Centro Penitenciário)
 - Cotelgo (Telefones)
 - Ipasgo (Saúde)
 - Metago (Minérios)
 - Iquego (Medicamentos)
 - Esefego (Escola Superior de Educação Física)
 - Caixego (Banco)
 - Casego (Armazenamento agrícola)
 - Crisa (Rodovias e estradas)
 - Osego (Saúde)
 - Cosego (Seguros)
 - Idago (Política agrária)

Uma outra grande realização de seu governo foi a tentativa de reforma agrária através de uma experiência-piloto: o Combinado Agro-Urbano de Arraias. Tratava-se, basicamente, de uma experiência de socialismo cooperativista, com forte influência da organização israelense dos Kibutz. Para coordenar esse projeto de reforma agrária, foi criado também o IDAGO – Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás, o que lhe valeu vários inimigos entre as oligarquias latifundiárias.

PROBLEMAS POLÍTICOS

- Crise no campo
 - Ligas camponesas
 - Revolta de Formoso e Trombas
- Movimento da Legalidade
 - Renúncia de Jânio Quadros
- Golpe Militar de 1964
 - A princípio MB apóia o golpe, após o AI-2 se opõe aos militares
 - Cassado em 26/11/64
- Interventores: Cel. Carlos de Meira Matos (26/11/64-23/01/65) e
- General Emílio Rodrigues Ribas Júnior (1965-66)

LEITURA COMPLEMENTAR

Os editais não cobram explicitamente (História de Brasília), mas, dada a importância e o impacto que a construção de Brasília provocou em Goiás, quem quiser se aprofundar, tem este material extra),

HISTÓRIA DE BRASÍLIA

A idéia de construir a capital brasileira em uma região mais centralizada era antiga. Já em 1808, quando a família real veio para o Brasil havia essa proposição. Um dos pioneiros em defender essa idéia era o jornalista Hipólito José da Costa, fundador do *Jornal Correio Braziliense*, que era editado, nesta época, em Londres.

Em 1821, José Bonifácio, o Patriarca da Independência, propôs novamente a vinda da capital para o interior, inclusive sugerindo dois nomes para a futura cidade: Brasília ou Petrópolis, mas a idéia não vingou.

Quando houve a proclamação da república, em 1889, fizemos a constituição para o Brasil que contemplou pela primeira vez em lei a transferência da capital.

Seu artigo 3º dizia:

“Será reservada, no Planalto Central, uma área de 14.400 km² quadrados, para a instalação da futura capital da república”.

Por que transferir a capital?

Vários eram os motivos alegados, dentre eles:

- Interiorização do desenvolvimento.
- Segurança nacional, uma vez que o Rio de Janeiro era muito vulnerável a ataques militares, ao passo que uma capital no interior facilitaria a defesa.
- Localização estratégica, para facilitar o acesso a todas as regiões do país.
- Planejamento urbanístico, etc.

A escolha do local

Logo que a Constituinte aprovou a proposta de transferência, foi elaborada uma equipe multidisciplinar de cientistas, liderada pelo engenheiro Luís Cruls. Essa equipe, durante um ano e meio percorreu a região localizada entre Pirenópolis e Luziânia demarcando a área, que apesar de ter um formato retangular no mapa do Brasil, passou a ser conhecida como *Quadrilátero Cruls*, e está localizada entre os paralelos 15° e 20°.

O sonho de D. Bosco

Em 1883, um padre chamado D. Bosco, teve um sonho. No sonho ele viu uma cidade que seria construída a partir da cabeceira de um lago, localizada entre os paralelos 15° e 20°, em uma região de planalto. Quando comessem a revolver a sua terra para a construção, dessa

terra sairia leite e mel. O padre relata ainda que essa cidade seria erguida em um local onde o céu conservaria um tom sempre azulado. O sonho azul de D. Bosco concretizou-se e hoje Brasília está localizada no Planalto Central do Brasil, com o seu céu sempre claro, às margens do Lago Paranoá e na latitude descrita pelo padre.

A demora para a construção

O lobby contra a construção da nova capital era enorme. Os capitais a serem investidos eram astronômicos e os cariocas não queriam perder o prestígio de capital. Os mineiros defendiam a construção no *Triângulo Mineiro* (região de Uberaba, Uberlândia e Araguari) alegando que já possuíam uma infra-estrutura ferroviária e terras férteis. Chegavam a dizer que o *Quadrilátero Cruls* era uma terra muito boa; para criar calangos.

A Marcha para o Oeste

Após chegar ao poder com a Revolução de 1930, Getúlio Vargas iniciou um projeto de interiorização do desenvolvimento denominado *Marcha para o Oeste*, que pretendia deslocar o eixo de desenvolvimento também para essa região, uma vez que o progresso estava concentrado apenas no Leste litorâneo e no Sul. Um dos primeiros passos foi construir uma cidade planejada nessa região. Dessa forma, Getúlio apoiou Pedro Ludovico, seu aliado, na proposta de mudança da capital do estado de Goiás, de Goiás Velho para Goiânia, liberando uma verba de 5 mil contos de réis para a realização da obra.

Como o progresso de Goiânia foi muito grande, e poderia ser maior ainda, se Brasília logo fosse construída. Os goianos passaram a pressionar para que as obras comessem. Porém, logo após, o Brasil entrou na II Guerra Mundial, e o sonho acabou adiado, mais uma vez.

Brasília não era uma das metas previstas na Marcha para o Oeste mas acabou complementando os objetivos da Marcha, que era a interiorização do desenvolvimento.

JK e a construção de Brasília

A campanha para presidente em 1956-60 foi bastante disputada e o vencedor acabou sendo Juscelino Kubitschek, cuja proposta de governo estava contida no chamado *Plano de Metas*. JK prometia, ao cumprir estas metas, fazer o Brasil progredir “50 anos em 5”. Eram cinco as metas de investimento: educação, energia, indústria, transporte e alimentação. Note que Brasília não está contida nessas metas.



Levantou o braço e entrou para a história

A campanha de JK, diferentemente do que costumam fazer os candidatos à presidência, ao invés de começar das grandes cidades para o interior, fez o caminho inverso, partiu do interior para as capitais.

O primeiro comício realizou-se em Jataí (GO), onde JK discursou prometendo defender a Constituição do país, prometendo cumpri-la e

fazendo também os outros cidadãos cumprir. Ao término do discurso, abriu um debate e perguntou se alguém gostaria de lhe fazer alguma pergunta. Brasília começava a nascer.

Um jovem jataiense, Antônio Soares, mais conhecido como Toniquinho, ergueu o braço pedindo a palavra e entrou para a História.

- "Senhor candidato, o sr. vai mesmo cumprir a Constituição?"

- Vou, disse JK.

- Toniquinho retornou. Pois então o sr. construirá a capital do país aqui no Planalto Central, uma vez que esse medida está prevista desde a constituição de 1891 e encontra-se também nas constituições seguintes.

Diante da inesperada pergunta, não houve outra alternativa ao candidato a não ser incorporar às suas metas a construção da nova capital.

A colaboração dos goianos

Os governadores goianos Coimbra Bueno e Juca Ludovico foram grandes batalhadores pela transferência da capital, sendo que o primeiro

montou uma fundação para defender tal medida, enquanto o segundo, construiu a primeira etapa da Usina de Cachoeira Dourada (privatizada por Maguito Vilela), para fornecer energia às obras e a nova capital, e desapropriou as terras do atual Distrito Federal, além de disponibilizar apoio logístico a construção.

Modernidade arquitetônica

Os responsáveis pela construção foram os arquitetos Lúcio Costa e Oscar Niemeyer. O projeto de Lúcio Costa, escolhido em um concurso, e deu à cidade de Brasília, o formato de um avião, que possui um eixo monumental e duas asas, a Asa Sul e a Asa Norte. Oscar Niemeyer criou os principais edifícios e monumentos da cidade, como o Congresso e os Palácios da Alvorada e do Planalto, na Esplanada dos ministérios.

Devido à originalidade de sua arquitetura Brasília acabou sendo tombada como patrimônio da humanidade pela Unesco. Aliás, é a única cidade moderna do mundo assim considerada.

O ENTORNO DO DF E A RIDE

AS CIDADES DO ENTORNO DO DISTRITO FEDERAL



DF E ENTORNO: UMA RELAÇÃO DE DEPENDÊNCIA.

“O entorno do Distrito Federal era um filho que Goiás não queria reconhecer e que o governo do DF se recusava a adotar”. Essa frase resume o descaso que sofre a população moradora dos municípios que fazem parte da região que circunda a capital federal. Embora os dois governos comecem a fazer um trabalho conjunto com o apoio do governo federal, ainda há muito a ser feito.

Ao todo são 22 municípios, sendo 19 de Goiás e três de Minas Gerais, somando hoje uma população de cerca de 1 milhão de habitantes. Resultado do crescimento de Brasília, os municípios do Entorno vivem uma relação de dependência com o Distrito Federal.

Com o surgimento de Brasília, em 1960, milhares de pessoas de todas as partes do país foram atraídas para a nova capital. Expulsas da cidade seja pela falta de emprego ou de moradia, a maioria tenta sobreviver à margem do centro do poder político. O crescimento desordenado nas cidades vizinhas do Distrito Federal transformou a área do Entorno em periferia direta de Brasília, totalmente dependente sócio-economicamente, com o surgimento de cidades-dormitório e o recrudescimento dos problemas sociais.

As restrições de uso e ocupação do solo urbano no Distrito Federal aliadas ao alto custo da terra, dificultaram a fixação de boa parte das camadas de baixa renda que tentavam a sorte na capital federal. A alternativa para moradia foram os municípios do entorno, onde não existiam dificuldades para o parcelamento e comercialização de lotes. A explosão demográfica e a flexibilidade normativa do uso da terra abriram caminho para a ação dos agentes imobiliários na implementação dos assentamentos urbanos de baixa renda, num processo dissociado da existência de um programa de desenvolvimento ou de geração de empregos. O resultado desse descaso administrativo e político foi o agravamento dos problemas já existentes, além da antecipação de outros a exemplo do abastecimento de água para o D.F. e da adequação ambiental. Falta de saneamento básico, hospitais, escolas e empregos

são os principais problemas enfrentados pela população que muitas vezes é obrigada a se mobilizar utilizando recursos próprios para colocar luz elétrica na rua e água. Tanta desigualdade resulta em problemas de saúde pública com uma mortalidade infantil de 29,16 para cada mil vivos.

Em todos os municípios do entorno as camadas mais pobres da população continuam sofrendo com o crescimento desordenado da cidade.

Um dos problemas é a proliferação de loteamentos irregulares, o que resulta em perda de arrecadação para o município e transtorno para os moradores. Outro problema é a falta de segurança. Muitos especialistas em segurança pública já classificam o entorno do DF como a nova Baixada Fluminense, fazendo uma referência direta às áreas periféricas mais violentas do Rio de Janeiro.

Os municípios do Entorno também tem uma particularidade. A introdução de companhias privadas de distribuição de água, que ganham espaço porque a demanda não é suprida pela companhia estadual de abastecimento e saneamento básico.

A baixa renda e a escassez de postos de trabalho são os celeiros da exploração e contribuem para o crescimento da violência. Ana César Vieira – Correio Braziliense (com adaptações)

A Criação da RIDE

A RIDE (Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e do Entorno) foi criada pela Lei Complementar nº94 de 19 de fevereiro de 1998, por meio do decreto 27/10/98, alterado pelo decreto 3445 de 4 de maio de 2000 com o objetivo de coordenar as ações dos governos do DF, Goiás e Minas Gerais para tentar dar soluções aos problemas comuns à região.

A RIDE é composta pelo DF mais 22 cidades, sendo 19 pertencentes ao estado de Goiás e três a Minas Gerais. São ao todo 55.572km², aproximadamente e sua população está estimada em 3 milhões e 200 mil habitantes. As cidades que compõe a RIDE são:

Cidade	População	Principal atividade econômica
Brasília - DF	2.562.963	Prestação de bens e serviços
Abadiânia - GO	15.752	Agropecuária de subsistência e extração de areia
Água Fria de Goiás - GO	5.095	Agricultura
Águas Lindas de Goiás - GO	157.323	Prestação de serviço em Brasília
Alexânia	43.828	Comércio varejista
Cabeceiras-GO	7.346	Agricultura, pecuária, mineração e indústria de cerâmica.
Cidade Ocidental-GO	54.360	Comercio, indústria frigorífica e agropecuária.
Cocalzinho de Goiás - GO	17.391	Agropecuária, agroindústria e comércio.
Corumbá de Goiás - GO	10.344	Comércio, pecuária, agricultura e turismo.
Cristalina	50.229	Agricultura, pecuária, comércio e extração de cristais.
Formosa - GO	97.903	Agropecuária, comércio e turismo.
Luziânia - GO	174.531	Indústria alimentícia, agropecuária, agroindústria, prestação de bens e serviços.
Mimoso de Goiás - GO	2.685	Agricultura e pecuária
Novo Gama-GO	92.788	Comércio varejista, feira livre, agricultura e pecuária.
Padre Bernardo - GO	27.671	Agropecuária e comércio varejista.
Pirenópolis - GO	23.065	Agropecuária, turismo extração de quartzitos.
Planaltina - GO	76.959	Agricultura, pecuária, indústria de cerâmica, comercio varejista e extração.
Santo Ant. do Descoberto – GO	61.791	Comércio varejista
Valparaíso de Goiás - GO	122.771	Indústria moveleira e comercio varejista
Vila Boa - GO	4.742	Agricultura e pecuária
Buritit - MG	22.737	Agropecuária e comércio varejista
Cabeceira Grande - MG	6.453	Agricultura, pecuária e industrialização de cana-de-açúcar.
Unai - MG	77.565	Agropecuária

Fonte: Censo IBGE 2010

REPÚBLICA MILITAR (1964-1985)

O Golpe de 1964 e o quadro político goiano

Em 1964, eclodiu no Brasil mais um golpe militar, que repercutiu em Goiás, na deposição do Governador Mauro Borges, que apoiava o Presidente João Goulart, acusado de ser esquerdista. Quando da renúncia de Jânio Quadros em 1961, sete meses depois de eleito, Mauro Borges apoiou a cadeia da legalidade, o que desagradou a cúpula golpista do cenário nacional.

Em 1963, Mauro Borges rompe com João Goulart por motivos políticos. Isso levou o governador a ter o apoio político e financeiro da Aliança para o Progresso, projeto de financiamento do governo dos Estados Unidos, e também a apoiar a deposição de João Goulart em 1964, lançando, inclusive, manifesto de apoio aos militares.

Mauro Borges deu apoio ao Golpe Militar de 1964, mas foi deposto naquele mesmo ano, após a edição do AI-II.

Em 26 de novembro de 1964, foi assinado um Decreto de Intervenção, nomeando o Coronel Meira Matos para o governo de Goiás.

Pontos Importantes do governo Mauro Borges Teixeira.

Após a intervenção do Coronel Meira Matos (1964-1965), assume o Governador Marechal Emílio Rodrigues Ribas Júnior (1965-1966), com 82% dos votos, juntamente com Almir Turisco, eleito vice-governador. Visando eleger seu sucessor, Ribas Júnior fez um governo voltado para o empreguismo e o aumento do funcionalismo. De certa forma, seu governo deu continuidade ao que foi paralisado (obras) de forma brusca com o afastamento de Mauro Borges.

Otávio Lage de Siqueira (1966-1971), ex-prefeito de Goianésia, fez um governo municipalista. Na Capital ele foi ofuscado pela administração do Prefeito Íris Rezende Machado, que remodelou Goiânia, dando-lhe feições de Metrôpole.

Fatos relevantes:

- Otávio Lage foi o último governador eleito pelo voto direto depois da Revolução em Goiás.
- Eleito em uma eleição fortemente marcada pela vigilância militar
- Edição do AI-V
- Especial atenção aos grandes produtores agropecuários
- 2ª etapa de Cachoeira Dourada
- Escolas Técnicas – Colégios Costa e Silva e Universitário

Leonino Ramos Caiado (1971-1975), era descendente da oligarquia Caiado. Governou na época do Presidente Emílio G. Médici. Como o Presidente gostava de estádios, aqui em Goiás foi construído o Serra Dourada e o Autódromo, obras faraônicas. Em seu governo foi construído o CEASA. Deu atenção ao campo criando o Goiás rural e expandindo a fronteira agrícola em Goiás.

Fatos relevantes:

- Governou durante o milagre econômico
 - Serra Dourada e Autódromo de Goiânia
- Período de maior repressão da ditadura
- Avanço das relações capitalistas na agricultura
 - Acesso direto ao crédito rural
 - ENGOPA, GOIASRURAL e CEASA
- Guerrilha do Araguaia

Irapuan Costa Júnior (1975-1979), houve a construção do Ginásio Rio Vermelho e a restauração do Teatro Goiânia. Criou ainda a DAIA, em Anápolis. Deu atenção ao norte do Estado de Goiás (hoje Tocantins), onde dentre outras obras construiu a ponte sobre o Rio Tocantins em Porto Nacional.

Fatos relevantes:

- Racionalidade administrativa
- 1ª crise mundial do petróleo
- DAIA
- Ampliação de 40% na fronteira agrícola
- Ponte no Rio Tocantins (Porto Nacional)
- Implantação do transporte de massas em GYN

Ary Ribeiro Valadão (1979-1983), foi o último dos governos escolhidos indiretamente pelo Planalto. Sem compromissos sociais assumidos em campanha política este governo caracterizou-se, politicamente, pelas lutas dos grupos e pelo choque, inicialmente, entre o Executivo e o Legislativo.

Economicamente, desenvolveu o Projeto Rio Formoso de agricultura irrigada, visando fazer de Goiás o celeiro do Brasil. O projeto fracassou.

No setor educacional enfrentou várias greves e constituiu o “Colégio de Líderes” ou Colégio Hugo de Carvalho Ramos.

Fatos relevantes:

- 2ª crise do petróleo – década perdida
- Acusações de fisiologismo e corrupção
- Abertura do regime militar (fortíssima oposição)
- Projetos Alto Paraíso e Rio Formoso
- Colégio Hugo de Carvalho Ramos
- Atuação em prol do norte do estado

Pontos Importantes dos Governos da República Militar em Goiás

- Os governadores: Otávio Lage, (eleição direta); pela Assembléia Legislativa foram eleitos: Leonino Caiado, Irapuan Costa Júnior e Ary Valadão;
- Otávio, Leonino e Irapuan fizeram obras grandes em Goiás, como o estádio Serra Dourada e o Autódromo Internacional de Goiânia. Foi uma espécie de política de pão e circo;
- Ocorre queda nos salários dos professores de escolas públicas;
- O Governo de Ary Valadão é de transição. Ele precisava fazer um governo bom, pois no próximo haveria eleição. Ary cria a campanha do cobertor e do agasalho, é uma campanha de assistencialismo, que ocorreu através de Maria Valadão, sua esposa.
- Nas eleições Íris vence Otávio Lage, dando início ao período de redemocratização da política.

O FIM DO REGIME MILITAR E A ORDEM POLÍTICA EM GOIÁS

Íris Rezende Machado (Irisismo/1983-1986)



Os mutirão

Eleito pelo voto direto, popular e universal, contando com o apoio de uma “frente” de oposição ao oficialismo.

Socialmente ficou conhecido como “Governador dos Mutirões”. Administrativamente, o governo baixa o chamado “Decreto”, tentando coibir os abusos empreguistas do governo anterior. Foi uma medida extrema. Com maior critério, o Estado voltou a absorver os funcionários, reforçando a função do “Estado de Obras”, numa estrutura social que era incapaz de absorção da mão-de-obra por outras vias.

Seu governo cria o Estatuto do Magistério, antiga solicitação dos professores.

De maneira geral foi um governo de caráter reformista que tentou recolocar o Estado nas vias de crescimento econômico.

O governador Íris Rezende foi nomeado Ministro da Agricultura do governo José Sarney e seu mandato foi completado pelo vice-governador Onofre Quinan (1986-1987), que deu grande ênfase ao setor de transportes, asfaltando grande quantidade de estradas escoadoras de produção rural.

Fatos relevantes:

- Maior tocador de obras de Goiás
 - aumentou em 2,5 estradas asfaltadas em Goiás e fez 14.000 km de rede de energia
- Demagogia e populismo (projeção nacional)
 - Mutirões e programas assistencialistas
- Fraco em programas sociais
- Acusações de corrupção
- Brutal endividamento do estado
- Fechamento da Santa Casa e do HGG

Henrique Santillo (1987-1991)

Possuía um ousado programa desenvolvimentista, mas acabou dando prioridade as áreas de Saúde e Saneamento. Em 1987, aconteceu o acidente com o Césio 137 em Goiânia. Sua principal realização administrativa foi a construção do HUGO – Hospital de Urgência de Goiânia. Quando deixou o governo do Estado, o salário do funcionalismo estava atrasado em mais de cem dias. Durante seu governo Houve a liquidação da CAIXEGO.



Fatos relevantes:

- Constituição de 1988 (Art. 13 das Disposições Transitórias)
 - Criação do estado do Tocantins
- Investimento em saúde
 - SUS, HUGO, saneamento básico
- Liquidação da Caixego
- Desastre do Césio 137
- Caos econômico

O acidente com o Césio 137

Dois catadores de sucata, encontraram, nas ruínas do prédio onde funcionava a antiga Santa Casa – nela ficava o Instituto Goiano de Radiologia – um aparelho abandonado de raios-X. Roberto dos Santos e Wagner Mota invadiram o prédio abandonado e observaram um volume muito pesado, constatando ser um bloco de chumbo, venderam para o dono de um pequeno ferro-velho, da rua 57, Devair Alves Ferreira (morreu 7 anos depois), que vendo a luminosidade estranha e bonita da pedra, fez um anel para a sua esposa, Maria Gabriela Ferreira, com fragmentos do Césio-137, tendo o seu braço amputado no dia seguinte, devido a alta intensidade raios gama (morreu em 23/10/1987 – Primeira vítima)

Outra vítima, considerada o retrato da tragédia, Leide das Neves Ferreira, depois de brincar com o pó azul, ingeriu involuntariamente pequenas quantidades de Césio. A menina de seis anos foi a vítima com a maior dose de radiação do acidente. Não conseguiu sobreviver e morreu no dia 23 de outubro de 1987, duas horas depois da tia. 4 pessoas que tiveram contato direto como césio morreram e até o hoje o acidente continua a fazer vítimas.

LEITURA COMPLEMENTAR

A Constituição de 1988 e a criação do estado do Tocantins

Art. 13 - É criado o Estado do Tocantins, pelo desmembramento da área descrita neste artigo, dando-se sua instalação no quadragésimo sexto dia após a eleição prevista no § 3º, mas não antes de 1º de janeiro de 1989.

§ 1º - O Estado do Tocantins integra a Região Norte e limita-se com o Estado de Goiás pelas divisas norte dos Municípios de São Miguel do Araguaia, Porangatu, Formoso, Minaçu, Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Campos Belos, conservando a leste, norte e oeste as divisas atuais de Goiás com os Estados da Bahia, Piauí, Maranhão, Pará e Mato Grosso.

§ 2º - O Poder Executivo designará uma das cidades do Estado para sua Capital provisória até a aprovação da sede definitiva do governo pela Assembléia Constituinte.

§ 3º - O Governador, o Vice-Governador, os Senadores, os Deputados Federais e os Deputados Estaduais serão eleitos, em um

único turno, até setenta e cinco dias após a promulgação da Constituição, mas não antes de 15 de novembro de 1988, a critério do Tribunal Superior Eleitoral, obedecidas, entre outras, as seguintes normas:

I - o prazo de filiação partidária dos candidatos será encerrado setenta e cinco dias antes da data das eleições;

II - as datas das convenções regionais partidárias destinadas a deliberar sobre coligações e escolha de candidatos, de apresentação de requerimento de registro dos candidatos escolhidos e dos demais procedimentos legais serão fixadas, em calendário especial, pela Justiça Eleitoral;

III - são inelegíveis os ocupantes de cargos estaduais ou municipais que não se tenham deles afastado, em caráter definitivo, setenta e cinco dias antes da data das eleições previstas neste parágrafo;

IV - ficam mantidos os atuais diretórios regionais dos partidos políticos do Estado de Goiás, cabendo às comissões executivas nacionais designar comissões provisórias no Estado do Tocantins, nos termos e para os fins previstos na lei.

§ 4º - Os mandatos do Governador, do Vice-Governador, dos Deputados Federais e Estaduais eleitos na forma do parágrafo anterior extinguir-se-ão concomitantemente aos das demais unidades da Federação; o mandato do Senador eleito menos votado extinguir-se-á nessa mesma oportunidade, e os dos outros dois, juntamente com os dos Senadores eleitos em 1986 nos demais Estados.

§ 5º - A Assembléia Estadual Constituinte será instalada no quadragésimo sexto dia da eleição de seus integrantes, mas não antes de 1º de janeiro de 1989, sob a presidência do Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Goiás, e dará posse, na mesma data, ao Governador e ao Vice-Governador eleitos.

§ 6º - Aplicam-se à criação e instalação do Estado do Tocantins, no que couber, as normas legais disciplinadoras da divisão do Estado de Mato Grosso, observado o disposto no Art. 234 da Constituição.

§ 7º - Fica o Estado de Goiás liberado dos débitos e encargos decorrentes de empreendimentos no território do novo Estado, e autorizada a União, a seu critério, a assumir os referidos débitos.

Íris Rezende Machado (1991-1994)

Íris assume um Estado sucateado. Realizou um esforço arrecadador e elevou a arrecadação em 18%, já nos primeiros meses do seu governo. Voltou a investir novamente em pavimentação e iniciou a quarta etapa de Cachoeira Dourada. Expandiram-se os distritos agroindustriais através do programa FOMENTAR, relegando o social e um segundo plano.

Íris e o seu vice, Maguito, desincompatibilizaram-se seis meses antes do término do mandato para concorrerem a eleições de senador.

Fatos relevantes:

- Tentativa de recuperar a imagem de Goiás
 - Rodoviária de Goiânia e Centro de Cultura e Convenções
- Fomentar (início na guerra fiscal)

Agenor Rezende (1994-1995)

Cumpriu apenas um mandato-tampão, já que Iris Rezende se afastou, no final do mandato, para se dedicar à sua campanha política ao Senado.

Maguito Vilela (1995-1998)



Realizou um governo pautado na atenção às classes menos favorecidas. Houve avanço nas áreas de saneamento básico e na educação.

Fatos relevantes:

- Secretaria de Solidariedade Humana
 - política social como marca registrada (populismo)
 - esportes
- Forte industrialização
- Eletrificação rural
- Goiás como área livre de aftosa
- Privatização de Cachoeira Dourada
- Escândalo da CAIXEGO
- Esgotamento da capacidade de endividamento do estado
- Efetivou o processo de concessão à iniciativa privada da usina de Cachoeira Dourada.

Naphtali Alves (1998-1999)

Cumpriu apenas um mandato-tampão, já que Maguito Vilela se afastou, no final do mandato, para se dedicar à sua campanha política ao Senado.

Marconi Perillo (Marconismo/1999-2002/2002-2006)



“Um Tempo Novo”

Marconi Perillo faz uma administração pautada no incentivo fiscal para as empresas que queiram se instalar em Goiás, desagradando os interesses dos estados centrais, como São Paulo, tendo procurado também solucionar esta problemática habilidade política. Com isso, o Estado tem se industrializado com a chamada “guerra fiscal”. Em suas viagens pelo Brasil e mundo, como, por exemplo pela Índia, tenta inserir o Estado de Goiás, de forma vantajosa, na economia nacional e globalizada.

Fatos relevantes:

- Foi o primeiro governador reeleito na história de Goiás
- Reforma Administrativa
 - Plano Estratégico Goiás Século XXI – FGV
- Programa produzir
 - Goiás na globalização – viagens ao exterior para atrair empresas transnacionais
- Criação do Vapt-Vupt
- Revolução na educação e na cultura
 - UEG, Bolsa Universitária, AGEPEL (FICA, TENPO, Canto da Primavera, Projeto Goyazes, Cidade de Goiás: patrimônio da humanidade – UNESCO)
- Revolução no saneamento básico
 - ETE's em Goiânia e nos principais municípios do estado e Barragem no Ribeirão João Leite (BIRD)
- Investimentos na área da saúde
 - Aparelhamento do HGG e construção dos Hospitais de Urgência de Anápolis e Aparecida de Goiânia (até hoje sem funcionar direito)
- Estradas estaduais bem preservadas
- Privatização do BEG (que já havia sido federalizado no governo anterior)
- Plano de cargos e salários (bomba relógio econômica)
- Programas sociais populistas e demagógicos

Marconi fez um governo histórico em termos de realizações, porém, esgotou a capacidade de endividamento do Estado e criou um plano de cargos e salários escalonado que comprometeu as receitas futuras do estado. Como usou e abusou de incentivos fiscais, entregou o estado ao seu vice completamente endividado, desincompatibilizando-se seis meses antes das eleições as quais disputou como candidato ao Senado, sendo eleito com uma votação consagradora.

Seus adversários, no entanto, dizem que Marconi tornou-se um homem muito rico durante esta sua passagem pelo governo. Dizem que o governador tornou-se sócio oculto com o uso de “laranjas” de diversas empresas, dentre as quais Faculdades Alfa, Fortesul e Schincariol. Mas essas acusações nunca foram provadas e Marconi Perillo continua ficha limpa, podendo disputar legalmente qualquer pleito eleitoral.

ALCIDES RODRIGUES (2006-2010)



- Dificuldades financeiras enormes
 - Apatia administrativa
 - Estrutura estatal inchada
 - Reforma administrativa
 - Extinção de vários órgãos, fusões e incorporações de vários outros.
- Anúncio de demissão de comissionados e redução de cargos e salários em comissão. Fim de gratificações para vários cargos.

Alcides teve um final de governo melancólico, acusado pelos opositores de ter terceirizado o seu mandato para o seu “Supersecretário da Fazenda”, Jorcelino Braga, que agia como uma espécie de “primeiro-ministro” e era quem governava de fato.

Terminou o seu mandato politicamente abandonado, sem conseguir sequer emplacar o seu candidato ao segundo turno.

Deixou o estado com os cofres completamente vazios, a CELG em situação pré-falimentar, dívidas astronômicas e não quitou a última folha de pagamento do seu mandato, o que causou revolta entre o funcionalismo público.

Muitos analistas políticos o apelidaram de “o pior governador da História de Goiás”.

MARCONI PERILO (2011-2014)

A eleição de 2010 foi uma espécie de revanche: Marconi x Íris Rezende. Foi a chance do “Velho Cacique” dar o troco no “Moço da Camisa Azul”. Mais uma vez, Marconi levou a melhor.

Este terceiro mandato de Marconi Perillo iniciou-se sob o signo da austeridade. Marconi recebeu de Alcides Rodrigues uma “herança maldita”, no dizer dele, na área financeira governamental.

Fazendo um esforço extra de arrecadação, cortando gastos – inclusive com dispensa maciça de servidores comissionados – o governo conseguiu colocar em dia a folha salarial e gradativamente tem voltado a investir.

Dando um ar de modernidade à administração pública, o governo instituiu a chamada “meritocracia”, realizando concurso (com várias etapas) para selecionar os servidores aptos a ocupar cargos de chefia.

Muitos torcem o nariz para esse método afirmando que o certame é realizado num jogo de cartas marcadas, onde já sabe, desde o primeiro momento, quem será o vencedor. Serviria apenas para mascarar a velha “politicagem”.

Em novembro de 2014, Marconi derrotou novamente Íris Rezende, tornando-se o primeiro governador a conseguir 4 mandatos eletivos em Goiás.

ASPECTOS CULTURAIS DE GOIÁS

Cavalhadas

Cavalhadas é um folgado que evoca os torneios medievais e as batalhas entre cristãos e mouros, com enredo baseado no livro Carlos Magno e os Doze Pares de França, uma coletânea de histórias fantásticas sobre esse rei. As cavalhadas acontecem durante a festa do Divino, nas regiões Sudeste e Centro-Oeste do Brasil.

Os personagens principais são os cavaleiros, vestidos de azul (cristãos) ou vermelho (mouros) e armados de lanças e espadas. A corte é representada por personagens como o rei, o general, príncipes, princesas, embaixadores e lacaios, todos vestidos com ricas fantasias.

Uma das mais famosas é a da cidade de Pirenópolis, em Goiás, onde a festa inclui também personagens Mascarados (folclore) que representam o povo. Vestindo roupas coloridas e montando cavalos enfeitados, eles saem pelas ruas a galope, fazendo algazarra. A encenação dura três dias, cada um deles com uma batalha. Ao final, os cristãos vencem os mouros, que se acabam convertendo ao cristianismo.



Rei Cristão e cavaleiros, nas Cavalhadas de Pirenópolis

Congadas de Catalão



As Congadas são manifestações folclórico-religiosas de origens mistas, se destacando as influências afro-brasileiras, hoje incorporadas pela igreja católica em algumas regiões do Brasil como em Pirenópolis Catalão e Goiandira, Goiás. Em Pirenópolis é na Festa do Divino.

Na celebração de festas aos santos, onde a aclamação é animada através de danças, com muito batuque de zabumba, há uma hierarquia, onde se destaca o rei, a rainha, os generais, capitães, etc. São divididos em turmas de números variáveis, chamados ternos. Os tipos de ternos variam de acordo com sua função ritual na festa e no cortejo: Moçambiques, Catupés, Marujos, Congos, Vilões e outros.

Festa do Divino de Trindade: o início da devoção

A devoção ao Divino Pai Eterno teve início por volta de 1840, com o casal de agricultores Constantino Xavier Maria e Ana Rosa de Oliveira, que vieram se estabelecer nas proximidades do Córrego do Barro Preto, distante aproximadamente vinte e dois quilômetros do município de

Campininhas das Flores. Constantino, um homem muito religioso e neste ponto apoiado pela esposa, começou a trabalhar na terra para plantação. Certo dia enquanto lidavam no campo a enxada tocou em algo rígido que não era pedra. Ao conferir notaram ser um medalhão bellissimo de barro, com tamanho em torno de meio palmo de circunferência onde estava representada a Santíssima Trindade coroando a Virgem Maria. Eles beijaram o medalhão sagrado e o levaram para casa. Esse achado marcou a história da fé cristã em Goiás, região Centro Oeste do Brasil. Constantino e seus familiares começaram a rezar diante do medalhão encontrado. A notícia se espalhou e aos poucos outros moradores locais passaram a rezar junto a Santíssima Trindade

O número de devotos foi crescendo e a casa de Constantino já não comportava tanta gente. Em 1843 foi criada uma capela de folhas de buriti, mas a multidão que lá ia, para pedir ou agradecer os milagres aumentou admiravelmente. Com necessidade de construir uma nova capela, Constantino encomenda uma réplica da figura encontrada no medalhão, em tamanho maior e esculpida em madeira, ao artista plástico Veiga Valle, que morava em Pirenópolis-GO. A imagem feita pelo famoso artista pode ser vista hoje onde é situado o Santuário Velho. A confecção da imagem a partir do medalhão não alterou a fé dos devotos e nem diminuíram os milagres e graças por eles recebidas.



A representação artística das três pessoas divinas, Pai, Filho e Espírito Santo se caracterizam pela imagem do Pai, mais velho, lembrando Deus Pai; do Filho, mais jovem, insinuando Sua presença no tempo; do Espírito Santo, em forma de pomba como narra o Evangelho na cena do Batismo de Jesus. Sua proximidade lembra a unidade: as Três Figuras, a Trindade; Deus Uno Trino.

Festa

A devoção ao Divino Pai Eterno em Trindade já tem mais de 160 anos. A história narra que por volta de 1840 um piedoso casal chamado Constantino Xavier e sua mulher Ana Rosa, encontraram, enquanto trabalhavam na lavoura, um medalhão de barro de aproximadamente um palmo de circunferência com a estampa da Santíssima Trindade coroando Nossa Senhora. Levaram-na para casa e a notícia rapidamente se espalhou juntamente com a sucessão de milagres. Começou-se, então, a comemoração festiva com a NOVENA que culmina sempre no dia da Grande Festa, no PRIMEIRO DOMINGO DO MÊS DE JULHO de cada ano. O Santuário do Divino Pai Eterno oferece durante este tempo de intensa presença de Deus em Trindade missas, novenas, encontros com jovens, com casais, carreiros do Divino Pai Eterno, foliões, tropeiros. Além de tudo, também são atendidas milhares de confissões e realizados centenas de batizados. A Festa de Trindade, ou Romaria de Trindade, foi crescendo ano após ano, virando uma rica tradição religiosa do centro-oeste brasileiro. Um dos principais momentos da festa é o desfile de carros-de-bois, que já entrou até para o Guinness Book, como maior desfile de carros-de-bois do mundo.

A Basílica

Em 1943 o arcebispo de Goiás, D. Emanuel Gomes de Oliveira, comemorou com os romeiros o Centenário da Romaria de Trindade, ocasião em que, para marcar o evento, fez o lançamento da pedra fundamental do atual Santuário Novo. Em 1955, apesar de todos os

esforços, a obra ainda não havia saído dos alicerces. Com a criação e a instalação da Arquidiocese de Goiânia, em 1957, Dom Fernando Gomes dos Santos foi escolhido como primeiro arcebispo. Ele apresentou o projeto para construção do Santuário. A partir de 1974, já era possível a realização da novena e festa do Divino Pai Eterno no local. Mas só em 1994, iniciou-se a reforma do prédio, no intuito de possibilitar a ele a dignidade de ser chamado de Santuário do Divino Pai Eterno.



Atualmente, o templo está ornamentado por 59 vitrais coloridos, além de outros 17 instalados na cúpula sobre o altar. Com todo o piso revestido por granito, possui ainda; uma secretaria, sacristia, copa, sala para os ministros da eucaristia e atendimento vocacional. No subsolo, existem três capelas, além de 20 confessionários, a sala dos milagres e os banheiros. A praça em torno do Santuário foi totalmente revitalizada, uma rampa foi construída para facilitar o acesso de pessoas com necessidades especiais e automóveis até a porta principal do templo. No ano de 2006, mas precisamente em 18 de novembro, o Santuário do Divino Pai Eterno recebeu de Roma o título de Basílica Menor, que é um privilégio. Com isso se iniciou uma nova fase de compromisso, de renovado empenho para que a Basílica continue sendo um lugar de culto divino e expressão sincera da fé e devoção. A última conquista do agora Santuário Basílica do Divino Pai Eterno foi à transmissão das celebrações ao vivo.

Catira



Catira ou cateretê é uma dança do folclore brasileiro, em que o ritmo musical é marcado pela batida dos pés e mãos dos dançarinos.

De origem híbrida, com influências indígenas, africanas e europeias, a catira (ou "o catira") tem suas raízes em Goiás, norte de Minas e Interior de São Paulo. A coreografia é executada a maioria das vezes por homens (boiadeiros e lavradores) e pode ser formada por seis a dez componentes e mais uma dupla de violeiros, que tocam e cantam a moda.

É uma dança típica do interior do Brasil, principalmente na área de influência da cultura caipira (São Paulo, norte do Paraná, Minas Gerais, Goiás e partes do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul).

A coreografia da catira é quase sempre fixa, havendo poucas variações de uma região para outra. Normalmente é apresentada com dois violeiros e dez dançadores.

Origem

A Catira tem sua origem muito discutida. Alguns dizem que ela veio da África junto com os negros, outros acham que é de origem espanhola, enquanto estudiosos afirmam que ela é uma mistura com origens africana, espanhola e também portuguesa – já que a viola se originou em Portugal, de onde nos foi trazida pelos jesuítas. A Catira pode também ser chamada de Cateretê. Diversos autores nos contam que a catira (ou cateretê) no Brasil, é conhecida desde os tempos coloniais e que o Padre José de Anchieta, entre os anos de 1563 e 1597, a incluiu nas festas de São Gonçalo, de São João e de Nossa Senhora da Conceição, da qual era devoto. Teria Anchieta composto versos em seu ritmo e a considerada própria para tais festejos, já que era dançada somente por homens, fato que se observa, ainda hoje, em grande parte do país. Atualmente, ela é dançada também por homens e mulheres ou só por mulheres. Catira ou Cateretê é uma dança genuinamente brasileira.

Evolução

A Catira em algumas regiões é executada exclusivamente por homens, organizados em duas fileiras opostas. Na extremidade de cada uma delas fica o violeiro que tem à sua frente a sua "segunda", isto é, outro violeiro ou cantor que o acompanha na cantoria, entoando uma terça abaixo ou acima. O início é dado pelo violeiro que toca o "rasqueado", toques rítmicos específicos, para os dançarinos fazerem a "escova", bate-pé, bate-mão, pulos. Prossegue com os cantadores iniciando uma moda viola, com temática variada em estilo narrativo, conforme padrão deste gênero musical autônomo. Os músicos interrompem a cantoria e repetem o rasqueado. Os dançarinos reproduzem o bate-pé, bate-mão e os pulos. Vão alternando a moda e as batidas de pé e mão. O tempo da cantoria é o descanso dos dançarinos, que aguardam a volta do rasqueado.

Acabada a moda, os catireiros fazem uma roda e giram batendo os pés alternados com as mãos: é a figuração da "serra abaixo", terminando com os dançarinos nos seus lugares iniciais. O Catira encerra com Recortado: as fileiras, encabeçadas pelos músicos, trocam de lugar, fazem meia-volta e retornam ao ponto inicial. Neste momento todos cantam uma canção, o "levantê", que varia de grupo para grupo. No encerramento do Recortado os catireiros repetem as batidas de pés, mãos e pulos.

Artes

Muitos são os nomes que se destacaram e ainda projetam nas artes em Goiás.

- **Na escultura sacra:** José Joaquim da Veiga Vale além de escultor, exímio pintor, seu filho Henrique da Veiga Vale e Cincinato da Mota Pedreira, deixou trabalhos no Palácio do Conde dos Arcos.
- **Na escultura:** Maria Guihermina, Ana Maria Pacheco, Dina Gogolli, Divino Jorge, Loures, Damiani, Elifas, Antonio Poteiro, Asta Vivacqua Demachki.
- **Na cerâmica:** Divino Jorge, Antonio Ponteiro, Sousa Neto, Elifas, José Rodrigues e Loures.
- **Na pintura:** Antônio da Costa Nascimento responsável pela magnífica pintura do teto da Igreja matriz de Nossa Senhora do Rosário além de Pintor, exímio escritor, Siron Franco, Antônio Poteiro, Isa Costa, Leonan Fleury, Tancredo Araújo, Reinaldo Barbalho, Amaury Meneses, D.J. Oliveira, Goandira Moraes do Couto com trabalhos em areias coloridas em geral, Caramuru, Cleber Gouveia, Oto Marques, Wanda Pinheiro, Omar Souto.
- **Nas letras:** Muitos são os escritores goianos com projeção nacional e até no exterior. Dentre eles estão Aninha Lins dos Guimarães Peixoto Bretas, conhecida como Cora Coralina, Bernardo Elis, Waldomiro Bariani Ortêncio, Modesto Gomes, Regina Lacerda, Domingos Felix de Sousa, Carmo Bernardes, Anatole Ramos, Eli Brasiliense, Nely Alves de Almeida, Basileu de Toledo França, Maria Helena Chein, Miguel Jorge, Marieta Teles Machado, Ieda Schmaltz, Rosarita Fleury.
- **Na música:** Belkiss Spenciere Carneiro de Mendonça, Bruno e Marrone, Zezé Di Camargo e Luciano, Wanessa Camargo, Leandro e Leonardo, Guilherme e Santiago e Chrystian e Ralf, Jorge e Mateus, João Neto e Frederico, João Bosco e Vinicius, Cristiano Araújo, dentre outros.

MACETE PARA QUESTÕES DE HISTÓRIA DE GOIÁS	
SÉCULO XVI (1501-1600) – POVOAMENTO DO LITORAL	
Povoamento do litoral Em 1590 chega a primeira bandeira no norte de Goiás	
SÉCULO XVII (1601-1700) – ENTRADAS E BANDEIRAS	
O século das entradas e bandeiras por excelência	
SECULO XVIII (1701-1800) – SÉCULO DO OURO	
Primeira metade (1701-1750) - Auge da mineração (século do ouro) - Povoamento de Goiás (1726)	Segunda metade (1751-1800) - Declínio da mineração (1778) - Transição para pecuária em Goiás
SÉCULO XIX (1801-1900) - DECADÊNCIA	
Primeira metade (1801-1850) - Ruralização intensa - Êxodo populacional - Movimento Separatista do Norte (1821-1823)	Segunda metade (1851-1900) - Consolidação da pecuária - Famílias goianas assumem o poder (congraçamento) 1889 – Proclamação da República
SÉCULO XX (1901-2000) – TRANSFORMAÇÃO ECONÔMICA	
Primeira metade (1901-1950) - Coronelismo * Domínio dos Bulhões e Caiado (1889-1930) * Chegada da ferrovia (1913) - Revolução de 1930 * Ludoviquismo (Pedro Ludovico) * Marcha para o Oeste * Construção de Goiânia	Segunda metade (1951-2000) - Construção de Brasília Governo Mauro Borges * Modernidade administrativa - Golpe Militar (1964-1985) * Modernização conservadora no campo - Redemocratização (1985) * Irismo (Iris Rezende) * Marconismo (Marconi Perillo)

HISTÓRIA DE GOIÁS – RESUMÃO

O Brasil no Período Colonial (1500-1822)

- O Tratado de Tordesilhas (1494)
- A expansão marítima européia
- O mercantilismo e o metalismo
- A União Ibérica (1580-1640)

A ocupação do Interior do Brasil

- Entradas e Bandeiras
- Descidas (jesuítas) – drogas do sertão (N) e gado (S)
- As fazendas de gado
- O Tratado de Madri (1750)

O descobrimento de Goiás

A bandeira do Anhangüera (durou 3 anos 2 meses e 18 dias)
1682 – Anhangüera pai chega Goiás – fogo no aguardente – morreu em 1716
1722-03/07/1722 – Anhangüera Filho parte com Bandeira de São Paulo
- 500 homens, 39 cavalos, 152 armas, 2 religiosos
21-10-1725 – Jr volta a São Paulo e anuncia o achado das preciosas minas no Rio Vermelho, terra dos índios Goyazes

Povoamento de Goiás

1726 – D. Rodrigo César de Menezes, governador da Capitania de São Paulo, manda o Anhangüera de volta para iniciar o povoamento de Goiás – Fundação do Arraial de Santana – choque com os índios
- Povoamento irregular – ouro de aluvião
- Organização social caótica
1731 – Meia Ponte – Rio das Almas – Serra dos Pireneus
1733 – Diamantes – Arraial de Pilões – Atual Israelândia
1737 – Conde de Serzedas, Gov. da Cap. de São Vicente, morre em visita a Goiás
1739 – Arraial de Santana é elevado a Vila Boa – Dom Luiz de Mascarenhas

1740 – Anhangüera morre pobre e esquecido
1744 – Criação da Capitania de Goiás
1749 Chega o primeiro governador (D. Marcos de Noronha – Conde dos Arcos)

Os impostos

1726-1736 – Casa de Fundação de São Paulo
1736-1751 – capitação
1751 – Casa de fundição em Vila Boa
1754 – Casa de fundição em São Félix (Norte) depois transferida para Cavalcante (1796) e extinta em 1807
1770 – Início da crise do ouro
1775 – Construção de presídios ao longo do Rio Araguaia
1809 – Último grande achado de ouro em Anicuns
1816 – Goiás perde parte de seu território para MG
1818 – Cidade de Goiás
Ainda havia a cobrança dos imposto de entrada (estradas) ou passagem (rios) – (cobrado nos registros sobre mercadorias), dízimo real (sobre produção agrícola) – eram cobrados por contratadores (particulares). Servia para custear as despesas administrativas
Havia também o subsídio literário (1774) para custear escolas

Decadência

1753 – 3.060kg
1778 – 1090kg
1800 – 425kg
1822 – 20kg

Goiás na Independência

A vinda da Família real
D. João VI: cria duas comarcas em Goiás (Norte e Sul)
Após proclamação da independências goianos tentam derrubar governador português
08/04/1822 – Cap. Gen. Manoel Inácio de Sampaio é derrubado
- José Rodrigues Jardim
- Padre Luiz Gonzaga Camargo Fleury
- Capitão Felipe Antônio

Movimento separatista do Norte (1821-23)

- Ouvidor Teotônio Segurado proclama a independência da comarca do norte
- Fortes divisões do movimento que teve sede em três municípios: Cavalcante, Arraias e Natividade (Pio Pinto Cerqueira)
- Em 1823 ofício enviado por José Bonifácio – a pedido de D. Pedro I – põe fim ao movimento

Goiás no Império (1822-1889)

- Constituição de 1824
- Estado unitário (oficialismo político)
- Centralismo político
- Abdicação
Movimento de 1831
- Contrário ao oficialismo
- Miguel Lino de Moraes (português) – montou fábrica de tecidos em 1828 - foi derrubado pelo Pe. Luiz Bartolomeu Marques
- 3 goianos no poder
* José Rodrigues Jardim
* Pe. Luiz Gonzaga Camargo Fleury
* José de Assis Mascarenhas
- Com o segundo reinado houve a volta do oficialismo político, mas começou a se formar as bases do coronelismo político, que seria marca registrada da República velha, com a criação da guarda nacional

Cultura

- 1830 - Matutina Meiapontense
- 1806-74 – Veiga Vale
- 1846 – Liceu de Goiás

Goiás na República Velha (1889-1930)

Abolicionismo

Félix de Bulhões, O Castro Alves goiano (Jornal O Libertador)

Proclamação da República

Joaquim Xavier Guimarães Natal – cunhado dos Bulhões - foi nosso maior republicano – Jornal o Bocayuva

Quando da proclamação governava Goiás Eduardo Augusto Montandon

Foi formada uma junta governativa

* Guimarães Natal

* José Joaquim de Sousa

* Major Eugênio Augusto de Melo

Constituição de 1891

Representantes goianos na Constituinte de 1891

- Senadores

* José Joaquim de Sousa

* Antônio CANEDO

- Deputados

* Leopoldo de Bulhões – Apóia eleição de Prudente de Moraes e Floriano Peixoto

* Joaquim Xavier Guimarães Natal

* Sebastião Fleury Curado – apóia eleição de Deodoro e Alm.

Wandenkolk

Bulhões (Jornais A Tribuna Livre e o Goyaz)

- Bulhões (1878/1901-1909/1912)

- Principal líder: Leopoldo de Bulhões

Xavier de Almeida (1901-1909)

24/02/1903 – Instalação da Faculdade de Direito (que havia sido criada pela Lei 186/98 – 13/08/1898 – art.32 criou a Academia de Direito de Goiás)

Também ligado ao Bulhões – Casou na família Lopes Moraes - inimiga dos Bulhões

Revolução de 1909 – Bulhões derrubam Miguel da Rocha Lima

Caiado (1912-1930) - (Jornal A Imprensa)

Líder: Antônio de Ramos Caiado (Totó Caiado)

Economia

Chegada da Ferrovia Goiás – o despertar dos dormentes

1913 – Goiandira, Ipameri e Catalão

1924 – Vianópolis

1930 – Silvânia

1931 – Leopoldo de Bulhões

1935 – Anápolis

- Aumento da atividade agrícola (arroz, milho e feijão)

- Charqueadas (Catalão, Ipameri e Pires do Rio)

Movimentos de Contestação ao coronelismo

- 1919 – Revolta em São José do Duro (Cel. Abílio Wolney)

- 1925 – Benedita Cypriana Gomes (Santa Dica)

- 1924-27 - Coluna Prestes (Tenentismo)

Imigração

Árabes: sírios e libaneses (comerciantes)

Italianos (Nova Veneza)

A REVOLUÇÃO DE 1930 E A CONSTRUÇÃO DE GOIÂNIA

- Marcha para o oeste (Pedro Ludovico e Vargas)
- Goiás, Mato Grosso e Paraná
- Goiânia: uma cidade planejada no coração do Brasil
- Arquitetos Atílio Corrêa Lima e Armando Augusto de Godoy
- Escolha do local: *Pires do Rio, Bonfim (Silvânia), Ubatan (Orizona) e Campinas.*
- O nome Goiânia foi escolhido em Concurso (Jornal O Social). O nome mais votado foi Petrônia (sugerido pelo poeta Leo Lynce). O escolhido foi Goiânia (sugerido pelo Professor Caramuru – Alfredo de Faria Castro)
- Dificuldades para construir a capital

- Etapas da construção:
 - 24/10/1933 – Lançamento da pedra fundamental
 - 1934 - PSR – Partido Social Republicano (partido de Pedro Ludovico)
 - 1935 – O poder executivo se transfere para Goiânia (casa para funcionário na rua 20)
 - Nomeação do primeiro Prefeito: Venerando de Freitas Borges (Decreto 510/35)
 - 1937 – Judiciário e Legislativo se transferem para Goiânia (Decreto 1816/37)
 - 05/07/1942 – Batismo cultural

PRINCIPAIS OBJETIVOS DA MARCHA PARA O OESTE

- Interiorização do desenvolvimento
- Suporte para a ocupação da Amazônia
- Incentivo a migração
- Reforma agrária
- Criação de Colônias Agrícolas
 - 1941 - CANG – Colônia Agrícola Nacional de Goiás (Ceres)
- Incentivo a agropecuária
- Construção de Estradas

POLÍTICAS PÚBLICAS

- Fundação Brasil Central
- Pontos de apoio
 - Rio Verde – Base econômica do sul de Goiás
 - Caiapônia – elo entre o sul de Goiás e a bacia do Araguaia
 - Aragarças – garimpo
 - Ceres – Colônia agrícola
- SPVEA

1945 - GOLPE RETIRA VARGAS (PTB) E PEDRO LUDOVICO (PSD) DO PODER

1945-47 - Vários Interventores

- Eládio de Amorim
- Felipe Antônio Xavier de Barros
- Belarmino Cruvinel
- Joaquim Machado de Araújo
- Hegesipo de Campos Meireles

JERÔNIMO COIMBRA BUENO (1947-50)

- Lutou pela transferência da Capital para Brasília
- Modernização da agropecuária
- Seleção genética e vacinação
- Construção de aeroportos no interior do estado
- Expansão urbana de Goiânia

PEDRO LUDOVICO (1950-1954)

- Estrada Transbrasiliana
 - Eletrificação - Usina do Rochedo
- Briga política
- BEG

JUCA LUDOVICO (1955-59)

- Desapropriou a área do DF
- CELG
 - 1ª etapa de Cachoeira Dourada
- Hospital da Clínicas
- Aeroporto Santa Genoveva
- Muitas estradas de rodagem
- Construiu várias escolas e ampliou a telefonia
- * *Proclamação autonomista de Porto Nacional: Juiz Feliciano Machado Braga (luta pela criação do Tocantins)*

JOSÉ FELICIANO (1959-61)

Obs.: o mandato de foi de apenas 2 anos em função de uma lei que visava a coincidência dos mandatos de Governador e Prefeitos com o próximo Presidente da República.

- Ofereceu apoio logístico à construção de Brasília
- Asfalto GYN_Trindade/GYN_Inhumas
- Ampliou rede elétrica
- Dobrou os professores das escolas públicas
- Criação do Departamento Estadual de Saneamento (DES), que mais tarde, em 1967, passou a se chamar SANEAGO.

MAURO BORGES (1961-64)

- Primeiro governo cientificamente planejado de Goiás – Plano MB – FGV
- Reforma agrária inspirada nos Kibutz de Israel (30 a 200 há)
- Reforma Administrativa
 - Criou diversos órgãos, autarquias e empresas estatais e paraestatais, para promover o desenvolvimento do estado.
 - *Cotelgo (telefones–depois Telegoiás), Metago, Iquego, Casego, Crisa, Osego, Caixego, Cosego (seguros), Idago, etc..*
 - Construiu o Centro administrativo de Goiás (atual Palácio Pedro Ludovico)

PROBLEMAS POLÍTICOS

- Crise no campo
 - Ligas camponesas
 - Revolta de Formoso e Trombas
- Movimento da Legalidade
 - Renúncia de Jânio Quadros
- Golpe Militar de 1964
 - A princípio MB apóia o golpe, após o AI-2 se opõe aos militares
 - Cassado em 26/11/64
- Interventores: Cel. Carlos de Meira Matos (26/11/64-23/01/65) e Gal. Emílio Rodrigues Ribas Júnior (1965-66)

GOIÁS NO REGIME MILITAR (1964-1985)

OTÁVIO LAGE (1966-71)

- Eleito em uma eleição fortemente marcada pela vigilância militar
- Edição do AI-V
- Incentivo à mineração
- Especial atenção aos grandes produtores agropecuários
- Criou rede de armazéns e silos
- 2ª etapa de Cachoeira Dourada
- Escolas Técnicas – Colégios Costa e Silva e Universitário

LEONINO CAIADO (1971-75)

- Governou durante o milagre econômico
 - Serra Dourada e Autódromo de Goiânia
- Período de maior repressão da ditadura
- Avanço das relações capitalistas na agricultura
 - Acesso direto ao crédito rural
 - ENGOPA, GOIASRURAL e CEASA
- Guerrilha do Araguaia (1972-75)

IRAPUAN COSTA JR (1975-78)

- Governou durante a 1ª crise mundial do petróleo
- Racionalidade administrativa
- DAIA – maior realização de seu governo
- Ampliação de 40% na fronteira agrícola e apoio ao cooperativismo
- Ampliação da rede elétrica
- Ponte no Rio Tocantins (Porto Nacional)
- Investiu em educação, cultura, esporte e turismo
- Implantação do transporte de massas em GYN

ARY VALADÃO (1978-1981)

- Governou durante a 2ª crise do petróleo – década perdida
- Abertura do regime militar (fortíssima oposição)

- Anistia política e fim do bipartidarismo
- Acusações de fisiologismo e corrupção
- Projetos Alto Paraíso e Rio Formoso
- Ampliação vertiginosa da lavoura de soja (destruição do cerrado)
- Colégio Hugo de Carvalho Ramos
- Atuação em prol do norte do estado

GOIÁS E A REDEMOCRATIZAÇÃO (NOVA REPÚBLICA)

IRIS REZENDE (1982-1986)

- 1º eleito após o AI-III
- Maior tocador de obras de Goiás
 - Aumentou 2,5 rodovias asfaltadas e fez 14.000 km de rede elétrica
- Demagogia e populismo (projeção nacional)
 - Mutirões e assistencialismo
- Fraco em programas sociais
- Ruim para o funcionalismo público
- Acusações de corrupção
- Brutal endividamento do estado
- Fechamento da Santa Casa e do HGG

HENRIQUE SANTILLO (1987-91)

- Constituição de 1988 – Criação do estado do Tocantins – Art 13 das D.T. CF/88
- Investimento em saúde
 - SUS, HUGO, saneamento básico
- Liquidação da Caixa
- Caos econômico

IRIS REZENDE (1991-1994)

- Tentativa de recuperar a imagem de Goiás
 - Rodoviária de Goiânia e Centro de Cultura e Convenções
 - CasaCor 2007
- Estímulo à mineração
- Fomentar (início na guerra fiscal)

MAGUITO VILELA (1995-98)

- Secretaria de Solidariedade Humana
 - política social como marca registrada (populismo)
 - esportes
- Forte industrialização
 - Ampliação do DAIA e Implantação de outros distritos industriais em municípios importantes como: Catalão, Rio Verde, Itumbiara, Jataí e Aparecida de Goiânia
- Eletrificação rural – programa luz no campo – universalização da energia elétrica em Goiás
- Goiás como área livre de aftosa
- Privatização de Cachoeira Dourada
- Escândalo da CAIXEGO
- Federalização do BEG (Marconi já tinha sido eleito quando o BEG foi federalizado)
- Esgotamento da capacidade de endividamento do estado

MARCONI PERILO (1999-2006)

- Reforma Administrativa – fusão de órgãos
 - Plano Estratégico Goiás Século XXI – FGV
- Programa produzir
 - Goiás na globalização – viagens ao exterior para atrair empresas transnacionais
- Revolução na educação e na cultura
 - UEG, Bolsa Universitária, AGEPEL (FICA, TENPO, Canto da Primavera, Projeto Goyazes, Cidade de Goiás: patrimônio da humanidade – UNESCO)
- Revolução no saneamento básico
 - ETE's em Goiânia e nos principais municípios do estado e Barragem do João Leite (BIRD)
- Estradas estaduais bem preservadas (BIRD)

- Investimentos na área da saúde
 - Aparelhamento do HGG e construção de Hospitais de Urgência de Anápolis e Aparecida de Goiânia (até hoje sem funcionar direito)
- Privatização do BEG
- Aparelhamento e inchaço da máquina dos estado para acomodar aliados
- Plano de cargos e salários (bomba relógio econômica)
- Programas sociais populistas e demagógicos

ALCIDES RODRIGUES (2006-2010)

- Dificuldades financeiras enormes
 - Apatia administrativa
 - Estrutura estatal inchada
 - Reforma administrativa
 - Extinção de vários órgãos, fusões e incorporações de vários outros.
- Anúncio de demissão de comissionados e redução de cargos e salários em comissão. Fim de gratificações para vários cargos.

Alcides teve um final de governo melancólico, acusado pelos opositores de ter terceirizado o seu mandato para o seu “Supersecretário da Fazenda”, Jorcelino Braga, que agia como uma espécie de “primeiro-ministro” e era quem governava de fato.

Terminou o seu mandato politicamente abandonado, sem conseguir sequer emplacar o seu candidato ao segundo turno.

Deixou o estado com os cofres completamente vazios, a CELG em situação pré-falimentar, dívidas astronômicas e não quitou a última folha de pagamento do seu mandato, o que causou revolta entre o funcionalismo público.

Muitos analistas políticos o apelidaram de “o pior governador da História de Goiás”.

MARCONI PERILO (2011...)

A eleição de 2010 foi uma espécie de revanche: Marconi x Íris Rezende. Foi a chance do “Velho Cacique” dar o troco no “Moço da Camisa Azul”. Mais uma vez, Marconi levou a melhor.

Este terceiro mandato de Marconi Perilo iniciou-se sob o signo da austeridade. Marconi recebeu de Alcides Rodrigues uma “herança maldita”, no dizer dele, na área financeira governamental.

Fazendo um esforço extra de arrecadação, cortando gastos – inclusive com dispensa maciça de servidores comissionados – o governo conseguiu colocar em dia a folha salarial e gradativamente tem voltado a investir.

Dando um ar de modernidade à administração pública, o governo instituiu a chamada “meritocracia”, realizando concurso (com várias etapas) para selecionar os servidores aptos a ocupar cargos de chefia.

Muitos torcem o nariz para esse método afirmando que o certame é realizado num jogo de cartas marcadas, onde já sabe, desde o primeiro momento, quem será o vencedor. Serviria apenas para mascarar a velha “politicagem”.

Em novembro de 2014, Marconi derrotou novamente Íris Rezende, tornando-se o primeiro governador a conseguir 4 mandatos eletivos em Goiás.

ANOTAÇÕES

**GEOGRAFIA DE GOIÁS
RAIO-X DO ESTADO DE GOIÁS**

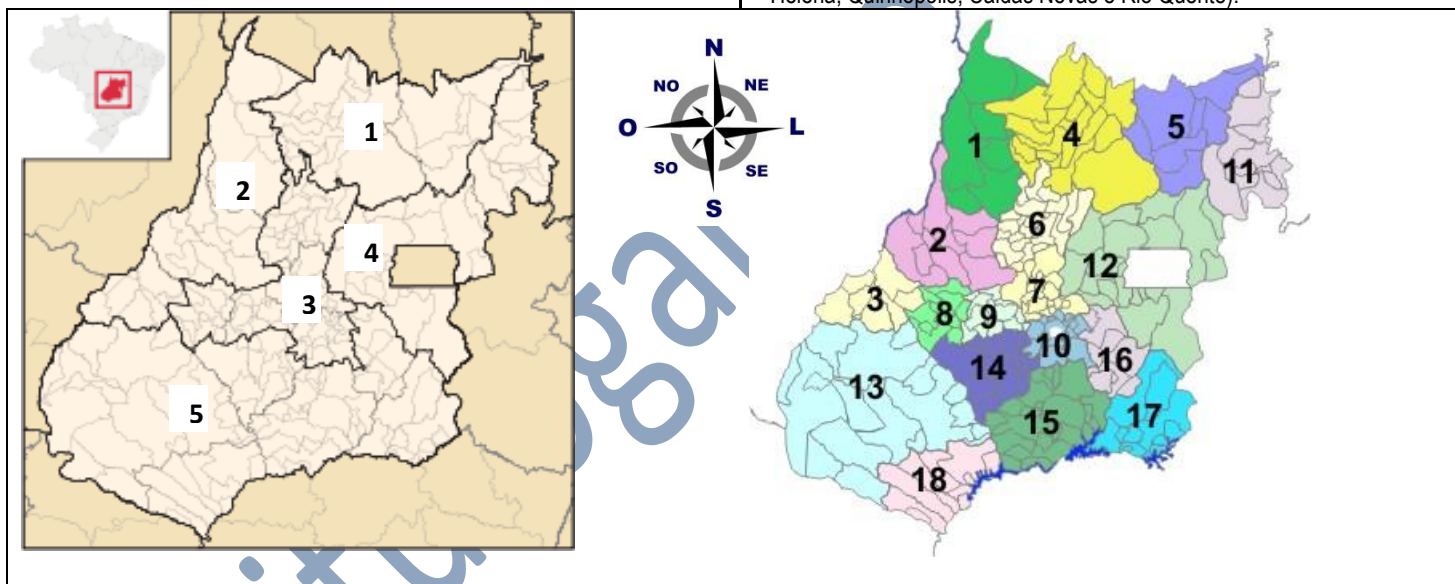


Raio-X de Goiás

REGIÃO: CENTRO-OESTE
 ÁREA: 340.111,783 (7°)
 POPULAÇÃO: 6.523.222 (12°)
 Fonte: PNAD/IBGE (2014) 90% CIDADE / 10% CAMPO
 FRONTEIRAS: MT (O), MS (SO), MG (L e SE e S), TO (N), BA (NE) e DF (quase enclave)
 MUNICÍPIOS: 246
 PIB: R\$ 124 bilhões (9°) – (2,6% DO PIB DO BRASIL) – (SEGPLAN/IMB/2012)
 - Agropecuária (14,1%), Indústria (26,6%), Serviços (59,3%)
 RENDA PERCAPITA: R\$ 20.134,00 (11°) 2011
 IDH: 0,735 (8°) (2010) – Alto
 EXPECTATIVA DE VIDA: 73,6 ANOS (9°) 2011
 MORTALIDADE INFANTIL: 17,7/1000 NASCIMENTOS (10°) 2011
 ANALFABETISMO: 7,3% (8°) 2011

REGIONALIZAÇÃO OFICIAL DO IBGE

5 MESORREGIÕES: 1 - **Norte Goiano** (Alto Horizonte, Minaçu, Porangatu, Niquelândia, Cavalcante, Campos Belos), 2 - **Noroeste Goiano** (Aruanã, Mozarlândia, Nova Crixás, São Miguel do Araguaia, Mundo Novo), 3 - **Centro Goiano** (Goiânia, Anápolis, Aparecida de Goiânia, Trindade, Senador Canedo, Bela Vista e Barro Alto), 4 - **Leste Goiano** (Entorno do DF – Luziânia, Cristalina, Formosa, Valparaíso, Águas Lindas, Santo Antônio do Descoberto) e 5 - **Sul Goiano** (Chapadão do Céu, Rio Verde, Catalão, Jataí, Morrinhos, Mineiros, Itumbiara, Santa Helena, Quirinópolis, Caldas Novas e Rio Quente).

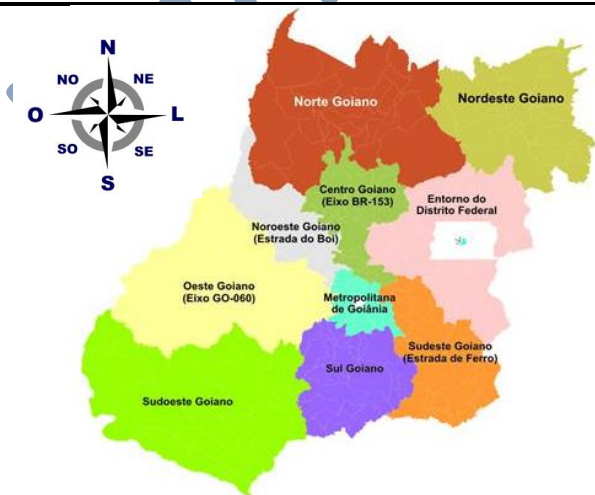


18 MICRORREGIÕES: 1 – São Miguel do Araguaia, 2 – Rio Vermelho, 3 – Aragarças, 4 – Porangatu, 5 – Chapada dos Veadeiros, 6 – Ceres, 7 – Anápolis, 8 – Iporá, 9 – Anicuns, 10 – Goiânia, 11 – Vão do Paraná, 12 – Entorno de Brasília, 13 – Sudoeste de Goiás, 14 – Vale do Rio dos Bois, 15 – Meia Ponte, 16 – Pires do Rio, 17 – Catalão, 18 – Quirinópolis.

MICRORREGIÕES GOIANAS DE PLANEJAMENTO

Para fins de planejamento estratégico governamental, Goiás foi dividido em 10 (dez) regiões de planejamento, segundo os critérios a seguir especificados e que são integrantes do PPA 2004-2007, conforme SEPLAN (2005):

- A Região do Entorno do Distrito Federal definida conforme o estabelecido na Lei de criação da Ride (Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno) – Lei Complementar (CF) nº 94, de 19 de fevereiro de 1998;
- A Região Metropolitana de Goiânia definida pela Lei Complementar Estadual nº 27 de dezembro de 1999 e alterações posteriores. A Grande Goiânia compreende 20 municípios;
- As regiões Norte Goiano e Nordeste Goiano, constantes do primeiro PPA (2000-2003), foram delimitadas em função de sua heterogeneidade em termos de condições socioeconômicas espaciais e como estratégia de planejamento tendo em vista minimizar os desequilíbrios regionais;



d) Outras seis regiões foram definidas tendo como critério os principais eixos rodoviários do Estado.

Todos os municípios cujas sedes utilizam o mesmo eixo rodoviário para o deslocamento à capital do Estado foram considerados pertencentes a uma mesma região de planejamento.

Essa divisão objetiva otimizar as ações do Governo nos diferentes espaços e setores da economia, tendo em vista o desenvolvimento mais equilibrado do Estado.

ECONOMIA GOIANA: PRINCIPAIS DESTAQUES

Goiás em números:

- 1º - Tomate, sorgo, girassol, feijão irrigado, açafrão (minerais: níquel, vermiculita e cobre)
- 2º - Cana-de-açúcar, alho, leite
- 3º - Algodão, Gado (Friboi e Marfrig são os destaques), produção mineral
- 4º - Soja, milho
- 5º - Feijão e trigo
- 6º - Café, Aves e Suínos.
- 7º - Arroz

Fonte: (FIEG/2014)

Confinamento (pecuária intensiva)

Aruanã – 80.000 a 100.000 cabeças ano (maior do Brasil) – JBS Friboi

Perfil e desempenho da indústria goiana

Principais segmentos

- Alimentos e bebidas
- Álcool e Açúcar (sucroenergético)
- Químico e Farmacêutico
- Moda
- Eletro-Metal-Mecânica
- Construção Civil
- Extração Mineral
- Metalurgia

(Fonte: FIEG/2014)

Setores industriais com tendência de maior expansão

- Produção de açúcar e álcool
- Indústria Automotiva
- Indústria de Alimentos e Bebidas
- Indústria Extrativa Mineral
- Indústria Metalúrgica
- Indústria de Construção

(Fonte: FIEG/2014)

Algumas grandes indústrias que produzem em Goiás

Brazil Foods, Friboi, Bertim (vendido ao Friboi), Marfrig, Super Frango, Fricó, Nutrizá, Caramuru, Bunge, Cargill, Granol, Maeda, Comigo, Anglo American, Anglo Gold, Sama, Votorantim, Mineração Maracá, Jales Machado, Vale do Verdão, Cosan, Usina São João, Minuano, Unilever, Brasfrigo, Coniexpress, Grupo Mabel, Laticínios B, ela Vista, Laticínios Morrinhos, Teuto, Neoquímica, Halex e Istar, EquiPLEX, Mitsubshí, Hyundai, John Deere, dentre outras.

Principais destinos das exportações goianas em 2014

Total exportado: US\$ 6,979 bilhões

No ano passado, Goiás exportou 900 produtos para 149 países. A China foi, mais uma vez, o maior mercado para as exportações goianas. Só o país asiático foi responsável por 26,99% de tudo o que o Estado vendeu para o mercado internacional.

A Holanda, que era a principal compradora das mercadorias goianas até 2008, ficou em segundo lugar no ranking de maiores importadores de produtos do Estado com 9,33% do total. Em seguida vêm Rússia, com 6,15%; Hong Kong, 4,83%; Índia, 3,56%; Egito, 3,08%; Estados Unidos, 3%; Coreia do Sul, 2,87%; Itália, 2,84%; e Japão, 2,65%.

O produto mais vendido foi a soja, representando 33,33% do total de vendas. Em segundo lugar vieram as carnes (bovinas, aves e suínas) (23,35%), seguidas das ferroligas, com 8,45% de participação nas exportações.

(Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico e de Agricultura)

Principais origens das importações goianas em 2013

Total importado: US\$ 4,419 bilhões

Já em relação às importações, pela segunda vez consecutiva os produtos farmacêuticos lideraram o ranking, com 26,81% de participação. Depois, respondendo por 25,37% das importações, vêm os veículos automotivos e suas partes. Em terceiro lugar, com 10,79% de participação, as máquinas e aparelhos mecânicos.

Os principais países dos quais Goiás importou produtos foram: Coreia do Sul (origem de 17,11% das importações), Alemanha (15,11%) e Estados Unidos (13,77%).

Saldo da balança comercial: superávit de US\$ 2,560 bilhões.

Total da corrente de Comércio (soma de exportações + importações) : US\$ 11,398 bilhões.

(Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico e de Agricultura)

Principais exportadoras goianas

Exportações acima de R\$ 50 milhões de dólares: Mineração Maracá, Bunge Alimentos S/A, Cargill S/A, Minerva S/A, JBS S/A, U.S.J. – Açúcar e Álcool S/A, Granol, Mineração Catalão, Caramuru Alimentos, Anglo American Brazil Ltda., SAMA S/A – Minerações Associadas, Multigrain S/A, Tropical Bionergia, ADM do Brasil Ltda., Louis Dreyfus Commodities Brasil S/A, Coming Indústria e Comércio de Couros, Sementes Selecta S/A, Goiasa Goiatuba Álcool Ltda., SCJ Bionergia, Mataboi Alimentos S/A.

(Fonte: FIEG/MDIC/SECEX/2014)

Principais importadoras goianas

Importações acima de R\$ 50 milhões de dólares: CAO A Montadora de Veículos S/A (Hyundai), MMC Automotores do Brasil S/A (Mitsubishi), Produtos Roche Químicos e Fármacos S/A, John Deere Brasil Ltda., SVB Automotores do Brasil S/A (Suzuki), ADM do Brasil Ltda, Mosaic Fertilizantes, Schering-Plough Indústria Farmacêutica S/A.

(Fonte: FIEG/MDIC/SECEX/2014)

Produtos Minerais

A extração de produtos minerais desempenha juntamente com a agricultura um forte papel na economia de Goiás. Introduzida no final da década de 1960, a indústria da mineração avançou devagar, mas, em 1986, o antigo estado de Goiás já ocupava um lugar de destaque na produção mineral nacional.

Entretanto, uma característica da produção mineral goiana é ainda a exportação em bruto, sendo o beneficiamento realizado por outros estados mais industrializados.

Cinco produtos concentram grande parte desta produção mineral: Sulfeto de cobre, fosfato, amianto, calcário e níquel.

Mais de 90% da produção goiana está concentrada nos seguintes bens: cobre, níquel, ouro, amianto crisotila, calcário, água mineral, fósforo e nióbio.

As maiores reservas, além daqueles minerais que se destacam no item produção, são de titânio, terras raras e rochas ornamentais.

O Estado de Goiás é o maior produtor de amianto da América do Sul. A mina da Mineradora SAMA está localizada em Minaçu. Goiás também tem grande produção de níquel (maior produção do Brasil/2014), com 72% das reservas nacionais. Ainda se destaca na produção de esmeraldas. O complexo mineral de Campos Verdes está entre os maiores do Brasil, embora nos últimos anos tenha experimentado expressiva decadência.

Principais Produtos Mineraiis encontrados em solo goiano

Cobre, Níquel, Ferroníquel, Nióbio, Ferronióbio, Estanho, Ouro, Esmeralda, Amianto, Bauxita, Fostafo, Calcário, Cimento, Vermiculita, Pedras Ornamentais, Barita, Argila, Manganês, Água Mineral, dentre outros.

LEITURA COPLEMENTAR

Destaque goiano em 2011, tem queda nas exportações em 2013 Alto Horizonte

Um pequeno município do norte de Goiás, com pouco mais de 5 mil habitantes, vem se destacando no cenário econômico goiano, Alto Horizonte, que teve sua vida econômica transformada depois da instalação de uma indústria mineradora.

Em 2010 o PIB per capita do município foi o maior de Goiás somando R\$ 164,7 mil por habitante.

Em 2011, assim como havia sido em 2010, Alto Horizonte, no norte goiano, foi o município que mais exportou no Estado. É o que aponta o relatório do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. No período, o município contabilizou US\$ 691,51 milhões em vendas externas, basicamente de sulfetos de minério de cobre. O produto, extraído pela Mineração Maracá, do Grupo Yamana Gold, foi remetido para Índia, Espanha, Alemanha e Suécia.

Em 2012, as exportações somaram US\$ 597,1 milhões de dólares.

Alto Horizonte, que vendeu o minério sulfeto de cobre para a Índia, Espanha, China, Bulgária, Coreia do Sul e Finlândia, liderou as vendas do ano passado, mas agora aparece em terceiro lugar com vendas de US\$ 366.522 milhões.

A Mineração Maracá pretende ampliar seus investimentos no município. Vai investir R\$ 129 milhões no Projeto Suruca, em Alto Horizonte, na extração e beneficiamento de ouro e cobre. O projeto começa este ano e tem conclusão prevista para 2013.

O projeto está atrasado e não entrou em operação devido a entraves burocráticos.

DADOS GEOMORFOLÓGICOS

RELEVO

Relevo – Destaques

Altitude: média de 647m

Extremos (Cristalina 1.189m e Britânia e Mundo Novo 263m)

Ponto culminante:

Serra do Pouso Alto (Chapada dos Veadeiros) 1784 m

Serra dos Pireneus 1395 m

Serra dos Cristais 1250 m

Relevo: predomínio de topografia plano ondulada

A maior parte do território goiano está entre 300 e 900m de altitude. O relevo consiste em grandes superfícies aplainadas, talhadas em rochas cristalinas e sedimentares. Cinco unidades compõem o quadro morfológico:

- O planalto cristalino do leste se situa na porção leste de Goiás. Sua elevada superfície com mais de 1.000m de altitude em alguns locais, forma o divisor de águas entre as bacias do Paranaíba e do Tocantins. É essa a mais elevada unidade de relevo de toda a região Centro-Oeste;
- O planalto cristalino do Araguaia-Tocantins ocupa o norte do estado. Tem altitudes mais reduzidas, em geral de 300 a 600m;
- O planalto sedimentar do São Francisco, também chamado Espigão Mestre, vasto chapadão arenítico, caracteriza a região nordeste do estado, na região limítrofe com a Bahia;
- O planalto sedimentar do Paraná, extremo sudoeste do estado, é formado por camadas sedimentares e basálticas ligeiramente inclinadas, de que resulta um relevo de grandes planuras escalonadas;
- A planície aluvial do médio Araguaia, na região limítrofe de Goiás e Mato Grosso, tem o caráter de ampla planície de inundação, sujeita à deposição periódica de aluviões.

Clima – Destaques

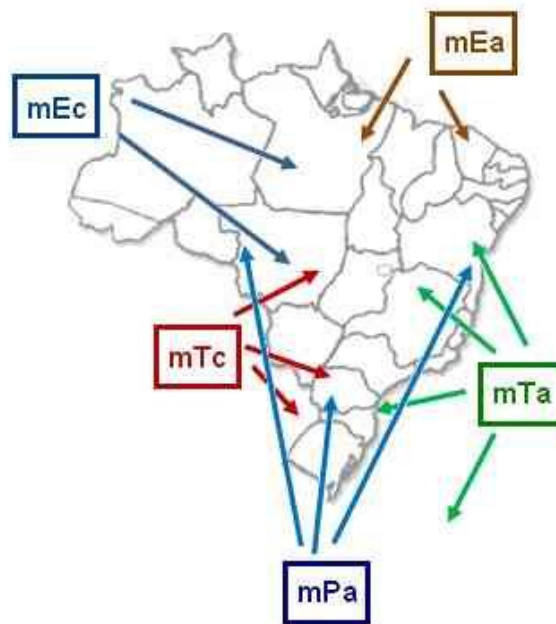
Clima predominante: tropical

Precipitação pluviométrica: 1500 a 1800 mm

O tipo climático que caracteriza o estado de Goiás, é o clima tropical com verões chuvosos e invernos secos. Este domina a maior parte do estado. As temperaturas médias anuais variam entre 23°C, ao norte, e 20°C, ao sul.

- Os totais pluviométricos oscilam entre 1.800mm, a oeste, e 1.500mm, a leste, com forte contraste entre os meses de inverno, secos, e os meses de verão, chuvosos.
- O clima tropical de altitude aparece apenas na região do alto planalto cristalino (área de Anápolis, Goiânia e Distrito Federal), onde, por efeito da maior altitude, se registram temperaturas em geral mais baixas, embora o regime pluvial conserve a mesma oposição entre as estações chuvosa de verão e seca de inverno.

Massas de ar que atuam em Goiás



O estado de Goiás apresenta:

- Verão quente e chuvoso (out/abr)
- Inverno frio e seco (mai/set)

Massa de ar:

- mEc (Massa equatorial continental) traz as chuvas e o calor ao estado
- mPa (Massa polar atlântica) traz a seca e o frio ao estado

Vegetação

Vegetação: Cerrado (70%) e manchas de floresta tropical

Solo: Ácido e pouco fértil.

Predomínio: latossolos vermelho-escuro e vermelho-amarelo

A maior parte do território de Goiás é recoberta por vegetação de campos cerrados. As matas, embora pouco desenvolvidas especialmente, têm grande importância econômica para o estado, de vez que constituem as áreas preferidas para a prática da agricultura, em virtude de uma maior fertilidade de seus solos, em comparação com os solos do cerrado.

Principais paisagens fisionômicas do cerrado

O cerrado apresenta expressiva diversidade fisionômica, veja as principais a seguir:

Cerradão ou Mata Tropical do Cerrado ou Mato Grosso Goiano



Foto: Felipe Ribeiro

Vegetação exuberante, cada vez mais rara, tipicamente arbórea, é fechada e, geralmente, de altura irregular, varia de 7 até 15m com árvores individuais podendo chegar a 20 metros.

Cerrado ou cerrado típico (*Stricto sensu*.)



©Paulo Backes

É o tipo de cerrado mais comum. Árvores de pequeno porte, poucas folhagens, raízes longas adequadas à procura de água no sub-solo, folhas pequenas duras e grossas, caindo grande parte na Estação seca. As espécies nativas mais comuns são: pau-terra, pau-santo, barbatimão, pequi, araticum e murici

Campo sujo



Uma divisão do cerrado, que apresenta árvores bastante espaçadas uma das outras e, às vezes, em formação compacta.

No campo sujo, os arbustos e subarbustos, que se destacam da camada graminosa, tem caules relativamente finos. Geralmente morrem a cada ano, sendo continuamente renovados a partir de brotações da base lenhosa. O revestimento do solo é feito em quase sua totalidade por gramíneas que podem ultrapassar a altura de 1 metro. Nesse tipo de vegetação são comuns que formas lenhosas constituam agrupamento,

dando ao ambiente uma aparência de “ilhas” de vegetação, os chamados campos de murundus.

Campo Limpo



Caracteriza-se por se constituir uma formação tipicamente herbácea, com feição de estepes, quando isoladas, se em tubas deixam parcelas de terrenos descobertas, sob a forma de praiarias; quando é contínua, reveste densamente o terreno. Está ligada à topografia e hidrografia, notando-se uma associação nos divisores de água, nas encostas das elevações onde o lençol freático aflora, e, também, nas várzeas dos rios.

Os campos limpos são usados regionalmente como pastagens naturais, pois seus recursos forrageiros são abundantes, principalmente após a passagem do fogo, quando os capins emitem folhas tenras que apeteçam ao gado. Algumas leguminosas ricas em proteínas ocorrem junto com a massa gramínea, ajudando a elevar o valor forrageiro dos campos.

Mata ciliar, mata ripária ou de galeria: Também conhecida como Floresta tropical, a mata ciliar ou mata ripária ou de galeria ocorre ao longo dos rios, córregos e outros cursos d'água. Pode ser subdividida em duas: a mata ciliar úmida ou inundada e a mata ciliar seca.



Esta fisionomia é comumente associada a solos hidromórficos (com excesso de umidade na maior parte do ano) devido ao lençol freático superficial e grande quantidade de material orgânico acumulado, o que a torna uma mata rica em madeira de lei e árvores de alto porte.

Veredas e Buritizais: Popularmente conhecidas como brejo. São ambientes bastantes peculiares, onde o solo apresenta uma constante saturação d'água, formando verdadeiros pântanos. Ocorrem geralmente em solos rasos, mas aparecem também em encostas de morros e afloramento rochosos.

As veredas, em geral, são longas, com dezenas de metros de largura. As plantas típicas desses ambientes são o buriti, nas áreas mais úmidas, e babaçu e carnaúba, nas áreas mais secas.

As veredas são muito importantes ecologicamente, pois na época da seca constituem-se em verdadeiros oásis para certos animais que nelas

vão buscar água e alimento, além de servirem de filtro contra erosão e a contaminação de nascentes.



A riqueza da flora goiana

Veja a seguir a letra da famosa canção de Marcelo Barra, que exalta com muita poesia a riqueza da flora do cerrado.

Frutos da Terra

Periquito tá roendo o coco da guariroba
Chuvinha de novembro amadurece a gabiroba
Passarinho voa aos bandos em cima do pé de manga
No cerrado é só sair e encher as mãos de pitanga
Tem guapeva lá no mato
No brejinho tem ingá
No campo tem curriola, murici e araçá
Tem uns pés de marmelada
Depois que passa a pinguela
Subindo pro cerradinho, mangaba e mama-cadela
Cajuzinho quem quiser é só ir buscar na serra
E não tem nada mais doce que araçá dessa terra
Manga, mangaba, jatobá, bacupari
Gravatá e araticum, olha o tempo do pequi
Tem guapeva lá no mato
No brejinho tem ingá
No campo tem curriola, murici e araçá
Tem uns pés de marmelada
Depois que passa a pinguela
Subindo pro cerradinho, mangaba e mama-cadela

Composição: Marcelo Barra

O cerrado é considerado o mais rico bioma de savana do mundo, rivalizando em biodiversidade com os biomas floresta amazônica e mata atlântica. 40% das espécies de plantas e animais que ocorrem no cerrado são endêmicos, só existem nesse bioma. Daí a necessidade preservá-lo.

Os recursos naturais de origem vegetal que merecem maior destaque em Goiás são: o pequi e o buriti e o cajuzinho, além das madeiras de lei.



É o fruto mais tradicional da culinária goiana. Pode ser consumido puro, em conserva ou óleo, misturado ao arroz, frango e diversos outros ingredientes. Ao longo da história goiana salvou a vida de muita gente pobre no interior do estado que muitas vezes só dispunha do pequi para sua alimentação.

É usado na forma medicinal: combate asma, bronquite e coqueluche. Também possui propriedades antifúngicas cientificamente comprovadas.

Rico em óleo insaturado, vitaminas A, C e E; fósforo, potássio, magnésio e carotenóides; sua ingestão previne tumores, problemas cardiovasculares e evita a formação de radicais livres.

O pequi deve ser roído, jamais mordido, pois debaixo da polpa do fruto há milhares de minúsculos espinhos que podem provocar ferimentos na boca.



O cajuzinho é muito usada no fabrico de doces artesanais.

Algumas espécies vegetais presentes no cerrado: araticum, cagaita, ingá, jatobá, jenipapo, mangaba, murici etc. (todos comestíveis) barbatimão, macela, quina, sucupira etc (medicinal).

A riqueza da fauna goiana

O cerrado possui uma biodiversidade imensa no que tange a sua fauna, mas, nos últimos anos a ação antrópica (humana) tem colocado em risco de extinção muitas dessas espécies. Segundo o IBAMA espécies como tamanduá-bandeira, anta, lobo-guará, pato-mergulhão, tatu-bola, tatu-canastra, cervo, cachorro-vinagre, ariranha, lontra, onça-pintada, arara azul, dentre outras, estão seriamente ameaçadas de extinção.



Ema – a maior ave das Américas

Outros animais do cerrado: Siriema, Jaburu, Tucano, Socó, Jacutinga, Quero-Quero, Martim-Pescador, Biguá, Garça Branca, Gavião, Periquitos, Araras, Ema, Jacaré, Macaco, Veado, Cutia, Tatu, Sucuri, Anta, Tamanduá, Lobo-Guará, Capivara, Jaguatirica e Porco do Mato etc.

MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA: IMPACTOS NA ECONOMIA GOIANA

A soja, principal cultura comercial quanto ao valor da produção de Goiás, foi introduzida no estado somente em 1980. Conquistou o cerrado com sementes adaptadas e aplicação de calcário para combater a acidez do solo. Com o lançamento de novas variedades de grãos mais resistentes à armazenagem e às pragas, vem-se registrando substancial aumento da produtividade.

A agricultura modernizada propiciou o grande crescimento de uma pecuária modernizada. Goiás tem hoje uma forte e crescente agroindústria. O principal ramo industrial do estado é o da indústria de produtos alimentícios, que se concentra nas cidades de Goiânia, Anápolis e Itumbiara (pasteurização de leite e fabricação de laticínios; beneficiamento de produtos agrícola abate de animais). Segue-se a

indústria transformação de produtos de minerais não-metálicos e, em plano muito inferior, as indústrias metalúrgicas, químicas, têxteis, de bebidas, editorial e gráfica, de vestuário e de madeira.

Mais recentemente com programas de isenções fiscais Goiás recebeu incrementos industriais principalmente nos pólos industriais de Anápolis, Rio Verde e Catalão (montadoras). A guerra fiscal consiste na disputa pelo poder público, municípios, estados ou países, para atrair empresas, dando-lhes facilidades tais como: isenções de impostos, terrenos ou financiamentos.

Os Impactos da Modernização da Agricultura no Cerrado

O cerrado é um tipo de vegetação que ocorre no Planalto Central brasileiro, em certas áreas da Amazônia e do Nordeste, em terreno geralmente plano, caracterizado por árvores baixas e arbustos espaçados, associados a gramíneas, também denominados campo cerrado. É um gradiente fisionômico floristicamente similar, de vegetação com capim, ervas e arbustos, principalmente no Brasil Central. Apresenta-se desde árvores raquíticas, muito espalhadas, enfezado (campo sujo), menos um pouco (campo cerrado), arvoredo baixo (cerrado) até floresta (cerradão). As árvores são sempre tortuosas e de casca grossa.

O Sistema Biogeográfico dos Cerrados abrange área de uma grandeza espacial, que recobre quase dois milhões de quilômetros quadrados. A área dos cerrados inclui praticamente a totalidade dos Estados de Goiás e Tocantins, Oeste de Minas Gerais e Bahia, Leste e Sul de Mato Grosso, quase a totalidade do Estado do Mato Grosso do Sul e Sul dos Estados do Maranhão e Piauí.

O que se procura definir com o termo cerrado não é apenas um tipo de vegetação, mas um conjunto de tipos fisionomicamente distribuídos dentro de um gradiente que tem como limites, de um lado o campo limpo e de outro lado o cerradão. Nesse contexto, podem ser agregadas as ilhas de matas e matas galerias, integrantes decisivas desse bioma.

Fonte: texto de Altair Sales Barbosa



Pivô de irrigação

O Sistema Biogeográfico dos Cerrados abrange área de uma grandeza espacial, que recobre quase dois milhões de quilômetros quadrados. A área dos cerrados inclui praticamente a totalidade dos Estados de Goiás e Tocantins, Oeste de Minas Gerais e Bahia, Leste e Sul de Mato Grosso, quase a totalidade do Estado do Mato Grosso do Sul e Sul dos Estados do Maranhão e Piauí.

O que se procura definir com o termo cerrado não é apenas um tipo de vegetação, mas um conjunto de tipos fisionomicamente distribuídos dentro de um gradiente que tem como limites, de um lado o campo limpo e de outro lado o cerradão. Nesse contexto, podem ser agregadas as ilhas de matas e matas galerias, integrantes decisivas desse bioma.

Os Solos do Cerrado e a Ação Antrópica

O cerrado é hoje o 2º bioma mais ameaçado do Brasil; O primeiro é a Mata Atlântica, da qual restam apenas 7% e, apenas em áreas de preservação. Teme-se que o futuro do cerrado seja o mesmo da Mata Atlântica, já que 80% desse bioma já foi ocupado pelas atividades humanas, principalmente por pastagem (para a pecuária extensiva) e soja (para exportação).

Com a chegada em massa da cana-de-açúcar aos solos do cerrado – só ao longo da Ferrovia Norte-Sul há a expectativa de instalação de cerca de 40 Usinas de Açúcar e Alcool -, especialistas estimam que, até 2030, todo o cerrado esteja extinto, restando apenas as regiões que estejam sob preservação.

Hoje os solos do Cerrado são antropicamente férteis, pois nos anos setenta, cientistas brasileiros criaram a técnica de correção dos solos ácidos chamada de calagem.

Calagem

É a adição de calcário ao solo para correção de sua acidez. Solos são ácidos apresentam grande concentração de íons hidrogênio e/ou alumínio no solo.

A acidez dos solos promove o aparecimento de elementos tóxicos para as plantas (Al) além de causar a diminuição da presença de nutrientes para as mesmas. As conseqüências são os prejuízos causados pelo baixo rendimento produtivo das culturas. Portanto, a correção é considerada como uma das práticas que mais contribui para o aumento da eficiência dos adubos e conseqüentemente, da produtividade e da rentabilidade agropecuária.

A correção adequada do pH do solo é uma das práticas que mais benefícios traz ao agricultor, sendo uma combinação favorável de vários efeitos dentre os quais se mencionam os seguintes: eleva o pH; fornece Cálcio e Magnésio como nutrientes; diminui ou elimina os efeitos tóxicos do Alumínio, Manganês e Ferro; diminui a "fixação" de fósforo; aumenta a disponibilidade do NPK, cálcio, magnésio, enxofre e Molibdênio no solo; aumenta a eficiência dos fertilizantes; aumenta a atividade microbiana e a liberação de nutrientes, tais como nitrogênio, fósforo e boro, pela decomposição da matéria orgânica; aumenta a produtividade das culturas como resultado de um ou mais dos efeitos anteriormente citados.

O Cerrado e o Fogo



Não se pode levar adiante qualquer estudo sobre os cerrados se não se tomar em consideração o fogo, elemento intimamente associado a esta paisagem. Apesar de sua importância para o entendimento da ecologia desse ambiente enquanto conjunto biogeográfico, a ação do fogo nos cerrados é ainda mal conhecida e geralmente marcada por questões mais ideológicas que científicas.

O estudo do fogo como agente será mais completo se também se observar a comunidade faunística e os hábitos que certos animais desenvolveram e que estão intimamente associados à sua ação, cuja assimilação, sem dúvida, necessita de arranjos evolutivos caracterizados por tempo relativamente longo.

De algumas observações constata-se, por exemplo, que a perdiz só faz seu ninho em macegas, tufo de gramíneas queimadas no ano anterior.

Da visita a várias áreas de cerrado imediatamente após grande queimada, tem-se constatado que apesar da característica das árvores e arbustos enegrecidos superficialmente, estes continuam com vida, ostentando ainda entre a casca enegrecida e o tronco, intensa microfauna. Fenômeno semelhante acontece com o estrato gramíneo;

poucos dias após a queimada, mostra sinais de rebrota, que constitui elemento fundamental para concentração de certas espécies animais. O fogo, portanto, é um elemento extremamente comum no cerrado, e de tal forma antigo, que a maioria das plantas parece estar adaptada a ele.

É bom lembrar que o impacto positivo dessas queimadas depende exclusivamente da frequência com que são realizadas. As pesquisas indicam que os incêndios descontrolados realizados pelos fazendeiros da região podem aumentar a deficiência nutricional dos solos, alterar significativamente a composição das espécies, além de representar uma ameaça à fauna.

HIDROGRAFIA

A rede hidrográfica de Goiás é extremamente rica.

O divisor de águas do Brasil entre três bacias passa pelo centro do estado de Goiás, atravessando-o de leste a oeste.

Todos os rios apresentam regime tropical, com cheias no semestre de verão, estação chuvosa. Por esta razão Goiás é conhecido como o berço das águas. Daí a importância da preservação dos mananciais do de Goiás e do cerrado.

Principais rios que banham Goiás

Rios Areias, Aporé, Araguaia, Claro, Corrente, Corumbá, Crixá-Açu (ou Crixá Grande), Crixá-Mirim (ou Crixá Pequeno), das Almas, dos Bois, Jacaré, Maranhão, Meia-Ponte, Paranã, Paranaíba, dos Peixes, Preto, Santa Teresa, São Marcos, São Patrício, Tocantins, Tocantinzinho e Vermelho, dentre outros.



Goiás tem rios que abastecem três bacias: do Prata (Paranaíba); do Tocantins/Araguaia (Tocantins e Araguaia) e do São Francisco (Preto e Uruçuaia).

Lagos: Azul (Três Ranchos), das Brisas (Buriti Alegre), Cachoeira Dourada, São Simão, Serra da Mesa (Uruçu), Cana Brava (Minaçu e Cavalcante), Corumbá (Caldas Novas, Ipameri e Corumbaíba) e Lago da Barragem João Leite (Goiânia, Goianópolis e Terezópolis).

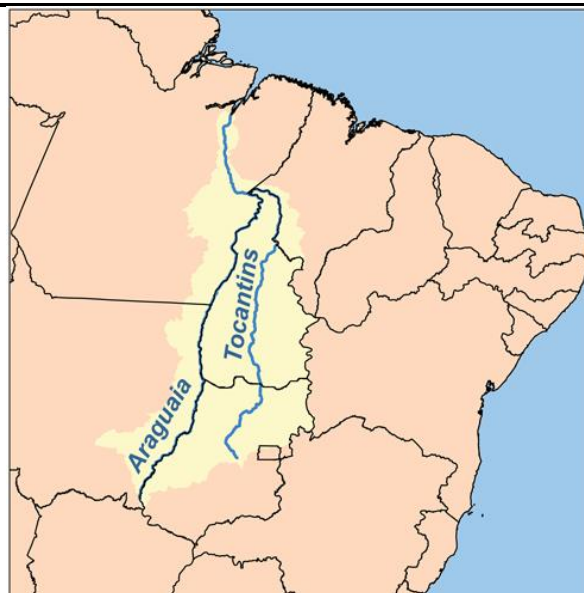
Eletricidade: Goiás exporta (Campos Belos, São Domingos, Serra da Mesa, Mambai, Rochedo, Corumbá, Corumbá III e Corumbá IV, Três Ranchos (Emborcação), Itumbiara, Cachoeira Dourada, São Simão).

PRINCIPAIS HIDROVIAS

Hidrovias: Tietê-Paraná (São Simão – Rio Paranaíba)/Cachoeira Dourada (Rio Paranaíba)/Araguaia – Tocantins – em fase de estudo).

Área drenada pela bacia Tocantins/Araguaia

O Rio Tocantins, nasce na Lagoa Formosa, Divisa do Distrito Federal com Goiás a mais de 1.000m de altitude. Ele forma-se depois de receber as águas dos rios das Almas e Maranhão. Sendo um rio de planalto, lança suas águas barrentas em plena baía de Guajará no Pará, depois de percorrer 2.400km.



O Rio Araguaia (rio das araras vermelhas em tupi), também chamado de Berohokã (Grande Rio) pelos índios Caiapós, nasce nas vertentes da Serra do Caiapó, a 750m de altitude, próximo ao Parque Nacional das Emas, em Goiás, na divisa com o Mato Grosso e corre de sul para norte, formando a maior ilha fluvial do mundo, a ilha do Bananal e lança suas águas no Tocantins depois de percorrer 2.115km engrossado por seus afluentes.

O encontro dos dois grandes rios forma o famoso desenho do Bico do Papagaio no mapa do Tocantins.

INFRA-ESTRUTURA - PRINCIPAIS RODOVIAS



Goiás possui uma extensa malha viária. Conta com 3.400 km de rodovias federais, 18.610 quilômetros de rodovias estaduais e 64.690 quilômetros de rodovias municipais, o que totaliza 86.700 quilômetros de rodovias, dos quais somente 13.291 são pavimentados. A BR-153 corta o estado de Norte a Sul, ligando Itumbiara, na divisa com Minas Gerais, a Porangatu, na divisa com Tocantins. A BR-040 que liga Brasília a Belo Horizonte e ao Rio de Janeiro conecta também, por sua vez, diversos municípios goianos como Cristalina, Luziânia, Valparaíso de Goiás. Outras rodovias dignas de destaque são a BR-060 que liga Brasília a Goiânia e ao Mato Grosso do Sul, cortando o Sudoeste goiano; e a GO-070, que liga Goiânia a Aruanã, no Noroeste do estado.

ATUALIDADES DE GOIÁS

Federalização da Celg

Ao final de abril de 2012 a superendividada Celg Distribuição S/A, companhia elétrica de Goiás, depois de anos de impasse com o Governo Federal acabou sendo federalizada e seu controle acionário passou para as mãos da Eletrobrás.

O acordo prevê que a Eletrobras assumirá 51% das ações ordinárias da Celg Distribuição após a conclusão de processo de fechamento de capital.

A diretoria executiva será formada por profissionais que serão selecionados por empresa de consultoria especializada, afirmou a Eletrobras.

A Celg passará pelo processo de reestruturação que envolve contratação de empréstimo, pelo governo de Goiás, no valor de R\$ 3,5 bilhões. O crédito será oferecido pela Caixa Econômica Federal, com dinheiro do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Estes recursos serão destinados ao aumento de capital e ao pagamento de dívidas do Estado com a distribuidora local.

Ao todo, a Celg acumula R\$ 6,6 bilhões em dívidas. Cerca de R\$ 2,5 bilhões estão relacionados ao saldo devedor com a Eletrobras. Este quadro contribuiu para que a o processo de federalização fosse considerado um caminho natural para solucionar os problemas financeiros da distribuidora goiana.

Até agosto de 2014 o processo de federalização ainda estava parcialmente inconcluso.

Rio Verde assume 1º. lugar em PIB agrícola no Brasil

Em março de 2012, o município de Rio Verde, no sudoeste goiano, assumiu o primeiro lugar no ranking de maior PIB agropecuário do país. A base de dados da pesquisa refere-se a estatísticas de 2009.

Conhecida como a capital do agronegócio em Goiás, Rio Verde se firma como o município mais rico em produção agropecuária do Brasil. Segundo dados do Produto Interno Bruto (PIB) divulgados pela Secretaria Estadual de Gestão e Planejamento (Segplan), em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município do sudoeste do estado saltou da 12ª posição no ranking nacional, em 2008, para a primeira colocação em 2009.

O ponto forte do município campeão em valor adicionado da agropecuária é a produção de carnes. Segundo o economista da Segplan Marcos Arriel, Rio Verde é o que mais produz aves e suínos no estado, além de ter o terceiro maior rebanho bovino. Boa parte dessa matéria prima abastece um dos maiores complexos de produção de alimentos da América Latina, instalado na cidade.

Em 2014, a balança comercial goiana teve o melhor desempenho da história

08/01/2015 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico e de Agricultura

A balança comercial goiana registrou superávit de US\$ 2,560 bilhões no ano passado. É o melhor resultado anual apresentado pela série histórica das estatísticas do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), fruto das transações internacionais do Estado que exportou o total de US\$ 6,979 bilhões e importou a quantia de US\$ 4,419 bilhões.

Na comparação com 2013, o saldo comercial obteve crescimento de 16,25%. Os números foram divulgados nesta quarta-feira (07) pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico e de Agricultura, Pecuária e Irrigação que, desde o último dia 2, é comandada pelo vice-governador José Eliton.

A apresentação dos números foi feita por William O'Dwyer, superintendente de Comércio Exterior da Pasta. Ele atribui o novo recorde registrado à capacidade de empreender do empresariado goiano, aliado ao apoio irrestrito dado pelo Governo de Goiás na busca de novos mercados para os produtos locais. "O crescimento do superávit da balança comercial, ante 2013, é a demonstração de que a economia goiana continua forte, mesmo num momento em que o país acumula um alto déficit comercial", afirma.

Exportações

No ano passado, 149 países serviram de destino para os 900 produtos que fizeram parte da pauta de produtos exportados por Goiás. A soja foi o produto mais vendido representando 33,33% do total das vendas. Destacaram-se, ainda, as carnes (bovinas, aves e suínas) com 23,35%; ferroligas, 8,45%; milho, 7,91%; sulfeto de cobre, 6,24%; couros e derivados, 6,13%; açúcar, 4,56%; ouro, 3,34%; amianto, 3,34%; outros

produtos de origem animal, 1,12%; preparações alimentícias, 0,83%; algodão, 0,70%; e máquinas e equipamentos elétricos e mecânicos, 0,38%.

Mais uma vez a China foi o principal mercado para as exportações goianas. Desde que desbancou a Holanda, em 2008, do posto de principal comprador das mercadorias produzidas no Estado, o país asiático mantém a liderança do ranking.

Em 2014, os chineses compraram US\$ 1,884 bilhão, ou 26,99% de tudo o que Goiás vendeu para o mercado internacional. A Holanda ficou em segundo lugar com 9,33% do total. Em seguida vêm a Rússia, 6,15%; Hong Kong, 4,83%; Índia, 3,56%; Egito, 3,08%; Estados Unidos, 3%; Coreia do Sul, 2,87%; Itália, 2,84%; e Japão, 2,65%.

O'Dwyer chama a atenção para novos parceiros comerciais que estão se destacando no comércio internacional goiano. "A Índia e o Egito aparecem como 5º e 6º maiores compradores dos nossos produtos". Eles compraram, principalmente, gêneros alimentícios e minérios.

Importações

Os produtos farmacêuticos lideraram as importações goianas pelo segundo ano consecutivo. No ano passado, os fármacos participaram com 26,81% do total das compras oriundas de outros países. Completam a lista os veículos automotivos e suas partes (25,37%), máquinas e aparelhos mecânicos (10,79%), adubos e fertilizantes (10,22%), produtos químicos orgânicos (7,29%), máquinas e aparelhos elétricos e partes (3,85%), além de instrumentos de ótica e fotografia, plásticos e suas obras, borrachas e suas obras e assentos para veículos.

Os principais fornecedores dessas mercadorias foram a Coreia do Sul, responsável por 17,11% das importações goianas, Alemanha (15,11%), Estados Unidos (13,77%), Japão (12,54%), Tailândia (5,89%), China (5,47%), Rússia (2,79%), Suíça (2,62%), Índia (2,40%) e Canadá (1,92%).

Goiás X Brasil

A balança comercial brasileira fechou o ano passado com déficit comercial de US\$ 3,93 bilhões, resultado das exportações de US\$ 225,101 bilhões e importações de US\$ 229,031 bilhões. As exportações goianas participaram com 3,10% no total das vendas brasileiras ao exterior, ao passo que as importações contribuíram com 1,92% do total das compras internacionais do país.

William O'Dwyer esclarece que o superávit de US\$ 2,5 bilhões da balança comercial de Goiás foi decisivo para que a balança nacional não tivesse um resultado ainda pior. "Após quatorze anos, o saldo do comércio internacional brasileiro ficou negativo. E o superávit da balança comercial goiana foi decisivo para que o déficit brasileiro não fosse ainda maior".

Goiás vence litígio de terras com a Bahia

Diário da Manhã – 09/10/2014 – Com informações do STF

Por unanimidade, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) julgou procedentes as ações cíveis originárias (ACO 652 e 347) e determinou a fixação das divisas de Goiás, Piauí, Tocantins e Bahia, de acordo com o laudo elaborado pelo Serviço Geográfico do Exército Brasileiro. Com esse procedimento, chega ao fim uma disputa centenária, cuja batalha judicial se arrastava por mais de 30 anos. Na região da Borda do Chapadão Ocidental é onde se situava o conflito pela demarcação das divisas entre Goiás e da Bahia.

A decisão foi proferida ontem, em processo relatado pelo ministro Luiz Fux. O fim da pendenga agrária e territorial foi comemorado pelo governador Marconi Perillo, em solenidade no Salão Verde do Palácio das Esmeraldas, acompanhado do vice-governador José Eliton Júnior, do procurador geral do Estado, Alexandre Tocantins, e do secretário de Agricultura, Antônio Flávio de Lima.

Pela decisão, o STF reconheceu como válido o acordo firmado entre os dois entes federativos, em 1920, considerando como marco divisor de suas fronteiras as demarcações originárias das bacias dos rios São Francisco e Tocantins. Com isso, Goiás terá acrescido legalmente a seu mapa porção de terra equivalente a 42 mil e 300 hectares, o que corresponde a 8.700 alqueires goianos.

A expansão territorial contempla os municípios goianos de Campos Belos, São Domingos, Posse, Guarani de Goiás, Mambai e

Sítio D'Abadia. “Hoje é um dia histórico para Goiás”, resumiu o governador Marconi Perillo, ao ressaltar que a decisão do STF encerra um conflito histórico entre os dois Estados e, do ponto de vista econômico, agregará valor à economia goiana, com aumento do PIB em R\$ 3 bilhões. Além disso, destacou Marconi, as áreas que serão acrescidas ao mapa goiano produzem, por ano, R\$ 120 milhões em commodities agrícolas. A região da Borda do Chapadão Ocidental é produtora de soja, milho e algodão. A alteração no todo afeta uma área de 15,4 mil quilômetros quadrados.

O governador elogiou o trabalho da Procuradoria Geral do Estado (PGE), na pessoa do procurador-chefe Alexandre Tocantins e do procurador da representação da PGE em Brasília, Lucas Bevilacqua, que fez a sustentação oral na audiência do STF.

O vice-governador José Eliton destacou o empenho do governador para que a demanda tivesse um final positivo para o Estado. “Goiás bancou os custos da perícia”, ressaltou o governador, ao lembrar que a decisão do STF determina também que a Bahia ressarça o Estado de Goiás pelos custos com a perícia dos marcos demarcatórios, realizada pelo Exército brasileiro, valor que ultrapassa R\$ 1 milhão.

Segundo ele, Marconi empenhou-se pessoalmente na solução do conflito, tendo ido a Brasília por diversas vezes para acompanhar, no STF, a tramitação processual. Ressaltou que a decisão terá impacto não apenas na área pública, mas também no setor privado, porque os proprietários rurais tinham dificuldades na regularização fundiária de suas terras, por causa do conflito de jurisdição. Dirigindo-se ao governador, José Eliton pediu que parte do recurso que Goiás receberá do governo da Bahia, por ter arcado sozinho com os custos da perícia, seja destinada à construção de um marco que simbolize o fim do histórico conflito.

Conflito com mortes

As ações discutem a delimitação de divisas entre os Estados do Piauí e Tocantins (ACO 652) e Bahia e Goiás (ACO 347), extinto o processo nesta ACO em relação aos Estados de Minas Gerais e Tocantins, em razão de conciliação entre as partes. A Região Oeste vivia uma situação de conflito, tendo ocorrendo duas mortes em 25 de novembro o ano passado. A presença da polícia goiana em alguns momentos gerou impasse com os produtores de Jaborandi, Bahia. Logo contornado.

O conflito envolve dois parâmetros de delimitação: o laudo mais recente realizado pelo Exército brasileiro e a demarcação feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) em 1980, a qual estava em vigor em função de liminar concedida pelo ministro Eros Grau, em 2005, hoje aposentado, relator originário da matéria, e posteriormente referendada pelo Plenário.

Conciliação

Desde outubro de 2002, representantes dos Estados litigantes se reúnem para negociar conciliações convocadas pelo atual relator das ações, ministro Luiz Fux, em razão da insegurança jurídica provocada nas regiões afetadas, causando conflitos de ordem jurídica, política e social, devido às disputas de posse de terras.

Em seu voto, o ministro Luiz Fux afirmou que o laudo do Exército, dado seu caráter preciso e técnico, é o que melhor atende o caso. O ministro salientou que os Estados envolvidos sofrerão vantagens e desvantagens, pois “uma eventual procedência jamais poderia ser total, porque o que se pediu na (petição) inicial talvez não tenha sido atendido pelo laudo do Exército, muito embora todos (os Estados) tenham pleiteado a realização dessa perícia”, disse.

O relator afirmou que o laudo do órgão militar alusivo à divisa de TO e PI concluiu que a carta topográfica Serra da Tabatinga é um levantamento cartográfico muito preciso da região. Para o ministro, isso confirma que a utilização do laudo do Exército é o mais adequado, “visto que o órgão foi escolhido consensualmente pelos Estados litigantes para elaboração dos trabalhos periciais e levou em consideração os marcos já fixados em estudos anteriormente efetivados”.

Ademais, o ministro salientou a importância do trabalho do Exército, ao qual Constituições anteriores determinavam a execução de trabalhos demarcatórios. “Esta Corte, em casos de conflitos entre Estados referentes à demarcação de terras tem designado, invariavelmente, o serviço geográfico do Exército para realizar os trabalhos periciais, por dispor de mais recursos técnicos e modernos”. Esse entendimento foi

sufragado na ACO 307, de relatoria do ministro Neri da Silveira (aposentado).

Quanto às alegações do Estado da Bahia, que pretendia que fosse considerado como critério delimitador, a Borda do Chapadão Ocidental, pois atendia às necessidades da população que ali habita, o ministro afirmou que os conflitos existentes nessas áreas e relatados nas ações ajuizadas “caracterizam uma discordância quanto ao critério demarcatório adotado”.

O Estado do Tocantins defendeu a manutenção da carta topográfica do IBGE de 1980, destacou o relator. Nesse ponto, ele ressaltou que é inaceitável o abandono da perícia realizada pelo Exército por divergências quanto às suas conclusões. “Não é possível, sob pena de ofensa à segurança das relações jurídicas, escolher o Exército como perito e depois de muitos anos após a conclusão da perícia abandonar os resultados a que chegou. Ninguém pode se opor ao fato que ele próprio deu causa”, concluiu.

O relator votou pela procedência parcial das ações originárias para que sejam fixadas as linhas divisórias entre os Estados litigantes segundo laudo técnico realizado pelo Exército. Determinou ainda a manutenção dos títulos de posse e propriedade anteriormente definidos.

As eventuais disputas relativas às áreas delimitadas a partir de então não serão decididas pelo STF, “mas em ação própria no juízo competente”, salientou. Destacou também que as ações referentes às áreas abrangidas nas duas ações originárias e que ainda não foram sentenciadas deverão ser redistribuídas ao juízo competente.

Quanto aos títulos de posse em litígio, o ministro estabeleceu que quando dois Estados tiverem emitido um título de posse em relação a uma mesma área abrangida no caso, prevalecerá o título concedido judicialmente. Se ambos os títulos forem judiciais, o que tiver transitado em julgado será o válido. Caso nenhum dos títulos tiver transitado em julgado, valerá “o primeiro provimento judicial oriundo do juízo competente em razão do lugar à luz do laudo do Exército”. O Plenário do STF, por unanimidade, seguiu o voto do ministro Luiz Fux.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARRAIS, Tadeu Alencar. A produção do Território Goiano. Goiânia Editora UFG. 2013.

ARRAIS, Tadeu Alencar. *Geografia Contemporânea de Goiás*. Goiânia Editora Vieira. 2004.

PALACÍN, Luís. MORAIS, Maria Augusta Sant'Anna. *História de Goiás*. 6. Ed. Goiânia. Ed. Da UCG, 1994.

ASSIS, Wilson Rocha. *Estudos de História de Goiás*. Editora Vieira. Goiânia (GO). 2005.

HENRIQUES, Raimundo Paulo Barros. O futuro ameaçado do cerrado brasileiro. *Ciência Hoje*, v. 33, n. 195, jul. 2003.

TEIXEIRA NETO, Antônio. O território goiano: formação e processo de povoamento e urbanização. In: ALMEIDA, Maria G. de. (Org.) *Abordagens geográficas de Goiás: o natural e o social na contemporaneidade*. Goiânia: IESA, 2002.

Saint-Hilaire, Auguste de - “Viagem às Nascentes do rio São Francisco e pela Província de Goiás”, apud Bruno), Ernani Silva - *História do Brasil e Regional - Grande Oeste*. Cultrix, SP, 1967, pg. 66).

Casal, Aires do - “Corografia Brasileira”, Apud Bruno, Ernani Silva - op. cit., pg. 66).

Revista Oeste, ano II, novembro de 1943, p.369, Goiânia: Ed. UCG, 1983. Ed. Fac-similar.

ROSA, Joaquim. *Por esse Goiás afora*. Goiânia: Cultura Goiana.

DAVIDOFF, Carlos. *Bandeirantismo: verso e reverso*, 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993, p.9. (Tudo é História).

CHAUL, Nars Nagib Fayad. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia: Ed. da UFG.

POLONIAL, Juscelino. *Terra do Anhangüera. História de Goiás*. 3ª. Edição. Editora Kelps. Goiânia (GO). 2006.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. São Paulo: Record, 2001.

MAGNOLI, Demétrio e ARAÚJO, Regina. *A Nova Geografia*. Geografia Geral. 2.ed. São Paulo: Moderna, 1996.

NASCIMENTO, Júnio Batista do. Tocantins. *História e Geografia*. 6ª. Edição. Bandeirante. Goiânia-GO. 2009.

LEITÃO, José Carlos. Tocantins: Eu Também Criei. JLC/Brasil. Brasília (DF). 2000.

www.ufg.com.br

www.ueg.com.br

CD do Dossiê de Goiás –2005.

QUESTÕES DEMONSTRATIVAS

01. (UFG-GO) A expansão da colonização portuguesa na América, a partir da segunda metade do século XVII, foi marcada por um conjunto de medidas, dentre as quais podemos citar:

- a) o esforço para ampliar o comércio colonial, suprimindo-se as práticas mercantilistas.
- b) a instalação de missões indígenas nas fronteiras sul e oeste, para garantir a posse dos territórios por Portugal.
- c) o bandeirismo paulista, que destruiu parte das missões jesuíticas e descobriu as áreas mineradoras do planalto central.
- d) a expansão da lavoura da cana para o interior, incentivada pela alta dos preços no mercado internacional.
- e) as alianças políticas e a abertura do comércio colonial aos ingleses, para conter o expansionismo espanhol.

O século XVII representou a etapa de investigação das possibilidades econômicas das regiões goianas, durante a qual o seu território tornou-se conhecido. No século seguinte, em função da expansão da marcha do ouro, ele foi devassado em todos os sentidos, estabelecendo-se a sua efetiva ocupação através da mineração.

02. (Agehab/2010/Sousândrade) Nesse sentido, pode-se afirmar que a economia goiana no final do século XVIII se caracteriza:

- a) Pelo aumento da arrecadação fiscal e da imigração para a região.
- b) Como um período de desenvolvimento através do processo de industrialização urbana.
- c) Pelo declínio da mineração e empobrecimento da capitania que se volta para as atividades agropecuárias.
- d) Como o período áureo, grande circulação de riqueza, intenso povoamento, apogeu da mineração.
- e) Pelo crescimento comercial e desenvolvimento urbano.

03. (Agehab/2010/Sousândrade) Com o processo de Independência do Brasil em 1822, a estrutura política não sofre mudanças marcantes em Goiás. Essas mudanças ocorrem de maneira gradual e com disputas internas pelo poder entre os grupos locais. Nesse contexto destaca-se:

- a) o atrito dos grandes proprietários de terra com o governo central, pois eles eram totalmente contra a separação de Portugal.
- b) o movimento separatista do norte de Goiás, provocado por interesses econômicos e políticos dos grandes proprietários de terra descontentes com a falta de benefícios do governo.
- c) o elevado índice de imigrantes estrangeiros, que se tornaram responsáveis pelo desenvolvimento da pecuária no Estado.
- d) a recuperação da economia mineradora com a descoberta de novas jazidas na região norte do Estado.
- e) a consolidação da separação do norte, aprovada em 1823 pelo governo imperial.

04. (TJGO/2014/FGV/Analista) O Regime Militar brasileiro (1964/1985) produziu em Goiás uma modernização conservadora que se evidencia na:

- (A) formação de diversos polos industriais em todo o Estado, através de investimentos do governo de Irapuan Costa Jr., entre 1975 e 1978;
- (B) expansão do sistema agrícola moderno na região, favorecido com a criação da EMGOPA (Empresa Goiana de Pesquisa Agropecuária);
- (C) modernização dos sindicatos rurais, estimulados pelo governo na administração de Meira Matos, entre 1964 e 1965;

(D) realização de uma reforma agrária com vistas à expansão das pequenas propriedades durante a administração de Otávio Lage (1966/1970);

(E) predominância da base agrária de subsistência voltada para o mercado interno, sem investimentos do governo de Irapuan Costa Jr. (1975/1978).

GABARITO DAS QUESTÕES DEMONSTRATIVAS			
01 - C	02 - C	03 - B	04 - B

QUESTÕES RECENTES – PROVAS 2013

Questão 01

(UEG/Soldado PM/2013) A criação do gado vacum foi importante atividade econômica para a ocupação dos chapadões recobertos por cerrado do Centro-Oeste brasileiro. Em Goiás, a criação do gado vacum ocorreu com mais frequência nas regiões leste, sudoeste e norte do estado, **o que se justifica pela**

- a) ocorrência de vegetação natural rasteira e arbustiva constituída sobretudo por gramíneas.
- b) existência de solos férteis favoráveis à implantação artificial de áreas de pastagens.
- c) existência de uma rede urbana e comercial que servia de suporte à população.
- d) ocorrência de relevos planos com facilidade para mecanização e formação de pastagens.

Questão 02

(UEG/Soldado PM/2013) Os recursos naturais de uma determinada região podem influenciar diretamente a sua incorporação econômica, uma vez que representam um conjunto de fatores necessários ao processo produtivo – os insumos ambientais – que podem servir como indutores de ocupação.

Com base nessas características, no território goiano verifica-se que a microrregião

- a) do Sudoeste Goiano foi palco de um grande desenvolvimento da agricultura mecanizada, devido à existência de grandes chapadões constituídos em sua maioria por solos altamente ricos e relevo de planícies.
- b) de São Miguel do Araguaia, constituída por latossolos argilosos desenvolvidos sobre chapadões planálticos bem drenados, favoreceu o desenvolvimento da pecuária leiteira e de corte, e a agricultura mecanizada.
- c) Chapada dos Veadeiros é caracterizada por um planalto relativamente acidentado, com altitude média superior a 800 metros, abundante em solos ácidos e apresenta baixo potencial para a agricultura mecanizada.
- d) Vão do Paranã apresenta baixo potencial de ocupação agrícola em virtude da presença de relevos muito acidentados, constituídos por solos com alto teor de argila e índices pluviométricos inferiores a 900mm anuais.

Questão 03

O regime fluvial do Rio Araguaia [...] está condicionado às chuvas tropicais de verão, época em que sua feição se modifica completamente, porque ele transborda e inunda muitas léguas de praias, reabastecendo lagos que secam no inverno, alimenta canais, cria ilhas e muda constantemente de leito, numa procura constante para firmar-se em um canal definitivo.

O texto refere-se ao Rio Araguaia que é caracterizado por

- a) ser denominado de "Rio Grande" pelos indígenas Caiapó e ter sido explorado no tempo das bandeiras para pesca e navegação.
- b) ser um rio de planície que não apresenta nenhum tipo de barreira natural, como por exemplo cachoeiras, corredeiras ou bancos de areia.
- c) apresentar difícil navegabilidade em decorrência da redução no volume de água em períodos de estiagem, fato que compromete a viabilidade da hidrovia Araguaia-Tocantins.
- d) apresentar nascentes localizadas na fronteira entre Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, e percorrer cerca de 1.800 quilômetros no sentido Leste-Norte, tendo como exutório o Rio Tocantins.

Questão 04

(UEG/PCGO/2013) Clima e vegetação são componentes da natureza associados entre si. Por isso, devem ser analisados juntos para que se possa ter uma visão mais real da totalidade e, assim, mais verdadeira do espaço geográfico estudado.

Ao tratar da relação entre clima e vegetação o texto indica que

- a) a vegetação do Cerrado é composta por paisagens uniformes, semelhantes àquelas encontradas na vegetação savânica.
- b) as unidades fitogeográficas do Cerrado goiano são resultantes de fatores e elementos ecológicos, tais como: clima, solos e relevo.
- c) a ideia de que a "vegetação é o espelho do clima" remete à impossibilidade de associação da mesma com os demais elementos ecológicos.
- d) as diferenciações existentes na estrutura e na composição da vegetação são decorrentes de alterações no tipo de solo, relevo, no volume de precipitação e nas formas de uso da terra.

Questão 05

(UEG/cadete/PM/2013) A construção de condomínios fechados (horizontais ou verticais) tornou-se muito comum em Goiânia, que já é a terceira cidade em condomínios horizontais no Brasil.

A opção por este tipo de moradia deve-se a uma série de fatores, dentre os quais se destaca a

- a) necessidade de evitar as diferenças ideológicas na convivência cotidiana, já que nesses ambientes há uma seleção de moradores por preferência religiosa.
- b) necessidade de proteger a natureza, já que o poder público subsidia esses locais, considerados área de preservação ambiental permanente.
- c) busca de um local de moradia próximo ao trabalho na tentativa de diminuir o tempo de percurso entre a residência e o trabalho.
- d) busca por espaços seguros e exclusivos protegidos do contato com o mundo exterior, caracterizando um novo modelo de relações comunitárias.

PING PONG DE ATUALIDADES DE GOIÁS

01. Marconi Perillo iniciou sua carreira política como vereador na cidade Palmeiras de Goiás, influenciado por Henrique Santillo, de quem havia sido assessor político.

02. Quando de sua primeira eleição para o governo de Goiás, Marconi Perillo tinha apenas 35 anos e tornou-se assim o governador mais jovem já eleito no país.

03. O Plano Estratégico Goiás Século XXI que embasou as realizações do primeiro mandato de Marconi Perillo foi elaborado com a consultoria da UFG – Universidade Federal de Goiás.

04. O Festival de Música Canto da Primavera, realizado anualmente na cidade de Aruanã, tornou-se um dos principais eventos culturais do estado de Goiás e foi criado na gestão Marconi Perillo.

05. O FICA – Festival Internacional de Cinema Ambiental de Goiás tornou-se um dos mais importantes do mundo e tem atraído cineastas de todos os continentes do planeta.

06. Apesar de ter sido considerado um dos piores governadores de todos os tempos em Goiás, o médico Alcides Rodrigues deixou a sua marca na área da saúde ao construir o CRER e o HURSO. Hospitais de referência em Goiás.

07. A construção da Barragem do Ribeirão João Leite, iniciada no governo de Alcides Rodrigues, e que deve ser concluída somente agora nesta gestão de Marconi Perillo, garantirá o suprimento de água potável para Goiânia e região metropolitana pelo menos nos próximos 25 anos.

08. Ao deixar o governo de Goiás, Alcides Rodrigues deixou a folha de pagamento de salários dos servidores atrasados e um enorme rombo nas contas públicas.

09. Na última eleição para governador em Goiás, Marconi Perillo derrotou Maguito Vilela ainda no primeiro turno do pleito.

10. O governador Marconi Perillo tem introduzido na sua administração critérios de gestão geralmente observados na seara das empresas privadas, por exemplo, pagando bônus de desempenho a servidores e adotando a meritocracia para preenchimento de cargos de chefia.

11. No seu atual mandato, Marconi Perillo teve o seu nome envolvido em diversos escândalos de corrupção de repercussão nacional, chegando a ser investigado pela CPI do Cachoeira.

12. As acusações que pesam contra o governador, no caso Cachoeira, é da venda mal explicada de uma casa ao contraventor e de nomear pessoas para cargos-chaves no governo a pedido de Carlinhos Cachoeira, dentre outras.

13. O índice de crimes de homicídio em Goiás diminuiu na última década, principalmente em função da bem sucedida política de segurança pública do governo ao unificar as ações das polícias civil e militar de Goiás através da criação dos CIOPS.

14. Demonstrando surpreendente eficiência, a Polícia Civil goiana prendeu, em meados de 2014, os dois serial killers da moto preta que estavam assassinando mulheres jovens aleatoriamente pelas ruas da capital desde o início do ano.

15. O governador prometeu, durante a campanha eleitoral, combater a verdadeira epidemia de uso de crack, que tem se espalhado pelo capital e interior do estado, através da construção de CREDEQS – Centros de Reabilitação de Dependentes Químicos. O primeiro deles foi inaugurado no final de 2013, na região norte de Goiânia.

16. Nos últimos meses de 2012 uma onda de assassinatos de moradores de rua, em Goiânia, suscitou a hipótese de que houvesse um grupo de extermínio na cidade atuando contra desabrigados. A polícia goiana negou que esse grupo exista. De lá para cá outros homicídios, com as mesmas características ocorreram e a maioria continua sem solução, embora alguns deles tenham sido atribuídos ao serial killer Tiago Henrique Gomes da Rocha.

17. Recentemente a Secretaria de Segurança Pública goiana criou o Comando de Operações de Divisa (COD) que visa impedir a entrada de drogas e armas, contrabando e circulação de veículos furtados ou roubados no estado.

18. O governo de Goiás concluiu recentemente, processo de licitação para a construção de quatro novos presídios no estado. Três na região do Entorno e um em Anápolis.

19. O programa Rodovida Reconstrução foi criado pela Secretaria de Assistência Social de Goiás para ajudar ex-dependentes químicos a reconstruir as suas vidas através da realização de cursos de qualificação profissional e encaminhamento ao mercado de trabalho.

20. O Bolsa Futuro é o Programa de Educação Profissional do Estado de Goiás que reunirá os cursos de qualificação profissional do Estado, nas modalidades presencial ou a distância.

21. O programa educacional Minha Escola, Meu Futuro, do governo de Goiás, pretende oferecer cursos de reciclagem e qualificação profissional para os professores das escolas públicas aproveitando a estrutura da Universidade Estadual de Goiás (UEG).

22. O desempenho do estado de Goiás no IDEB – Índice de Desenvolvimento do Ensino Básico - divulgado pelo MEC, no segundo semestre de 2014, foi surpreendente. O estado ficou em primeiro lugar no IDEB, para turmas do Ensino Médio.

23. A montadora de automóveis Suzuki, instalada em Itumbiara, iniciou a sua produção no estado fabricando o Jimny, esportivo 4x4 que foi apresentado no Brasil no Salão do Automóvel de São Paulo de 2012. Recentemente a linha de produção da Suzuki foi repassada para a Mitsubishi de Catalão e montadora de Itumbiara está desativada.

24. Em março de 2012, o município de Rio Verde, no sudoeste goiano, assumiu o primeiro lugar no ranking de maior PIB agropecuário do país, superando a cidade Ribeirão Preto que até então ostentava esse cobiçado título brasileiro.

25. Utilizando os mecanismos de guerra fiscal do programa PRODUIZIR, Goiás conseguiu atrair para o estado a montadora de automóveis chinesa JacMotors, que deverá se instalar em Rio Verde, a partir de 2014, depois de acirrada disputa com o estado da Bahia.

PROVAS DE CONCURSO APLICADAS EM 2014

PROVA CELG /ASISTENTE/TÉCNICO – UFG – OUTUBRO DE 2014

01. (CELG/2014/Assistente) Ao longo do século XIX, verificou-se um substancial e progressivo aumento da densidade populacional de Goiás. Vários fatores contribuíram para a ocorrência desse fenômeno, incluindo

- a) a evolução acelerada das atividades agrícolas e industriais.
- b) o surto de movimentos de imigração de origem europeia.
- c) o crescimento demográfico das populações indígenas.
- d) as altas taxas de natalidade em todos os estratos sociais.
- e) as correntes migratórias vindas de estados vizinhos.

02. (CELG/2014/Assistente) O estado de Goiás conta com vários parques estaduais, que funcionam como unidades fundamentais de conservação e proteção ambiental integral. Em 1993, com o propósito de implantação do Reservatório do Ribeirão João Leite, destinado principalmente ao abastecimento de água da capital, foi excluída uma parte da área do

- a) Parque Estadual Altamiro de Moura Pacheco.
- b) Parque Estadual dos Pirineus.
- c) Parque Estadual da Serra Dourada.
- d) Parque Estadual do Araguaia.
- e) Parque Estadual do Meia Ponte.

03. (CELG/2014/Assistente) No processo de construção de Goiânia, a partir da década de 1930, algumas de suas principais edificações – como, por exemplo, o Cine Teatro Goiânia e a Estação Ferroviária – foram erguidas seguindo um estilo arquitetônico característico, denominado

- a) clássico.
- b) art déco.
- c) barroco.
- d) art nouveau.
- e) colonial.

04. (CELG/2014/Assistente) Um fato que marcou a história político-administrativa de Goiás foi a divisão do seu território, com a criação do estado do Tocantins pela Constituição de 1988. Mas essa ideia de emancipação da região norte goiana não era nova, pois surgiu, pela primeira vez, no contexto

- a) do lançamento do “Movimento Pró-Criação do Estado do Tocantins”, ocorrido em 1956, na cidade nortista de Porto Nacional, promovendo inúmeros debates e atividades em prol da implantação do novo estado.
- b) das inaugurações das novas capitais de Goiás e do Brasil – Goiânia (1942) e Brasília (1960) -, as quais contribuíram para o maior desenvolvimento da região sul e o isolamento da região norte do estado.
- c) do movimento separatista do norte de Goiás, do ano de 1821, que chegou a estabelecer um governo autônomo provisório na cidade de Cavalcante, que se declarou independente da Comarca do Sul.
- d) da implantação da República em Goiás e da autonomia do estado, dada pelo novo regime federativo, a partir de 1889, o que gerou intensas lutas pelo poder entre lideranças políticas do norte e do sul.
- e) do desmembramento da Capitania de Goiás da Capitania de São Paulo, em 1749, quando os senhores de escravos do norte goiano queriam mais autonomia na exploração das minas em sua região.

PROVA CELG – ANALISTA – UFG – OUTUBRO DE 2014

Leia o excerto que se segue:

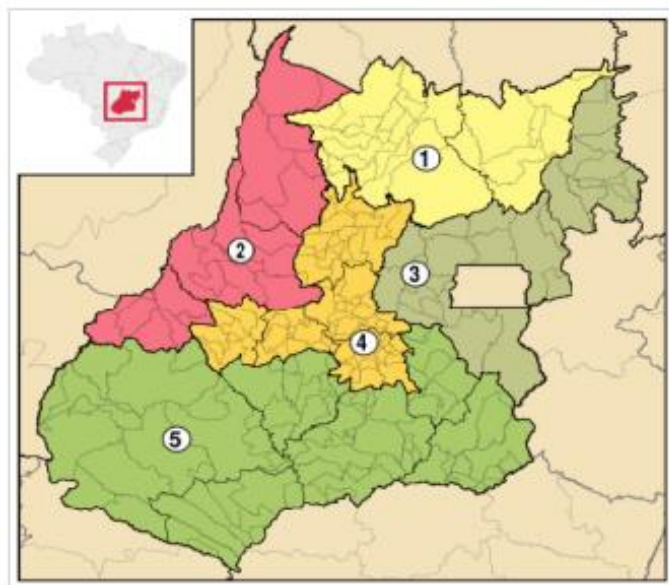
Segundo o primeiro recenseamento oficial em Goiás, do ano de 1804, o número de escravos representava, 37,74% da população da Capitania, enquanto em 1736, apesar de não poder se determinar a proporção exata da população, o número de escravos em Goiás não deveria ser inferior a 60 ou 70%.

PALACÍN, Luís. MORAES, Maria Augusta Sant’Ana. História de Goiás. 4ª. ed. Goiânia. Ed. da UCG, 1986, p.30-34. (Adaptado).

01. (CELG/2014/Analista) A redução do número relativo de escravos em Goiás, ao longo do século XVIII, decorreu, entre outros fatores,

- a) do aumento da produtividade do trabalho escravo, via incremento dos atos de violência, o que requeria um número menor de cativos para realizar as mesmas atividades.
- b) do crescimento do número relativo de brancos, que, avessos à miscigenação, impediram a ocorrência de um número expressivo de indivíduos pardos ou mulatos.
- c) da concessão da alforria a um grande número de escravos, nesse período, devido às leis abolicionistas e à compra da liberdade por parte do governo colonial.
- d) do incremento do número relativo de indígenas, uma vez que estes, ao contrário dos negros de origem africana, não sofriam as sequelas do trabalho compulsório.
- e) da diminuição ou estancamento na importação de escravos no final desse período, em razão da decadência da produção das minas e da insuficiência de créditos.

02. (CELG/2014/Analista) Introduzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o conceito de mesorregião corresponde a uma subdivisão dos estados brasileiros que agrupa inúmeros municípios com certas singularidades naturais e sociais. No mapa, encontram-se representadas as cinco mesorregiões de Goiás.



Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Anexo:Lista_de_mesorregi%C3%B5es_de_Goi%C3%A1s>. Acesso em: 17 set 2014.

A região indicada pelo número

- a) 1, corresponde ao Norte de Goiás, caracteriza-se por conter predominantemente vegetação de floresta tropical, relevo de planalto e rios da bacia hidrográfica do Tocantins.
- b) 2, corresponde ao Noroeste de Goiás, caracteriza-se por conter predominantemente vegetação de Cerrado, relevo de planície e rios da bacia hidrográfica do Araguaia.
- c) 3, corresponde ao Leste de Goiás, caracteriza-se por conter predominantemente vegetação de Caatinga, relevo de planalto e rios da bacia hidrográfica do São Francisco.
- d) 4, corresponde ao Centro de Goiás, caracteriza-se por conter predominantemente vegetação de Cerrado, relevo de planalto e rios da bacia hidrográfica do Meia Ponte.
- e) 5, corresponde ao Sul Goiano, caracteriza-se por conter predominantemente vegetação de Mata Atlântica, relevo de planície e rios da bacia hidrográfica do Paranaíba.

03. (CELG/2014/Analista) Um importante marco na história do estado de Goiás se deu no ano de 2001, quando a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) – instituição que desenvolve atividades para a proteção e conservação do patrimônio natural e cultural – finalmente declarou, como Patrimônio da Humanidade,

- a) o ecossistema do Cerrado.
- b) a cidade de Pirenópolis.
- c) o Parque Estadual da Serra dos Pirineus.
- d) o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros.
- e) o Centro Histórico da Cidade de Goiás.

PROVA DEFENSORIA PÚBLICA DE GOIÁS- JUNHO DE 2014 - UFG
QUESTÃO 01

Excluído do Lyceu por 15 dias a vista da representação apresentada pelo professor de Francês e pelo bedel do Lyceu, o aluno Hugo de Carvalho Ramos por ter infringido o parágrafo 8º do Artigo 92 do Regulamento, e mandando que lhe contem as respectivas faltas.

AMARAL, Mirian Bianca. *Cultura Histórica e História Ensinada em Goiás- (1846-1934)*. Tese de Doutorado, UFG, 2011. p.241. [Adaptado].

O texto apresentado é indicador da cultura escolar existente em Goiás no início do século XX, caracterizada pela

- (A) inexistência de privilégios socioeconômicos entre os discentes, demonstrada pela divulgação do nome do aluno e da punição aplicada.
- (B) ruptura com o padrão cultural europeu, associada ao nacionalismo exigido pelo regime republicano recém-estabelecido.
- (C) resistência dos jovens ao ensino formal, considerado inadequado na época para uma região de economia agropastoril.
- (D) ênfase na disciplina rígida do ambiente escolar, como estratégia pedagógica capaz de garantir um ensino de qualidade.
- (E) valorização da permanência dos discentes no ambiente escolar, associada ao compromisso estatal na universalização do ensino.

QUESTÃO 02

A construção de Goiânia, a partir de 1933, transformou o espaço urbano do município de Campinas. Nessa construção, a cidade de Campinas

- (A) passou por um processo de planejamento e reestruturação urbanística associado a tendência de verticalização da nova capital.
- (B) apresentou um alto crescimento demográfico em consequência da chegada de trabalhadores para a construção da nova capital.
- (C) foi escolhida para sediar a nova capital em virtude do potencial econômico do município que era atendido pela Estrada de Ferro Goiás.
- (D) preservou a autonomia municipal frente à criação da nova capital por meio do redimensionamento do território sob sua administração.
- (E) tornou-se um centro de atração religiosa em decorrência da chegada e ao estabelecimento da missão redentorista na região.

PROVA TJGO – ANALISTA – FGV – OUTUBRO DE 2014

01. (TJGO/2014/FGV/Analista) A construção de Goiânia está inserida em um período de alterações na política nacional. O contexto histórico que envolveu o processo de construção da nova capital de Goiás estava inserido no momento político brasileiro:

- (A) da Era Vargas (1930/1945);
- (B) da República Velha (1889/1930);
- (C) do Regime Militar entre 1964 e 1985;
- (D) dos “Anos Dourados” do governo JK (1956/1960);
- (E) da Nova República com o Governo Sarney (1995/2000).

“(...) territórios de mineração deveriam dedicar-se quase exclusivamente à produção de ouro, não desviando esforços na produção de outros bens que poderiam ser importados das demais capitanias.”

(CHAIM, M. M. Sociedade Colonial. Goiás –1749-1822. Goiânia: Secretaria de Cultura, 1987)

02. (TJGO/2014/FGV/Analista) O fragmento do texto acima retrata a realidade da sociedade mineradora de Goiás durante o século XVIII. Em relação às consequências geradas pela produção aurífera em Goiás durante o período colonial, podemos destacar:

- (A) o desenvolvimento interno de Goiás que acabou gerando a modernização da região, através da criação de manufaturas visando o abastecimento das outras regiões do Brasil colonial;
- (B) o aumento da população da região, principalmente após a decadência da atividade mineradora, a partir da segunda metade do século XVIII;
- (C) a dificuldade no desenvolvimento da economia da região, em razão de o ouro extraído ter sido exportado para a Europa, sem promover o crescimento interno de Goiás;
- (D) o desenvolvimento de novas atividades, complementares à mineradora, em Goiás, como a produção de cana-de-açúcar em pequenas e médias propriedades, baseadas no trabalho escravo;
- (E) a longevidade da produção aurífera da região de Goiás, permitindo consolidação do comércio interno da província, sobretudo, com a intensa comercialização da mão de obra escrava.

“Após cerca de 25 anos de espera, o trecho de 855 km da Ferrovia Norte-Sul, que liga Palmas (TO) a Anápolis, a 55 km de Goiânia, foi inaugurado na manhã desta quinta-feira (22)”.

(www.g1.globo.com, 22/05/2014).

03. (TJGO/2014/FGV/Analista) Quando estiver concluída, serão 3500 quilômetros de trilhos da Ferrovia Norte-Sul, que é um importante eixo ferroviário criado para:

- (A) ampliar as possibilidades de transporte de passageiros entre a Região Centro-Oeste e Sudeste;
- (B) facilitar a exportação da produção de etanol do Centro-Oeste para o exterior, através do porto de Recife;
- (C) ampliar a capacidade de escoamento dos automóveis produzidos em Goiás para os principais centros consumidores da região Norte do país;
- (D) promover a integração ferroviária entre as indústrias automobilísticas de Goiás e a região mineradora localizada no quadrilátero ferrífero em Minas Gerais;
- (E) reduzir o custo de transporte das mercadorias produzidas no Brasil, ampliando acesso e competitividade no mercado externo.

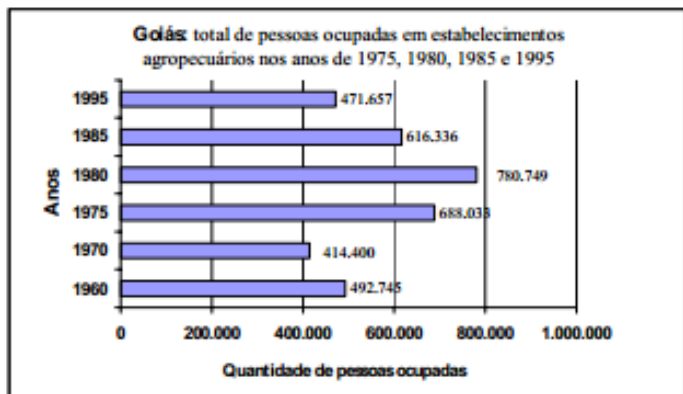
“O fenômeno climático El Niño, que deverá atingir o Brasil com intensidade fraca a moderada nos próximos meses, provavelmente favorecerá o desenvolvimento da nova safra de soja e milho no País (...). “O clima para essa safra 2014/15 está bastante favorável, tanto para o Centro-Oeste como o Sul, e também para o Sudeste, embora esta região tenha um foco em outras culturas (cana e café, por exemplo)”, disse o meteorologista Alexandre Nascimento, da Climatempo.”

(Adaptado de “El Niño aquece soja”, disponível em <http://www.dm.com.br/texto/187954>, acesso em 21/08/2014).

04. (TJGO/2014/FGV/Analista) A ocorrência do fenômeno El Niño provoca alterações nas características climáticas de Goiás. O tipo climático predominante na região e um exemplo de alteração provocada pela ocorrência do El Niño são, respectivamente:

- (A) tropical semiárido e ausência da estação seca;
- (B) tropical úmido e aumento da intensidade da radiação solar;
- (C) subtropical úmido e expansão da estação chuvosa;
- (D) tropical semiúmido e ocorrência de chuvas acima da média;
- (E) equatorial e estação seca prolongada.

05. (TJGO/2014/FGV/Analista) A redução do número total de pessoas ocupadas em estabelecimentos agropecuários em Goiás a partir da década de 1980 está associada à:



Fonte: IBGE. Censo Agropecuário, 1975, 1980, 1985, 1995.

- a decadência da atividade agrícola no período, em função da crise econômica que assolou todo o país na década de 1990;
- expansão das atividades rurais baseada principalmente no turismo, que emprega pequena quantidade de mão de obra;
- expansão da fronteira agrícola na região amazônica, que atraiu muitos migrantes oriundos de Goiás;
- expansão do processo de modernização agrícola, que emprega menor quantidade de mão de obra;
- substituição gradual das relações de trabalho baseadas no arrendamento pela utilização do sistema de parceria.

PROVA TJGO – ANALISTA/APOIO – FGV – OUTUBRO DE 2014

“O Estado de Goiás apresentou elevadas taxas de urbanização e a população urbana, que correspondia a 68% da população total em 1980, passou para 81% em 1991, atingindo 86% em 1996, taxa bastante superior à brasileira para o mesmo ano, que era de 78%.

Segundo dados relativos aos períodos compreendidos entre 1980 e 1991 e 1991 e 1996, o crescimento populacional em Goiás também foi superior ao do país, com taxas de 2,33% e 2,40% ao ano, respectivamente, embora haja grandes diferenças entre suas cinco mesorregiões.”

(Fonte: <http://portal.mec.gov.br/>)

01. (TJGO/2014/FGV/Analista) O processo de urbanização em Goiás nas últimas décadas foi caracterizado por:

- alterar a hierarquia e a estrutura urbana, ao originar muitos centros regionais, espalhados por todo o estado de Goiás;
- diferenciar-se das décadas anteriores, ao estar desvinculado da dinâmica das atividades agropecuárias modernas;
- originar municípios de grande porte, sendo Goiânia, Anápolis e Luziânia exemplos com mais de 1 milhão de habitantes;
- apresentar as mais baixas taxas na mesorregião Leste Goiano, em função da ausência de importantes centros urbanos na região;
- promover o crescimento dos problemas sociais de Goiânia, muitos gerados nos municípios vizinhos, dada a polarização exercida pela capital.

02. (TJGO/2014/FGV/Analista) O Regime Militar brasileiro (1964/1985) produziu em Goiás uma modernização conservadora que se evidencia na:

- formação de diversos polos industriais em todo o Estado, através de investimentos do governo de Irapuan Costa Jr., entre 1975 e 1978;
- expansão do sistema agrícola moderno na região, favorecido com a criação da EMGOPA (Empresa Goiana de Pesquisa Agropecuária);
- modernização dos sindicatos rurais, estimulados pelo governo na administração de Meira Matos, entre 1964 e 1965;
- realização de uma reforma agrária com vistas à expansão das pequenas propriedades durante a administração de Otávio Lage (1966/1970);
- predominância da base agrária de subsistência voltada para o mercado interno, sem investimentos do governo de Irapuan Costa Jr. (1975/1978).



(Fonte: www.seplan.go.gov.br)

O Projeto Plataforma Logística Multimodal de Goiás constitui uma rede de facilidades com o objetivo de promover, com maior agilidade, eficiência e menor custo, a movimentação de materiais, produtos e a prestação de serviços relacionados com seus objetivos.

Com relação ao projeto, analise as afirmativas a seguir:

- A Plataforma Logística Multimodal de Goiás está localizada em uma das principais cidades industriais e importante centro logístico do Centro-Oeste brasileiro.
- A interligação dos modais aeroviário, rodoviário e ferroviário vai permitir um sistema de distribuição tanto rápido quanto eficiente de mercadorias para os mais diversos centros.
- A localização da plataforma na cidade de Anápolis é favorecida pela presença de mão de obra qualificada, em função de ser o maior centro universitário do estado de Goiás.

03. (TJGO/2014/FGV/Analista) Assinale se:

- somente I estiver correta;
- somente II estiver correta;
- somente III estiver correta;
- somente I e II estiverem corretas;
- I, II e III estiverem corretas.

Em novembro de 1930, o líder civil de um movimento armado de oposição, Getúlio Vargas, tornou-se presidente do Brasil em caráter provisório.”

(SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Getúlio a Castelo. Ed. Paz e Terra. RJ, p. 21)

04. (TJGO/2014/FGV/Analista) A Revolução de 1930 mudou inteiramente o processo histórico brasileiro, fazendo ruir as estruturas da chamada “República Velha” ou “Primeira República” no país e deu início a uma nova etapa histórica para o estado de Goiás, na medida em que:

- novas classes políticas assumiram o comando do estado, com novas prioridades, como a higienização e o progresso, alinhadas com a política desenvolvimentista nacional;
- a oligarquia goiana se manteve no poder estadual, porém implementou um modelo desenvolvimentista com o objetivo de inserir o estado de Goiás no mercado internacional;
- após a Revolução de 30, a economia goiana sofreu importantes mudanças, sendo a base agrária gradativamente substituída pelo processo de industrialização;
- a nova elite política goiana, na perspectiva de modernizar o estado a partir de 1930, realizou investimentos prioritários nos municípios menores;
- a aliança entre a burguesia e a elite rural goiana foi refletida na priorização dos investimentos em educação para qualificação de mão de obra no pós-1930.

O cerrado contém extensas áreas em condições geoambientais favoráveis à agricultura intensiva e à pecuária, sendo esta historicamente extensiva e dominante espacialmente. Nos anos 60 e 70 do século passado, por essa e outras razões de natureza geopolítica, o cerrado foi alvo de expansão da nova fronteira agrícola, baseada na modernização da agricultura (...)

(GOMES, H. e TEIXEIRA NETO, A. Geografia Goiás-Tocantins. Goiânia: UFG, 1993.)

05. (TJGO/2014/FGV/Analista) Entre as condições geoambientais do cerrado que favoreceram a expansão da fronteira agrícola, destaca-se:

- (A) a presença do solo de terra roxa, cuja baixa aptidão agrícola foi superada pelo uso de corretivos, que viabilizaram o plantio de grãos;
- (B) o clima tropical estacional quente e semiárido que predomina na região, no qual a baixa precipitação favorece o cultivo de cana;
- (C) a extensa presença de solos hidromórficos que, ao facilitarem o manejo e a mecanização, favoreceram a expansão da agricultura moderna;
- (D) a vegetação característica, de floresta latifoliada densa, que é responsável pela fertilidade do solo através da formação da serapilheira;
- (E) a predominância de latossolos que, apesar da baixa fertilidade, com a aplicação de corretivos e fertilizantes, apresentam boa capacidade de produção.

QUESTÕES DIVERSAS

01. Sobre aspectos morfoclimáticos de Goiás, marque a alternativa incorreta.

- a) O planalto sedimentar do São Francisco, também chamado Espigão Mestre ou Serra Geral, vasto chapadão arenítico, caracteriza a região nordeste do estado, na região limítrofe com a Bahia.
- b) O tipo climático que caracteriza o estado de Goiás, é o clima tropical com verões chuvosos e invernos secos. Este domina a maior parte do estado. As temperaturas médias anuais variam entre 23°C, ao norte, e 20°C, ao sul.
- c) Os totais pluviométricos oscilam entre 1.500mm, a oeste, e 1.800mm, a leste, com forte contraste entre os meses de inverno, secos, e os meses de verão, chuvosos.
- d) A planície aluvial do médio Araguaia, na região limítrofe de Goiás e Mato Grosso, tem o caráter de ampla planície de inundação, sujeita à deposição periódica de aluviões.
- e) As principais massas de ar que atuam em Goiás são a mEc (massa equatorial continental), que traz chuvas ao estado e a mPa (massa polar atlântica) que traz o período da seca.

02. (PC/2008/UEG) A historiografia goiana considera que na década de 1970 houve uma modernização das atividades agrícolas em Goiás. Como decorrência dessa modernização, constata-se uma crescente mecanização e utilização de insumos agrícolas, significando a expansão e consolidação do capitalismo no meio rural. É CORRETO identificar como consequência desse processo:

- a) o aumento da repressão autoritária por parte do Estado aos movimentos sociais que lutavam por terra.
- b) modificações na estrutura fundiária de Goiás, com a consolidação da pequena propriedade rural, no estado.
- c) a implantação de um programa de reforma agrária, como a Colônia Agrícola de Ceres, para atender aos trabalhadores imigrantes.
- d) o desenvolvimento do populismo nos anos 70 como forma de conciliação de interesses contraditórios no quadro político e econômico de Goiás.

03. (Agehab/2010/Sousândrade) A Revolução de 1930 deu início a uma fase na História do Brasil marcada pela liderança de Getúlio Vargas, período que se estende até 1945. Em Goiás, é considerada uma revolução importada cujo ponto de apoio foi:

- a) a classe média responsável pela expansão dos centros urbanos goianos.

- b) a parte da classe dominante descontente com o domínio político das oligarquias da capital.
- c) o descontentamento dos militares goianos com o regime vigente.
- d) a grande representatividade do operariado nos centros urbanos.
- e) o interesse dos industriais em reformas visando a ampliação dos investimentos no setor.

04. (Agehab/2010/Sousândrade) Eleito Governador do Estado de Goiás para o período de 1961-1964, através da coligação PSD/PTB, Mauro Borges foi considerado o primeiro governador a ter um planejamento global para o Estado. Neste planejamento, promove uma experiência piloto, visando minimizar os problemas da ocupação da terra com a expansão do capitalismo, uma tentativa de reforma agrária no Estado, que recebeu como denominação:

- a) Colônia Agrícola de Uvã.
- b) Projeto da Colônia Agrícola de Ceres.
- c) Combinado Agro-Urbano de Arraias.
- d) Colônia de Santa Cruz.
- e) Colônia de Italianos de Nova Veneza.

O Entorno do Distrito Federal

AS CIDADES DO ENTORNO DO DISTRITO FEDERAL



A RIDE (Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e do Entorno) foi criada pela Lei Complementar nº 94 de 19 de fevereiro de 1998, por meio do decreto 27/10/98, alterado pelo decreto 3445 de 4 de maio de 2000 com o objetivo de coordenar as ações dos governos do DF, Goiás e Minas Gerais para tentar dar soluções aos problemas comuns à região.

A RIDE é composta pelo DF mais 22 cidades, sendo 19 pertencentes ao estado de Goiás e 03 a Minas Gerais. São ao todo 55.572km², aproximadamente e sua população está estimada em 3 milhões e 500 mil habitantes.

Apostila Geo-História do DF. Kanduka Oliveira. Ed. Fortium. 2010.

05) Sobre a RIDE, marque a alternativa incorreta.

- a) As cidades do entorno do DF carecem fortemente de infra-estrutura física e social básicas, como água, esgoto, segurança pública, escolas e atendimento à saúde.
- b) A falta de oportunidades de trabalho nas cidades da RIDE forçam as pessoas, muitas vezes, a procurar trabalho no DF, transformando-se assim em verdadeiras cidades-dormitórios, o que força a população a fazer diariamente um processo migratório conhecido como migração pendular.
- c) O Distrito Federal é um enclave dentro do estado de Goiás. Pode ser assim considerado porque todas as suas fronteiras são com cidades goianas.
- d) Um dos maiores problemas enfrentados na atualidade pela população do Entorno do DF é a questão da violência. São altíssimos os índices de furtos e roubos, homicídios, tráfico de drogas e estupro, dentre outras formas de violência. O que coloca a preocupação com a segurança pública na lista das prioridades da população local.

e) A RIDE é considerada pelo Governo Federal como uma das regiões metropolitanas mais violentas do país. Em função disso, essa região foi uma das primeiras do país a receber recursos e ter a implantação de medidas do PRONASCI.

Cerca de mil mulheres participaram ontem do Projeto Mulheres da Paz, no Centro de Convenções de Goiânia. Carregando bandeiras feitas com frases de carinho, elas chamaram a atenção para a causa que passaram a lutar: evitar a violência com jovens na região do Entorno do Distrito Federal – Valparaíso, Cidade Ocidental, Planaltina, Águas Lindas, Formosa, Luziânia, Cristalina. O Projeto que integra o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – Pronasci, do Ministério da Justiça, faz um trabalho preventivo em municípios mais vulneráveis à violência.

O Popular, Goiânia, 22/03/2010.

06. (Agehab/2010/Sousândrade) Esse episódio ligado à falta de informações sobre o paradeiro de seis jovens desaparecidos recentemente em Luziânia, município goiano localizado a 66km de Brasília, revela uma questão de alcance bem mais amplo para a sociedade goiana atual. Considerando essas informações, a respeito da região do Entorno do Distrito Federal, analise os itens a seguir:

I. O fluxo migratório para essa região não foi acompanhado por investimentos correspondentes nas áreas de educação, saúde, saneamento, urbanismo e segurança pública.

II. A falta de planejamento para minimizar os impactos que a concepção de Brasília causaria à região, que abriga, ainda hoje se faz sentir, mesmo após os cinquenta anos de sua fundação.

III. As demandas sociais não refletem nos elevados indicadores de criminalidade na região, pois o seu combate é uma questão de estruturação da segurança pública na região, com o aumento do efetivo policial e do sistema carcerário.

IV. Os altos índices de criminalidade registrados têm como causas, meramente, o crime organizado, o comércio e o uso de drogas e entorpecentes.

Estão **CORRETOS** apenas os itens:

- a) III e IV.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) II e IV.
- e) I e II.

07. (SSP/2009/Sousândrade) Com a revolução de 1930 redefine-se a estrutura política republicana por meio do fortalecimento do papel do Estado. Em 1937, o presidente Vargas lança como projeto a conquista do interior do Brasil, a Marcha para o Oeste. Nesse contexto, em Goiás se destaca:

- a) o conflito pela posse da terra em Trombas e Formoso.
- b) o projeto de mudança da capital para Goiânia, projeto idealizado e financiado pela ditadura estadonovista.
- c) o projeto da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) que deu origem ao município de Ceres, em 1942.
- d) a valorização das terras de cerrado para o plantio de soja.
- e) a invasão de terras destinadas à colonização pelos movimentos sociais no campo.

08. (UFG-GO) A expansão da colonização portuguesa na América, a partir da segunda metade do século XVII, foi marcada por um conjunto de medidas, dentre as quais podemos citar:

- a) o esforço para ampliar o comércio colonial, suprimindo-se as práticas mercantilistas.
- b) a instalação de missões indígenas nas fronteiras sul e oeste, para garantir a posse dos territórios por Portugal.
- c) o bandeirismo paulista, que destruiu parte das missões jesuíticas e descobriu as áreas mineradoras do planalto central.
- d) a expansão da lavoura da cana para o interior, incentivada pela alta dos preços no mercado internacional.
- e) as alianças políticas e a abertura do comércio colonial aos ingleses, para conter o expansionismo espanhol.

A pecuária constituiu importante elemento na ocupação do território goiano durante e pós-período mineratório. O rebanho bovino formado por gado vacum contribuiu para a fixação de populações no interior do estado, bem como para o surgimento de novos povoados, às margens e entroncamentos dos caminhos utilizados no transporte das tropas.

09. (UEG/Cadete/PM/2013) São exemplos de cidades que tiveram sua origem diretamente ligada a tais fatores:

- a) Trindade, Caldas Novas e Teresina de Goiás
- b) Itaberaí, Piracanjuba e Varjão
- c) Morrinhos, Cavalcante e São Miguel do Araguaia
- d) Rio Verde, Jataí e Pilar de Goiás

“O governo não considerava a construção de uma nova capital um gasto, mas um investimento necessário para o desenvolvimento”.

PALACIN, Luís; MORAES, Maria Augusta S. *História de Goiás*. Goiânia: Editora da UCG, 1994. p. 106.

10. (UEG/Cadete/PM/2013) O significado da construção de Goiânia para o desenvolvimento de Goiás está relacionado ao fato de ser uma cidade

- a) industrializada, que serviu como polo exportador e importador de mercadorias para o Centro-Oeste e o Norte do país.
- b) administrativa e comercial, que se tornou referência para o setor de turismo de eventos e negócios no país.
- c) geograficamente centralizada, que integrou econômica e politicamente o sul e o norte do estado por meio de vias férreas.
- d) demograficamente relevante, que possibilitou a exploração dos recursos minerais do Mato Grosso Goiano.

11. (UEG/Cadete/PM/2013) A ordem política que vigorou, em Goiás, nos 20 anos após as eleições diretas de 1982, demonstra um certo conservadorismo do eleitor, uma vez que o partido governista foi derrotado, para o cargo de governador, na eleição de

- a) 1998
- b) 1994
- c) 1986
- d) 1990

Observe a tabela a seguir.

DEPUTADO	PARTIDO
Ademar Santillo	PMDB
Brasílio Caiado	PDS
Fernando Cunha	PMDB
Genésio de Barros	PMDB
Ibsen de Castro	PDS
Iram Saraiva	PMDB
Irapuan Costa Júnior	PMDB
Iturival Nascimento	PMDB
Jaime Câmara	PDS
João Divino	PMDB
Joaquim Roriz	PMDB
José Freire	PMDB
Juarez Bernardes	PMDB
Siqueira Campos	PDS
Tobias Alves	PMDB
Wolney Siqueira	PDS

12. (UEG/Cadete/PM/2013) Nas eleições para deputado federal em Goiás, em 1982, o fato de elegerem-se candidatos de apenas dois partidos políticos se explica

- a) pela maior representatividade eleitoral dos dois partidos frente aos demais.
- b) pelo radicalismo dos eleitores, que votaram nos dois partidos de esquerda.
- c) pela vigência, ainda nessa eleição, do bipartidarismo implantado no Regime Militar.
- d) pelo conservadorismo dos eleitores, que votaram nos dois partidos de direita.

**PREÇO MÉDIO DOS PRODUTOS PRATICADOS NO ATACADO NA
PROVÍNCIA DE GOIÁS – 1860-1865**

PRODUTOS	QUANTIDADE	PREÇO (EM RÉIS)
Toucinho	1 kg	755
Arroz	1 kg	088
Farinha	Litro	079
Polvilho	Litro	143
Sal	Litro	1000
Carne	1 Kg	245
Queijo	Unidade	500

BRETAS, Genesco Ferreira. *História da instrução pública em Goiás*. Goiânia: UFG, 1991. p. 242.

13. (UEG/Saneago) Levando em consideração o conhecimento da economia goiana nos dois últimos quartéis do século XIX e a tabela citada, assinale a alternativa CORRETA:

- É possível afirmar que a produção pecuária goiana, por causa das dificuldades de escoamento, era destinada exclusivamente ao mercado interno.
- O alto custo do sal derivava das dificuldades de importação, visto que Goiás era uma província isolada na época.
- O baixo preço do arroz relacionava-se com a sua alta produção, estimulada pela exportação desse produto pela ferrovia em Goiás.
- O baixo preço dos subprodutos da mandioca demonstrava a sua pouca influência na dieta das camadas mais pobres da população.

14. (UEG/Soldado/PM/2013) Sobre a urbanização e a rede urbana do estado de Goiás até 1970, verifica-se que

- ao longo da BR-153 estabeleceram-se empreendimentos industriais de transformação, incentivando a criação de novos municípios.
- nenhuma cidade nasceu exclusivamente em função do processo de industrialização, mas cidades goianas sofreram influências significativas da expansão capitalista.
- mais de 75% dos núcleos urbanos existentes tiveram suas origens diretamente relacionadas às atividades da mineração.
- a chegada da ferrovia no sul de Goiás proporcionou o surgimento de uma rede urbana local, que se tornou o principal eixo de industrialização.

15. (UEG/Agir) A respeito do cerrado, é INCORRETO afirmar:

- O cerrado possui seu núcleo central na região Centro-Oeste do país, possuindo também enclaves em outros sistemas biogeográficos do Brasil.
- O cerrado é tido como patrimônio natural da humanidade. Vários são os centros de pesquisas que estão realizando estudos para o desenvolvimento sustentável de todo o bioma.
- Caracterizado por um solo com elevado teor de alumínio e uma vegetação tortuosa e xeromórfica, o cerrado, de maneira geral, pode ser subdividido em cinco subsistemas: campo limpo, campo sujo, cerrado *stricto sensu*, cerrado e cerradão.
- O processo de intensificação de ocupação do cerrado deu-se com a alta produção de grãos, principalmente a soja, que é produzida em grande escala para a exportação.

O governo Mauro Borges se firmou em diretrizes planejadas – foi o primeiro, em Goiás, a adotar critérios científicos de planejamento, com base no diagnóstico do potencial do Estado e de suas carências, e com respaldo de estudos encomendados à Fundação Getúlio Vargas.

ROCHA, Hélio. Os inquilinos da Casa Verde. Goiânia: Asa, 2004. p. 99.

16. (PCGO/UEG/Escrivão/2013) O projeto de modernização administrativa de Mauro Borges fomentou a criação

- do Plano Mauro Borges, que estabelecia a necessidade de o estado fomentar a iniciativa privada, evitando a criação de estatais que fossem onerosas para os cofres públicos.
- de vultosos investimentos em obras de infraestrutura, como a construção do Autódromo Internacional de Goiânia e do Estádio Serra Dourada.
- de parcerias entre os governos federal e estadual, facilitadas pelo fato de Mauro Borges ter apoiado a candidatura de Jânio Quadros à presidência nas eleições de 1961.

d) do Plano de Desenvolvimento, conhecido como Plano MB, que previa a interferência do Estado em atividades econômicas onde se sentia a ausência da iniciativa privada.

“Nas últimas décadas do século XVIII e princípio do século XIX, a situação econômica da capitania era crítica. A palavra decadência é a que mais se encontra entre os vários apelos e lamentos daqueles que a habitam, sejam provenientes das autoridades governamentais, sejam de elementos do povo”.

FUNES, E. A. Goiás 1800 – 1850: um período de transição da mineração à agropecuária. Goiânia: Editora da UFG, 1986. p. 32.

17. (PCGO/UEG/Escrivão/2013) O texto citado aborda a crise da produção aurífera em Goiás. A consequência dessa crise foi o

- incremento da arrecadação tributária como consequência de o controle do contrabando ser mais eficaz na atividade agropecuária.
- aumento da ruralização pelo fato de parte da população abandonar as vilas e arraiais e mudar-se para o campo.
- crescimento da importação de escravos para viabilizar a exploração de minas auríferas de maior profundidade.
- acréscimo da atividade comercial em virtude do aproveitamento de capitais antes empregados na mineração.

18. (PCGO/Delegado/UEG/2013) Sobre a atual regionalização estabelecida pelo IBGE, para o estado de Goiás, é CORRETO afirmar:

- baseia-se na área de abrangência dos elementos (naturais, econômicos, demográficos) utilizados como referência para seu estabelecimento, desconsiderando, portanto, os limites das unidades administrativas.
- corresponde a recortes espaciais definidos a partir de critérios (naturais, econômicos, sociais, entre outros) que permitem agrupar, numa região, locais com características semelhantes, separando-os dos demais.
- representa as particularidades do estado de Goiás em relação ao contexto nacional, uma vez que utiliza critérios diferentes daqueles utilizados em outras regiões brasileiras.
- apresenta especificidade quanto à organização do espaço, uniformidade de atributos, auto-suficiência e unicidade em relação umas às outras.

“A história da expansão ultramarina e da exploração colonial portuguesa se desenrola no amplo quadro da competição entre as várias potências, em busca do equilíbrio europeu; desta forma, é na história do sistema geral de colonização europeia moderna que devemos procurar o esquema de determinações dentro do qual se processou a organização da vida econômica e social do Brasil na primeira fase de sua história.”

(Novais, Fernando A.)

19. (UFG-GO) A respeito da organização do Brasil colônia, julgue os itens a seguir, assinalando a única opção incorreta.

- A empresa colonial foi montada dentro dos princípios mercantilistas da época moderna e privilegiava a produção de gêneros agrícolas de exportação e a atividade extrativa.
- A colonização, por meio do desenvolvimento interno da colônia, aparece como a solução através da qual se tornou possível valorizar economicamente as terras descobertas, e dessa forma garantir a sua posse.
- As invasões holandesas e os choques daí decorrentes, ao lado da disputa entre a lavoura e a terra para pastos, ocasionaram, em meados do século XVII, um amplo movimento de penetração para o interior.
- Em Goiás, a exploração do ouro deu origem a uma sociedade rural, dominada pelo senhor de engenho.
- A crise do sistema colonial se traduz, no Brasil, em movimentos de contestação em que se faz presente o ideal separatista.

20. (PCGO/UEG/Escrivão/2013) Em 13 de maio de 1888, a princesa Isabel publicou a lei Áurea, extinguindo oficialmente o trabalho escravo no Brasil. No que se refere a Goiás,

- a) o fim da escravidão não abalou as estruturas do setor produtivo, uma vez que a economia agropecuária não era dependente do trabalho escravo.
- b) a família dos Bulhões angariou um importante capital político ao se posicionar ao lado dos proprietários de terras contra o fim da escravidão.
- c) a campanha abolicionista foi liderada pela Igreja Católica, que se valeu dos ideais cristãos para criticar a escravidão.
- d) o maior proprietário de escravos era o setor público, que os utilizava nos serviços públicos, como o calçamento das ruas.

A implementação do regime militar em 1964 trouxe substanciais mudanças na política goiana. A elite econômica e política local que, desde o fim do Império controlava o poder político do estado, teve que submeter as diretrizes centralizadoras do governo federal.

21. (PCGO/Delegado/UEG/2013) Um acontecimento da política goiana durante o regime militar foi

- a) a nomeação, por meio de decreto presidencial, do engenheiro Otávio Lage de Siqueira como governador de Goiás.
- b) a nomeação de governadores desvinculados das famílias tradicionais que controlaram o poder político em Goiás, tais como os Caiado e os Bulhões.
- c) a cassação do governador Mauro Borges Teixeira, em represália a sua atitude firme, em março de 1964, na defesa da permanência de João Goulart no poder.
- d) a eleição indireta de Ary Valadão para governador de Goiás em 1978, o último governador do período da Ditadura militar.

Dentro das políticas de governo voltadas para o povoamento do interior do Brasil, algumas chegaram a lograr êxito fixando pequenos grupos de moradores. Dentre essas políticas, cita-se como exemplo a denominada Marcha para o Oeste”.

22. (PCGO/UEG/Escrivão/2013) Desta política, o projeto que mais fixou pessoas no interior do estado de Goiás foi

- a) o projeto rio Formoso, de produção de arroz irrigado nas margens do Araguaia.
- b) a criação do Distrito Agroindustrial de Anápolis (DAIA).
- c) a implantação da CANG (Colônia Agrícola Nacional de Ceres).
- d) o estabelecimento dos alemães na colônia de Uvã, em Itaberai.

A guerra ofensiva perpetrada contra os Avá-Canoeiro durou até a década de 1860 (praticamente 100 anos de conflitos contínuos entre colonos e indígenas), tendo como consequência a redução da população.

PEDROSO, Dulce Madalena. Avá-Canoeiro. In. MOURA, Marlene de Castro Ossami de (Org.). Índios de Goiás: uma perspectiva histórico-cultural. Goiânia: UCG/Kelps/Vieira, 2006. p. 96.

23. (PCGO/UEG/Escrivão/2013) O texto citado refere-se a um importante grupo indígena de Goiás, os Avá-Canoeiro, praticamente dizimados em decorrência da guerra com os colonizadores. O motivo desse conflito é decorrente

- a) da especificidade da língua macro-jê falada pelos Avá-Canoeiro, que inviabilizava a sua catequização, pois destoava da língua geral utilizada pelos jesuítas para evangelização indígena.
- b) do desejo dos colonizadores de apossar-se das terras habitadas pelos Avá-Canoeiro, já que elas, situadas na bacia do Rio Vermelho, eram ricas em ouro.
- c) do deslocamento da exploração agropecuária para o norte da Capitania, quando fazendas de gado foram estabelecidas em território habitado pelos Avá-Canoeiro.
- d) da miscigenação étnica entre os Avá-Canoeiro e os quilombolas, o que lhes possibilitou condições de atacar engenhos, colocando em risco o sistema escravista.

Leia o texto. Ele refere-se à capitania de Minas Gerais no século XVIII.

“... ponderando-se o acharem-se hoje as Vilas dessa Capitania tão numerosas como se acham, e que sendo uma grande parte das famílias dos seus moradores de limpo nascimento, era justo que somente as pessoas que tiverem esta qualidade andassem na governança delas,

porque se a falta de pessoas capazes fez a princípio necessária a tolerância de admitir os mulatos aos exercícios daqueles ofícios, hoje, que tem cessado esta razão, se faz indecoroso que eles sejam ocupados por pessoas em que haja semelhante defeito...”

(D. João, Lisboa, 27 de janeiro de 1726.)

24. (UFG-GO) No trecho dessa carta, o rei de Portugal refere-se à impropriedade de os mulatos continuarem a exercer o cargo de:

- a) governador, magistrado escolhido entre os “homens bons” da colônia para administrarem a capitania.
- b) intendente das minas, ministro incumbido de controlar o fluxo de alimentos e do comércio.
- c) ouvidor, funcionário responsável pela administração das finanças e dos bens eclesiásticos.
- d) vereador, membro do Senado da Câmara, encarregado de cuidar da administração local.
- e) Provedor-mor, autoridade encarregada da segurança da região mineradora.

25. (UFG-GO) Os movimentos de rebelião colonial, como o Movimento separatista do Norte, ocorrido em Goiás entre 1821 e 1823, e o processo de emancipação política do Brasil estão ligados às transformações do mundo ocidental no final do século XVIII. Assim, está correto afirmar que:

- a) o desenvolvimento industrial reforçou o pacto colonial, como instrumento de reserva de mercado.
- b) o Iluminismo promoveu expressiva modernização econômica da colônia e o reforço da religiosidade expressa no Barroco.
- c) a emancipação política, no caso brasileiro, marcou a definitiva separação entre portugueses, agentes da metrópole e colonos brasileiros.
- d) as reações contra o domínio metropolitano foram movimentos autóctones das elites coloniais, não se ligando ao processo geral da crise do Antigo Regime.
- e) as rebeliões coloniais foram influenciadas pelo pensamento liberal, apesar das diferenças entre as áreas coloniais e a Europa.

Sobre as atividades agrárias e a estrutura fundiária do espaço brasileiro, considere as afirmativas abaixo:

I – A recente mecanização da agricultura reduziu a oferta de trabalho no campo, contribuindo, assim, para a formação de um contingente de trabalhadores desempregados e/ou temporários e posseiros.

II – A expansão acelerada das fronteiras agrícolas e a estrutura fundiária concentrada geram permanentes conflitos pela posse da terra, resultando quase sempre na expropriação por parte de grileiros.

III – A força histórica da aristocracia rural, reforçada pela lei de Terras de 1850, gerou um modelo concentrador cujas tentativas de desarticulação tem se mostrado, muitas vezes, inócuas.

IV – As dificuldades de cultivo no atual estado do Goiás remontam ao século XVI, quando a região ainda pertencia à Espanha, que esgotou o solo do território com a atividade mineradora.

26. (UFG) Marque a alternativa correta:

- a) I e II apenas.
- b) II e III apenas.
- c) III e IV apenas.
- d) I e II e III apenas.
- e) I e III e IV apenas.

27. (PCGO/UEG/Escrivão/2013) O relevo goiano é caracterizado por:

- a) planícies aluviais localizadas nas regiões leste e nordeste do estado em áreas próximas aos cursos d’água mais importantes, como o Tocantins e o Araguaia.
- b) chapadas formadas em períodos geológicos recentes (pré-cambriano) e sob condições climáticas similares às atuais.
- c) planaltos antigos intensamente erodidos em decorrência do processo de intemperismo físico-químico.
- d) bacias sedimentares localizadas especialmente nas regiões central e norte do estado.

GEO-HISTÓRIA DE GOIÁS E ATUALIDADES – Professor Kanduka Oliveira – GOIÂNIA (GO)

Os 120 alforriados e mulatos registrados na capitação de 1741 tinham crescido em 1804 até 23.577, deles 7.992 negros livres e 15.582 mulatos.

PALACIN, Luís. O século do ouro em Goiás. Goiânia: Editora da UCG, 2001, p. 89.

28. (PCGO/UEG/Escrivão/2013) O texto citado aborda o crescimento do número de escravos libertos na Capitania de Goiás. O motivo para a elevação do número de escravos alforriados decorreu da

- incorporação dos escravos ao aparelho repressor do sistema escravista, uma vez que os capitães do matto e os feitores eram escravos libertos.
- participação dos escravos nas guerras contra os indígenas, o que permitiu que alguns fossem alforriados por ato de bravura.
- emancipação dos escravos batizados no catolicismo, uma vez que a tradição religiosa não permitia um cristão escravizar outro cristão.
- brecha do sistema escravista, que possibilitava o trabalho extra de alguns escravos para acumular recursos e comprar a sua liberdade.

A descoberta do ouro ativou um intenso processo de imigração que quase desertificou algumas regiões de Portugal. A população do Brasil, em 1700, era de 300 mil pessoas, e, em 1800, já somava 3 milhões e 300 mil pessoas.

29. (UFG-GO) Podemos afirmar sobre o período da mineração no Brasil que:

- atraídos pelo ouro, vieram para o Brasil aventureiros de toda espécie, que inviabilizaram a mineração.
- a exploração das minas de ouro só trouxe benefícios para Portugal.
- a mineração deu origem a uma classe média urbana que teve papel decisivo na independência do Brasil.
- o ouro beneficiou apenas a Inglaterra, que financiou sua exploração.
- a mineração contribuiu para interligar as várias regiões do Brasil e foi fator de diferenciação da sociedade.

30. Sobre a Operação Montecarlo da Polícia Federal e seus desdobramentos, marque a opção INCORRETA.

- Deflagrada no final de fevereiro de 2012 a Operação Monte Carlo colocou na prisão o empresário de jogos Carlinhos Cachoeira e tem provocado fortes repercussões no mundo político brasileiro.
- A Operação Monte Carlo já provocou efeitos reais na vida política nacional. Em julho de 2012 o Senador Demóstenes Torres (sem partido-GO) teve o seu mandato cassado por quebra de decoro parlamentar em função do seu envolvimento com o contraventor Carlinhos Cachoeira.
- De acordo com a investigação, o contraventor mantinha um sofisticado esquema de pagamentos de propinas a policiais e de financiamento ilegal de campanhas políticas para poder operar livremente suas atividades ilícitas.
- A Polícia Federal acusa Carlinhos Cachoeira de diversos espancamentos e assassinatos de concorrentes para poder manter a hegemonia de suas atividades de contravenção em todo o estado de Goiás, principalmente na periferia de Goiânia e no entorno do Distrito Federal.
- Conforme apurado pela PF, mais de 50 empresas reais e de fachada eram usadas pelo contraventor para lavar o dinheiro obtido com a jogatina ilícita que incluía o jogo do bicho, caça-níqueis e bingos clandestinos.

GABARITOS

GABARITO DE PROVAS RECENTES - 2013

PROVA CADETE DA PM/ 2013

01 - a	02 - c	03 - c	04 - b	05 - d
--------	--------	--------	--------	--------

GABARITO – PING PONG DE ATUALIDADES DE GOIÁS

01- F	10- V	19- F
02- V	11- F	20- V
03- F	12- V	21- F
04- F	13- F	22- F
05- V	14- F	23- V
06- F	15- F	24- V
07- F	16- V	25- F
08- V	17- V	
09- F	18- V	

GABARITO DE PROVAS DE CONCURSO APLICADAS EM 2014

ASSISTENTE/TÉCNICO CELG

01 - e	02 - a	03 - b	04 - c	
--------	--------	--------	--------	--

ANALISTA CELG

01 - e	02 - b	03 - e	04 - a	
--------	--------	--------	--------	--

DEFENSORIA PÚBLICA

01 - d	02 - b			
--------	--------	--	--	--

ANALISTA TJ/GO

01 - a	02 - c	03 - e	04 - d	05 - d
--------	--------	--------	--------	--------

APOIO TJ/GO

01 - e	02 - b	03 - d	04 - a	05 - e
--------	--------	--------	--------	--------

GABARITO QUESTÕES DIVERSAS

01-c	11-a	21-d
02-a	12-a	22-c
03-a	13-b	23-c
04-b	14-b	24-d
05-c	15-b	25-e
06-e	16-d	26-d
07-c	17-b	27-c
08-c	18-b	28-d
09-b	19-d	29-e
10-b	20-a	30-d

Kanduka Oliveira

Bacharel e Licenciado em História pela UFG
Especialista em História Econômica do Brasil

kandukatual@uol.com.br

[kanduka.oliveira@facebook.com](https://www.facebook.com/kanduka.oliveira)

PARA REFLETIR

"Investir em educação é um empréstimo feito ao futuro, que será pago com usura, cujos juros crescerão em proporção indefinível".

Rui Barbosa